

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO**

**A REPRESENTAÇÃO DA VIOLÊNCIA NAS NOTÍCIAS POPULARES:
A CONSTRUÇÃO DE UMA NARRATIVA DRAMÁTICA**

ISA COELHO STACCIARINI

ORIENTADORA: CÉLIA MARIA LADEIRA MOTA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL

BRASÍLIA/DF: DEZEMBRO - 2013

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

A REPRESENTAÇÃO DA VIOLÊNCIA NAS NOTÍCIAS POPULARES:
A CONSTRUÇÃO DE UMA NARRATIVA DRAMÁTICA

Isa Coelho Stacciarini

Dissertação aprovada em 11 de dezembro de 2013 pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB) como parte das exigências para obtenção do título de mestre em comunicação

Banca Examinadora:

Profª. Dra. Célia Maria Ladeira Mota - presidente - FAC/UnB

Profª. Dra. Maria Jandyra Cunha - membro interno - FAC/UnB

Prof. Dr. Antônio Flávio Testa - membro externo - Fundação Getúlio Vargas (FGV)

Prof. Dr. Luiz Martins da Silva - suplente - FAC/UnB

BRASÍLIA/DF, 11 DE DEZEMBRO DE 2013

FICHA CATALOGRÁFICA

STACCIARINI, ISA COELHO

A representação da violência nas notícias populares: a construção de uma narrativa dramática [Distrito Federal] 2013.

147p., 210 x 297 mm (FAC/UnB, Mestre, Comunicação Social, 2013).

Dissertação de Mestrado – Universidade de Brasília. Faculdade de Comunicação.

1. Significados imaginários

2. Figuras de linguagem

3. Narrativa

4. Retórica

I. FAC/UnB

II. Título (série)

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

STACCIARINI, I.C. (2013). A representação da violência nas notícias populares: a construção de uma narrativa dramática. Publicação FAC. DM –, Faculdade de Comunicação Social, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 147p.

CESSÃO DE DIREITOS

AUTORA: Isa Coelho Stacciarini.

TÍTULO: A representação da violência nas notícias populares: a construção de uma narrativa dramática.

GRAU: Mestre

ANO: 2013

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta dissertação de mestrado e para emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. A autora reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte dessa dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem autorização por escrito da autora.

Isa Coelho Stacciarini

Universidade de Brasília – Faculdade de Comunicação Social

Campos Universitário Darcy Ribeiro – Instituto Central de Ciências Norte (ICC Norte)

70.910-900 Brasília – DF – Brasil.

Para aqueles que depositaram em mim coragem e confiança. Que alimentaram meus sonhos e me ajudaram a seguir no caminho da fé: Vilmondes e Geisa. Para a minha “gema” Tata, com todo o amor do mundo.

AGRADECIMENTOS

À Deus e à Nossa Senhora pela misericórdia e consolo. Pelo amparo divino, paterno e materno principalmente quando a caminhada parecia, a olhos humanos, tão árdua, difícil e pesada. À Cristo e à Nossa Senhora de Fátima agradeço por me conduzirem com sabedoria, força e misericórdia. Por terem me socorrido nos momentos em que a confiança não parecia mais tão presente.

Aos meus pais, Vilmondes e Geisa, fonte de todo amor para que eu pudesse acreditar em mim mesma. Agradeço por terem sido o exemplo e a força para minha chegada até aqui. Por terem investido em uma criação zelosa baseada nos princípios da educação, religião, fé, conhecimento e leitura. Agradeço por confiarem no meu potencial de crescimento, na minha sede de jornalismo e por alimentarem o sonho da pós-graduação. Ao meu pai, agradeço pelo investimento, pela coragem e pelas palavras sábias que nunca me deixaram desviar o foco. À minha mãe, sou grata por sempre me socorrer com colo, exemplo e amor. Pelos ensinamentos exemplares e valiosos. À eles, agradeço por terem sido o alicerce e a base da minha educação.

À minha irmã e alma gêmea Taís por participar comigo dos momentos mais decisivos da pós-graduação. Por compartilhar comigo sonhos, sorrisos, sabedoria e força. À minha irmã, agradeço pelo companheirismo e comemorações em cada etapa concluída. Pelo auxílio inconfundível, exemplo, palavras de conforto, sorrisos sinceros e mesmo lágrimas quando tudo parecia não ir bem. Também sou grata aos meus irmãos Luciano, Flávia e Danilo que compartilharam apoio, incentivo, carinho e segurança para a conclusão desta pesquisa.

Ao meu namorado e jornalista Felipe Igreja que foi a fonte da minha inspiração, alegria e confiança. Por acreditar no meu potencial, pelas palavras de ânimo e por me acompanhar tão de pertinho. Ao Felipe agradeço pelo exemplo de profissionalismo e amor à comunicação social. Sou grata por me fazer enxergar a importância da missão de ser jornalista e pesquisadora. Tarefas que exigem paciência, paixão, vontade e inquietações.

À minha amiga e jornalista Hilda Rocha que sempre forneceu amparo em todos os momentos da vida. Por compartilhar comigo segredos, amizade e alegria, seja de longe ou mesmo tão de perto. Por me fazer acreditar que eu concluiria a minha dissertação e por me apoiar em cada sonho. Aqui destaco inclusive os colegas de redação do Jornal de Brasília e da TV Brasília.

Aos meus colegas de pós-graduação que se tornaram amigos, Cláudia Sória e Daniel Nardin, agradeço pela paciência e, principalmente, por compartilhar comigo anseios, dúvidas,

questionamentos e conquistas. Inclusive houve quem se tornou companheira após viagens para apresentação em congresso. Cito aqui Beatriz Vilela e Vivian Resende.

À minha professora orientadora Célia Ladeira Mota agradeço pela confiança depositada em mim e em meu objeto de estudo. Sou grata pelos auxílios imensuráveis e principalmente pelas recomendações de leitura que se tornaram a base para o andamento desta dissertação. Agradeço pelos ensinamentos teóricos e pela paciência durante encontros, reuniões e ajustes finais desta pesquisa. Obrigada pelo exemplo de orientação, sabedoria e profissionalismo.

Agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação que tanto me ensinaram e colaboraram com ensinamentos e experiência. Aqui elenco o professor Luiz Gonzaga Motta, a professora Maria Jandyra Cunha, o professor Sérgio Porto e o professor Fábio Pereira por contribuírem para a conclusão de um arcabouço teórico baseado em leituras, autores e experiências valiosas. Aproveito para inclusive agradecer à professora do Programa de Pós-Graduação do Departamento de Psicologia, Glaucia Starling, que me conduziu a novos conhecimentos e instruções do campo das ciências humanas.

Agradeço aos professores de graduação do UniCEUB que confiaram e acreditaram no meu potencial de ir além. Aqui destaco o professor Henrique Moreira e o professor Vivaldo de Sousa pelo incentivo e ensinamentos que se tornaram fundamentais para seguir sempre adiante na carreira acadêmica.

Agradeço aos professores da banca desta dissertação que se dispuseram de tempo e orientações valiosas. Sou grata pela disponibilidade e contribuições que enriquecem o pensamento teórico. Aqui cito o professor membro suplente da banca, Luiz Martins. Agradeço também, em especial, ao professor Antônio Flávio Testa pela generosidade com que aceitou participar como membro externo da banca. Obrigada pelo olhar atento e cuidadoso a essa dissertação e às reportagens de minha autoria.

Finalmente agradeço aos meus parentes que não foram citados nominalmente, mas que de longe contribuíram com uma palavra de ânimo, sabedoria e confiança para que eu pudesse chegar até aqui. Obrigada pela coragem, telefonemas, mensagens e envio de e-mails recheados de amor, cuidado e atenção.

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo investigar as narrativas sobre a violência em jornais populares do Distrito Federal: o *Aqui DF* e o *Na Hora H!*, enfocando a construção narrativa com destaque para os recursos dos usos das figuras de linguagem. A intenção é analisar como a publicação do fato contribui para a construção de um sentido emocional no leitor. Além disso, serão analisados paralelamente quais significados imaginários o noticiário policial provoca na mente dos receptores que contemplam a narrativa. Os procedimentos de averiguação foram realizados com base na linguagem que engloba expressões textuais, fontes, personagens, conflitos, significados imaginários e metanarrativa, seguindo a análise pragmática da narrativa. A retórica também foi considerada durante a pesquisa a partir dos jogos de palavras intencionalmente inseridos pelo narrador e que influenciam na persuasão e efeitos de sentido por parte do leitor. Os jornais foram selecionados pela popularidade própria de cada um e por estarem filiados a duas empresas jornalísticas conhecidas no Distrito Federal: o *Diários Associados* e o grupo *Jornal de Brasília*.

Palavras-chave: jornais populares, figuras de linguagem, narrativa, retórica, significados imaginários.

ABSTRACT

This study aims to investigate the narratives on violence published in popular newspapers at Brazilian Distrito Federal: *Aqui DF* and *Na Hora H!*, focusing the narrative construction and highlighting the resources of language figures used in. The objective is to understand how the published facts affect the building of an emotional sense in the reader. In addition, the research will prospect the imaginary meanings that the police news causes in receivers' mind. The measurement procedures were taken based upon the language that includes text expressions, sources, characters, conflicts, imaginary meanings and metanarrative, according to the narrative pragmatic analysis. The rhetoric was also considered within the research, referred to the wordplay used by the narrator which can influence the reader persuasion and meanings effects. The newspapers were selected by popularity criteria and for being affiliated to recognized journalism companies in the Brazilian Distrito Federal: *Diários Associados* and the *Jornal de Brasília* group.

Keywords: popular newspapers, language figures, narrative, rhetoric, imaginary meanings

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO – DANDO INÍCIO À PARTIDA

Introdução – Mídia e violência	7
Problematização	12
Hipóteses e comportamentos esperados	15
Objetivos	15
Objetivos gerais	15
Objetivos específicos	16

CAPÍTULO I – A VIOLÊNCIA COMO FENÔMENO ATUAL

1. O contexto social	18
1.1 O que é violência	19
1.2 Violência urbana	20
1.3 A dramatização.....	22

CAPÍTULO II – O CAMINHO TEÓRICO E METODOLÓGICO

2. O que é narrativa	27
2.1 Procedimentos metodológicos	30
2.2 A definição do corpus empírico.....	33
2.2.1 O jornal <i>Aqui-DF</i>	33
2.2.2 O jornal <i>Na Hora H!</i>	35
2.3 As capas dos jornais <i>Aqui-DF</i> e <i>Na Hora H!</i>	37

CAPÍTULO III – A NARRATIVA JORNALÍSTICA

3. Compreendendo a narrativa jornalística	40
3.1 A teoria democrática do jornalismo	43
3.2 Os polos do jornalismo	45
3.3 A cultura jornalística	45
3.4 O modelo Shudsoniano	48
3.5 Os valores-notícia	49
3.6 O jornalismo popular: processos e narrativas	51
3.7 Noticiabilidade dos jornais populares	56
3.8 As fontes de informação	62
3.9 O jornalismo sensacionalista	65

CAPÍTULO IV – É HORA DA ANÁLISE E DAS REPORTAGENS

4. Análise piloto das reportagens selecionadas	72
4.1 Primeira etapa da análise	72
4.2 Segunda etapa da análise	87
4.2.1 Aqui-DF	87
4.2.2 Na Hora H!	91
4.3 Terceira etapa da análise	95
4.3.1 Aqui-DF	96
4.3.2 Na Hora H!	100
CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
REFERÊNCIAS	107
ANEXOS I - ENTREVISTAS EDITORES-CHEFES <i>AQUI-DF</i> e <i>NA HORA H!</i>	
Ricardo Mignone, editor-chefe do <i>Na Hora H!</i>	111
Renaro Cardozo, editor-chefe do <i>Aqui-DF</i>	114
ANEXOS II - REPORTAGENS ANALISADAS <i>AQUI-DF</i> e <i>NA HORA H!</i>	118

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.0 – Diferenças de linguagem	14
Tabela 2.0 – Pontos Fortes x Pontos Fracos	34
Tabela 3.0 – Dias selecionados de análise	36
Tabela 4.0 – Comparação entre <i>Aqui-DF</i> e <i>Na Hora H!</i>	73

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1.0 – Diagrama de níveis de poder na narração jornalística	42
Gráfico 2.0 – Circulação X Preço de Capa (R\$), entre 2006 e 2012	55

Apresentação: dando início à partida

A ideia desta dissertação nasceu da hipótese de que as reportagens policiais dos jornais populares representam uma narrativa dramatizada da violência urbana no país, especificamente no Distrito Federal, com relatos que têm propósitos sensacionalistas, mas que vão ao encontro de leitores ávidos pelo que existe de trágico na realidade atual. E a partir de inquietações, desconfortos e dúvidas perante as discussões que envolvem as narrativas dos jornais populares, foi hora de preparar o terreno para o surgimento de um estudo que pudesse se desdobrar em um corpus definido. Para a elaboração do pensamento teórico valeu de tudo um pouco. Desde as disciplinas mais técnicas na Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (FAC/UnB) até o passeio pelas epistemologias dos cursos de ciências humanas e sociais. De início, logo no primeiro semestre dentro da experiência no solo da pós-graduação, foi preciso encarar três matérias que ajustaram todo um pensamento ainda disperso. Foram nas aulas de Teorias da Comunicação, Métodos de Pesquisa em Comunicação e Processos Interpretativos da Comunicação que o todo de um arcabouço teórico começou a fazer sentido.

A problematização, as hipóteses e os objetivos foram sendo ajustados pouco a pouco e, o que de início foi apenas um projeto de pesquisa, começou a sofrer processo de adaptação e ajustes para que a partir daí pudesse nascer dissertação de mestrado. Afina aqui, lixa ali, ajusta acolá.

Foi assim que de um pré-projeto ainda singelo, que propunha analisar as fontes de informação dos cadernos de polícia dos impressos populares *Aqui-DF* e *Na Hora H!*, nasceu um outro intuito mais direcionado ao campo acadêmico: a representação da violência e a narrativa dramática das reportagens de polícia.

No segundo semestre do mesmo ano, que só começou no fim de 2012 em razão da greve das universidades federais de todo o Brasil, foi hora de experimentar novos conhecimentos que pudessem auxiliar o processo de produção de toda a pesquisa. As disciplinas na psicologia e sociologia se tornaram mais atrativas diante da proposta de averiguar os efeitos de sentido que as narrativas populares de polícia provocam na mente e no imaginário dos receptores. Nessa altura do campeonato uma pesquisa mais aprofundada já começava a tomar forma e fazer mais sentido.

Na disciplina de Seminário em Psicologia Clínica e Cultura 2 foi rico mergulhar na tentativa de compreender a mente humana, os significados culturais e as relações sociais. Toda quinta-feira, durante as exposições da professora Gláucia Starling, era possível ajustar a

ideia da dissertação. As anotações de novos pensamentos para a produção de pesquisa se tornavam inevitáveis. Na sociologia a frequência das aulas da disciplina Tópicos Especiais em Sociologia da Cultura foi por um tempo experimental. Durante esse período, porém, foi possível conhecer e aplicar um pouco mais os teóricos e sociólogos que ajudaram a dar ênfase na dissertação. Ainda na FAC as últimas duas matérias teóricas – Seminário de Pesquisa 1 e Tópicos Especiais em Comunicação 1 – auxiliaram na debruça de leituras, conhecimento, autores e pesquisadores.

Na primeira disciplina os investimentos de leituras e apresentações de cada um dos grupos de estudo, orientados pelo dinâmico professor Fábio Pereira, foram um dos suportes para a produção desta pesquisa. Atrelado a isso, os ensinamentos e encontros com a professora e orientadora Célia Ladeira Motta e Maria Jandyrá Cunha todas as quintas-feiras para a disciplina Tópicos Especiais em Comunicação 1 se tornaram base de elaboração desta dissertação.

Nesta fase se cumpriram os 24 créditos exigidos, mas, além do dever de casa, as disciplinas foram fonte de pesquisa, leituras, recortes de objeto, definição de corpus e, principalmente, ajuste de foco. Quanto à escolha dos dois jornais populares, a definição aconteceu em razão de experiência profissional como repórter do Jornal de Brasília, empresa que edita também o impresso popular *Na Hora H!*. Com um valor de R\$ 0,25 o *berlinder* surgiu seis meses depois da inauguração do *Aqui-DF*. Pertencente ao grupo *Diários Associados* e vendido a R\$ 0,50, o tabloide nasceu em março de 2006 e em agosto de 2006 aparecia o *Na Hora H!*. Concorrentes no mercado de impressos populares, eles disputam leitores cada qual com suas características de linguagem.

Já o tema sobre jornalismo policial vem sendo estudado teoricamente desde a época de graduação. As reportagens sensacionalistas sempre foram objeto de estudos e análise, contudo a linguagem e os estudos de recepção ficam aquém se comparados às demais linhas de pesquisa. Para a conquista do diploma de bacharel em Comunicação Social com habilitação em jornalismo foi aprovada a monografia que tratava da editoria de segurança pública. Na pós-graduação a ideia não foi diferente. O pensamento quase que único era aprofundar as pesquisas em um contexto de violência. A ideia de observar o noticiário policial nos jornais populares foi um flash quase que instantâneo em razão das próprias características dos impressos. Eles têm um foco direcionado aos assuntos de segurança e aplicam nas narrativas figuras de linguagem na maior parte do tempo.

Na prática, a pesquisadora saiu do campo de repórter de cidades para jornalista de polícia. Diante desse cenário, a escolha não poderia ser outra senão o mergulho de cabeça em

um objeto de narrativa das reportagens policiais. Os dados dessa pesquisa ficam disponíveis para quem quiser consulta-los. Para aplicá-los, basta citar a fonte.

Introdução – Mídia e Violência

Segundo o sociólogo francês Edgar Morin, a mídia não inventou o crime. Ela apenas registra e coloca os fatos à exposição pública. Para Morin, a função diária da mídia é contar histórias, mesmo as mais violentas, que ocorrem especialmente em grandes aglomerados urbanos. A mídia pode influenciar pessoas, mas não tem o poder que em geral lhe atribuem. Para o sociólogo, o nosso problema é de civilização. A civilização tem uma inclinação ao trágico, à morte. O ser humano é estranho, adota atitudes estranhas e, por isso, formou uma civilização obtusa, estrábica. A violência que a mídia (também uma criação humana) ostenta é fruto do mundo que nós mesmos produzimos.

As crianças, por exemplo, já crescem sendo influenciadas pela cultura de violência. A programação televisiva infantil apresenta conteúdos de cultura de violência e os desenhos animados são sempre voltados para as batalhas ditas "entre o bem e o mal" onde acontecem sempre mortes violentas. Isso é cultura de violência, culturalmente se aprende que existem os fortes e os fracos, os que mandam e os que obedecem, os que são oprimidos e os que oprimem, vive-se num mundo onde a cultura de violência, na maioria das vezes, é o modo de viver em sociedade.

As dificuldades existentes no dia-a-dia, a onda de violência, a intolerância que se faz presente cada vez mais de forma constante nas atitudes do homem, a facilidade com que se admite uma atitude violenta como primeira atitude em um conflito, a banalização da violência constante parece ser tão "normal" que exige uma reflexão no mínimo necessária e lúcida. O que fazer diante de uma situação tão caótica? Como construir uma nova forma que responda a perguntas sem respostas diante da falência de tantas outras formas que deram em nada?

O primeiro passo será desconstruir o paradigma da violência, da ineficácia e da acomodação, da sensação de impotência que envolve a sociedade, e da tão cada vez mais "comum" situação em que se transformou a ideia de que se tem que aprender a conviver com a violência.

Tendo como foco o contexto relatado nos parágrafos anteriores, a presente dissertação se debruça no objeto teórico de investigar os efeitos de sentido a partir da construção da violência na editoria de polícia de dois impressos: o *Aqui DF* e o *Na Hora H!*, ambos do Distrito Federal e concorrentes no mercado de circulação de tabloides. Os veículos foram escolhidos pela popularidade e por pertencerem a duas empresas bem conhecidas na capital do Brasil, os *Diários Associados* e o grupo *Jornal de Brasília*. Em um corpus abrangente de

jornais populares e de distribuição gratuita no Distrito Federal que poderiam ser o foco desta produção acadêmica, a seleção pelos dois impressos de valores simbólicos – R\$ 0,50 e R\$ 0,25 – se deu em razão de uma experiência profissional ainda na empresa do grupo *Jornal de Brasília*.

A abordagem teórico-metodológica é a da Análise Pragmática da Narrativa, com base em conceitos do professor Luiz Gonzaga Motta¹. Esta análise começa pela observação de expressões textuais do acontecimento relatado, com a identificação das fontes de informação, personagens e conflitos da narrativa. No entanto, o processo interpretativo se baseia na retórica, uma vez que no ato retórico as palavras se tornam o foco da narrativa e a própria forma como são utilizadas contribui para a significação total do texto. Inclusive é a própria linguagem que ao final indica percepções de emoções, valores e ações. Para Aristóteles (1999), a retórica é o uso do argumento para persuasão. Assim, é levada em conta também a adequação do texto da cobertura policial de cada dia às características dos leitores a partir do uso de uma linguagem que possa ser compreendida. Para isso, os jornais recomendam aos repórteres que escrevam um texto que se aproxima da linguagem do público, substituindo palavras técnicas e de difícil significado.

Este desafio não é exclusivo dos jornais populares. Amaral (2006) relata que toda reportagem deve ser redigida com base no princípio de que o público não está familiarizado com o tema. Entretanto, para a jornalista, utilizar uma linguagem simples e clara não significa produzir um texto ruim ou pobre. “Esse é um dos desafios do jornal popular: não produzir apenas o texto que se adequa (*sic*) às expectativas do leitor, mas levar as pessoas, progressivamente, a apreciarem um texto de melhor qualidade” (AMARAL, 2006, p. 115).

Para esta pesquisa, foi realizada uma análise de cada reportagem policial por um período de 21 dias compreendido entre a data de 1ª a 21 de maio de 2013. Optou-se por escolher as matérias jornalísticas que foram as manchetes de capa de cada um dos veículos.

Numa segunda etapa, o trabalho analisa os significados das reportagens policiais dos dois jornais populares. Com base nas temáticas das notícias, este trabalho acadêmico visa entender de que forma a violência e a criminalidade no Distrito Federal são vividas pela população das regiões administrativas periféricas do Plano Piloto, e qual é o papel das narrativas dramatizadas dos jornais para a construção desta percepção da violência como um estado de risco permanente e de sentimento de insegurança geral.

¹ Professor-Titular da Universidade de Brasília (UnB). Jornalista, mestre em jornalismo pela Indiana University (USA), doutor em comunicação pela University of Wisconsin (USA), estágio de pós-doutorado na Universidad Autònoma de Barcelona, Espanha.

Problematização

Compreender quais os efeitos de sentido que os jornais populares produzem na construção de narrativas de criminalidade e como isso repercute na mente dos receptores por meio dos significados imaginários é o ponto central do problema de pesquisa. Jornais populares são impressos vendidos a preços mais baixos, em formato, geralmente, de tabloide, tachado em alguns casos como dramáticos, com poucas páginas e muito espaço para publicidade. Os exemplares são comercializados em pontos estratégicos da cidade onde há intensa circulação de pessoas por dia e ao mesmo tempo. Locais como rodoviária, hospitais públicos, pontos de metrô, bancas instaladas em órgãos do Governo do Distrito Federal (GDF) e repartições públicas federais são lugares onde é possível encontrá-los.

Assim, para o desdobramento dessa dissertação, é preciso primeiro definir o que são jornais populares, porque são caracterizados como impressos sensacionalistas, e de que forma corroboram para um sentimento coletivo de medo e apreensão por parte dos leitores aos quais se dirigem. Para melhor observar o texto jornalístico, se adotou a análise da narrativa com base nos recursos da retórica como procedimento teórico-metodológico, porque a narrativa nos permite compreender quem somos, como representamos os lugares onde vivemos, como interpretamos a nossa relação social.

Já a retórica se desdobra na performance de persuasão a partir do uso da linguagem. Segundo Aristóteles (1999), o convencimento do leitor acontece por meio de três instâncias: o *logos*, referente ao convencimento pela razão, o *pathos*, que se refere ao convencimento pela emoção, e o *ethos*, que é o convencimento pelas qualidades pessoais. Os meios de persuasão são divididos em duas instâncias pelo autor: não técnicos e técnicos. Os que independem da retórica como arte, por já preexistirem, são aqueles chamados de não técnicos. Aristóteles (1999, p. 86-89) os divide em cinco: as leis, os tratados, as testemunhas, os contratos (ou documentos), as confissões obtidas pela tortura, que era um meio de prova lícito na Grécia, e o juramento.

Por outro lado, há aqueles “dependentes da arte”, que são os técnicos. Estes são subdivididos em três espécies: o *ethos*, fundada no orador e que provoca o convencimento pelas qualidades pessoais; o *pathos*, no auditório e que se refere ao convencimento pela emoção; e o *logos*, no discurso e que se refere ao convencimento pela razão.

Leva-se assim em consideração que o relato jornalístico ou a notícia é uma narrativa factual, que conta fatos envolvendo pessoas, e que são representadas como personagens da mesma forma como ocorre nas narrativas fictícias. Como personagens dos fatos relatados,

devem ser vistos como ‘figuras de discurso’ ou ‘figuras de papel’, ou seja, embora representações de pessoas reais, envolvidas em dramas reais, para efeitos de análise devem ser observados como agentes ou vítimas de ações, protagonistas ou antagonistas. São os personagens que narram, indiretamente, o acontecimento e concorrem para a sua dramatização.

Para perceber como esta dramatização da realidade ocorre, começamos pelas questões textuais, ou seja, pelo exame dos textos das notícias:

- 1- Como o uso de figuras de linguagem nos textos policiais, como a hipérbole e metáfora, constrói uma narrativa com efeitos de sentido emocionais?
- 2- Os jornais pretendem falar para públicos de classe C e D, mas de fato eles direcionam a narrativa para esses leitores?
- 3- Para a construção de uma narrativa voltada para estes públicos os jornais utilizam que tipos de personagens como testemunhos dos acontecimentos?
- 4- Que conflitos narrativos são exacerbados no texto jornalístico?
- 5- Como a representação do crime provoca efeitos de real?
- 6- A construção simbólica da violência nestas notícias é naturalizada, ou seja, suas causas e agentes não são percebidos pelos leitores?

Em suma, os veículos de comunicação têm a perspicácia de produzir efeitos de sentido das mais variadas características. Do poético ao mais dramático, a intenção é sempre produzir um efeito de veracidade que corresponde ao fato tal qual ele aconteceu. No entanto, a função de causar vertentes de significações a partir da intenção primária de reforçar sentimentos pode ser explícita ou implícita, estar intencionalmente lançada nos recursos visuais inseridos na narrativa ou escondida nas entrelinhas por meio de recursos e figuras de linguagem.

Entre os efeitos intencionais e aqueles que de fato se tornaram reais, o círculo interminável de jogos de sentido se tornam mais atuantes em impressos menos reconhecidos diante de uma característica popularesca e sensacionalista. Com uma linguagem informal e manchetes chamativas, os impressos dessas características são direcionados para o público que, em alguns casos, não possuem afinidade com a leitura de jornais reconhecidos e que não têm interesse em desembolsar um valor mais alto para adquiri-los. Assim, os tabloides

populares precisam adequar a publicação de cada edição às características dos leitores. É o que mostra o estudo realizado por Amaral:

Tabela 1.0 – Diferenças de linguagem (AMARAL, 2006, P. 53)

23/09/2005	
Jornais de referência	Jornais populares
Eleição de 2006 tumultua a sucessão de Severino – <i>O Globo/RJ</i>	Jeany entrega à PF agenda de festinhas – <i>O Dia/RJ</i>
Dantas financiou o mensalão – <i>Jornal do Brasil/RJ</i>	Bomba e pânico no condomínio – <i>Jornal da Tarde/SP</i>
Presidente do Conselho quer absolvição de 5 deputados – <i>Folha de S.Paulo/SP</i>	“Os filhos não sabem que o pai está preso”, diz mulher de Edinho – <i>Diário de S.Paulo/SP</i>
Brasil quer atrair o capital externo para título público – <i>Valor Econômico/SP</i>	Leão faz blitz para cobrar dívidas antigas – <i>Agora São Paulo/SP</i>
2 milhões fogem do furacão Rita – <i>Zero Hora/RS</i>	Polícia Civil assaltada pela miséria – <i>Diário Gaúcho/RS</i>

Por outro lado, a morte é noticiário tanto de jornais elitistas quanto aqueles reconhecidos como populares. A diferença, portanto, é que um corpo estendido no chão se torna manchete de capa dos impressos de até R\$ 0,99 mesmo sem uma relevância de maior interesse público. Neste caso, a vida é banalizada em detrimento de maior venda de jornais, conquista de leitores e captação de público assíduo. A morte no jornalismo é diariamente narrada por jornalistas como sendo uma realidade quase que cotidiana das mais diversas regiões do país. E o drama se torna elemento substancial da vida real. Inclusive manchetes de títulos que expressam noticiários policiais se tornam preferência no gosto de um público que se insere como personagens da trama que é costurada com base no tempo real. O jornal quer seduzir o leitor com informações que vendam cada vez mais edições dos títulos.

Hipóteses e comportamentos esperados

Esta pesquisa trabalha inicialmente com a hipótese de que a violência social é construída dramaticamente pelos jornais conhecidos como populares e provoca significados imaginários na mente desses receptores. Recorrendo às figuras de linguagem como hipérbole, que intensifica e exagera a ocorrência dos fatos, e a metáfora, que substitui palavras e expressões sem relação com o real e contribui para que o imaginário do leitor associe e

depreenda sensações e emoções, a narrativa das reportagens policiais acaba por se tornar um elemento sensacional de valorização dos acontecimentos policiais. Diante das expressões textuais inseridas na reportagem, sentimentos de insegurança, medo e receio podem ser as diferentes reações dos leitores ao lerem uma reportagem policial dos jornais *Aqui-DF* e *Na Hora H!* .

Como segunda suposição o estudo trabalha com a análise da forma pela qual os recursos de linguagem são empregados nos impressos reconhecidos como populares. Com um linguajar grotesco, exagerado e que intensifica o valor do fato, as reportagens desses jornais acabam por privilegiar a atenção e o gosto de um público específico de regiões e classes menos favorecidas, geralmente a de C e D. Conseqüentemente, as palavras informais e expressões coloquiais podem provocar efeitos de sentido na mente dos leitores. Ao se deparar com um vocabulário demasiadamente popularesco e, em alguns casos, sensacionalistas, o público acaba depreendendo sensações das mais variadas formas a partir das narrativas das reportagens policiais dos jornais que serão avaliados.

A proposta da pesquisa é verificar a validade das hipóteses acima para estudar se, ao final do trabalho, elas irão confirmar que, geralmente, as reportagens policiais dos dois impressos analisados tendem a um linguajar popularesco.

Objetivos

Objetivo Geral

O objetivo da dissertação acadêmica é estudar os efeitos de sentido dramáticos das reportagens policiais dos dois jornais populares – *Aqui DF* e *Na Hora H!*. A finalidade da pesquisa é avaliar como a narrativa da editoria de polícia contribui para que os leitores depreendam sensações de desconforto perante o que é oferecido.

A coleta das reportagens de polícia foi realizada no período de 21 dias, de 1ª a 21 de maio de 2013. Os jornais publicados em finais de semana pelo *Aqui DF* não entraram na análise das narrativas, pois nesse período não circula o periódico *Na Hora H!*.

Foram estudadas as reportagens manchetes dos dois impressos. A análise ocorreu a partir da metodologia pragmática proposta por Motta com o recurso da retórica que considera os argumentos como fonte de persuasão. Para contribuir com a pesquisa foi realizada entrevista com os editores-chefes do *Aqui-DF* e *Na Hora H!*

Objetivos Específicos

- ✓ Desenvolver uma análise das reportagens selecionadas por um período de 21 dias referente a data do dia 1ª de maio até 21 de maio de 2013;
- ✓ Verificar que elementos, significados e valores culturais e morais a narrativa popular constrói;
- ✓ Averiguar as figuras de linguagem e expressões textuais que possam provocar efeitos de sentido dramáticos nos receptores;
- ✓ Examinar se os recursos da língua empregados no texto provocam significados imaginários na mente dos leitores;
- ✓ Identificar a expressão textual do acontecimento que manifeste uma narrativa popularesca direcionada ao público de classe C e D;
- ✓ Realizar entrevista com os editores-chefes dos dois jornais populares, Renaro Cardozo e Renato Mignone.

Capítulo I

A VIOLÊNCIA COMO FENÔMENO ATUAL

1. O contexto social

As causas do aumento da violência no Brasil são complexas e envolvem questões socioeconômicas, demográficas, culturais e políticas. Segundo o Mapa da Violência 2012, elaborado pelo Instituto Sangari, o número de assassinatos no Brasil passou de 13.910 em 1980 para 49.932 em 2010, correspondendo a um aumento de 259% ou o equivalente ao crescimento de 4,4% ao ano. A taxa de homicídios que era de 11,7 para cada 100 mil habitantes atingiu, no mesmo período, 26,2. A ONU considera aceitável o índice de 10 homicídios para cada grupo de 100 mil habitantes. Nessa faixa estão países desenvolvidos, como Estados Unidos, Canadá, países europeus e asiáticos. O Brasil, porém, com mais do que o dobro desse patamar, se alinha às nações mais pobres da América Latina e da África.

O número é superior a países em conflitos, como Iraque e Afeganistão, e comparado a nações africanas e caribenhas com governos e instituições precárias e instáveis. Na América do Sul, somente Venezuela (45,1) e a Colômbia (33,4) possuem taxas maiores. A Venezuela é assolada por uma crise financeira e pela escassez de alimentos, enquanto a Colômbia vive conflitos com narcotraficantes das Farc (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia).

O assunto tem sido discutido, nos últimos anos, por pesquisadores de diferentes áreas, incluindo a médica, pois os assassinatos estão entre as principais causas de mortes de jovens no país. A pobreza e a desigualdade social são comumente apontadas como fatores que estimulam a violência e a criminalidade. De fato, jovens que vivem em comunidades carentes são aliciados por traficantes e veem no crime uma opção de vida.

Porém, a redução dos índices de pobreza do país não foi acompanhada de semelhante queda nos índices de criminalidade. Na última década, 40 milhões de brasileiros saíram da pobreza em razão da estabilidade econômica e dos programas sociais. No mesmo período, de 2000 a 2009, a taxa de homicídios permaneceu estável: 26 mortes por 100 mil habitantes, com reduções significativas apenas em São Paulo e Rio de Janeiro.

A violência se distingue em variados níveis, desde a física, psicológica, verbal, patrimonial e moral – que se enquadram em um contexto de violência doméstica que ocorre dentro do seio das relações parentais – até os descritos na violação da lei penal classificados contra a pessoa, contra a vida, o patrimônio, a honra e a administração pública. Roubo, furto, estelionato, homicídio, latrocínio, receptação, porte e posse de arma de fogo são alguns dos crimes que se configuram no país onde as mortes causadas por arma de fogo apresentou uma ascensão de 346% entre os anos de 1980 e 2010, segundo o Mapa da Violência de 2013.

De acordo com o estudo do Instituto Sangari, no período compreendido entre 30 anos, as vítimas passam de 8.710, no ano de 1980, para 38.892, em 2010. No mesmo intervalo de tempo, a população do país cresceu 60,3%. O alto crescimento das mortes por armas de fogo foi puxado, quase exclusivamente, pelos homicídios, que cresceram 502,8%, enquanto os suicídios com armas de fogo cresceram 46,8% e as mortes por acidentes com armas caíram 8,8%. De acordo com o levantamento, o crescimento da mortalidade por armas de fogo foi maior entre as pessoas com idade entre 15 e 29 anos (414%), se comparado com o conjunto da população (346,5%).

Assim, entre os 12 países mais populosos do mundo, o Brasil é o que tem mais mortes por arma de fogo. O segundo colocado no ranking, o México, registrou 17.561 homicídios por tiros. A média nacional está em 19 mortes por arma de fogo a cada lote de 100 mil habitantes. Mas diversas unidades da federação ultrapassam a casa dos 30 óbitos por tiro, como Espírito Santo, Bahia, Paraíba e Pernambuco.

Três fatores, segundo a pesquisa, contribuem para índices tão alarmantes: a facilidade de acesso às armas de fogo, a cultura da violência e os elevados níveis de impunidade vigentes. Diante de um cenário cada vez mais obscuro, a forma como os fatos violentos são noticiados pela imprensa, em especial a popular que se baseia em uma cobertura de forma mais sensacionalista, acaba por contribuir para um sentimento coletivo de insegurança, impunidade, medo e receio.

1.1 O que é violência

De origem latina, o vocábulo deriva do latim “*violentia*”, que significa “veemência, impetuosidade”. Mas na sua origem está relacionada com o termo “violação” (*violare*). O Dicionário Houaiss define violência como sendo a “ação ou efeito de violentar, de empregar força física (contra alguém ou algo) ou intimidação moral contra (alguém); ato violento, crueldade, força”. No aspecto jurídico, o mesmo dicionário define o termo como o “constrangimento físico ou moral exercido sobre alguém, para obrigá-lo a submeter-se à vontade de outrem; coação”. A Organização Mundial da Saúde (OMS) define violência como sendo “a imposição de um grau significativo de dor e sofrimento evitáveis”.

A violência se refere às noções de constrangimento e de uso da superioridade física sobre o outro. A maior parte das dificuldades para conceituar a violência vem do fato dela ser um fenômeno e cujas manifestações provocam ou são provocadas por uma forte carga emocional de quem a comete, de quem a sofre e de quem a presencia. Por isso, para entender

sua dinâmica na realidade brasileira é importante compreender a visão que a sociedade projeta sobre o tema. Os eventos violentos sempre passam pelo julgamento moral da sociedade.

Para todos os efeitos, guerra, fome, tortura, assassinato, preconceito contribuem para uma violência que se manifesta de várias maneiras. Na comunidade internacional de direitos humanos, a violência é compreendida como todas as violações dos direitos civis (vida, propriedade, liberdade de ir e vir, de consciência e de culto); políticos (direito a votar e a ser votado, ter participação política); sociais (habitação, saúde, educação, segurança); econômicos (emprego e salário) e culturais (direito de manter e manifestar sua própria cultura).

No campo da ciência psicológica, Bock, Furtado e Teixeira (1995, p. 283), definem violência como o uso da agressividade, com fins destrutivos, podendo ser voluntário, racional e consciente ou involuntário, irracional e inconsciente. Complementando, Mangini (2008), apud Fiorelli, José Osmir & Mangini, Rosana C. Ragazzoni (2009, p. 266) dizem que a violência ocorre quando a agressividade não está relacionada à proteção de interesses vitais, trazendo em si a ideia de destruição, do investimento destrutivo entre seres da mesma espécie quando outras vias de solução poderiam ser empregadas.

Por outro lado, a violência perpassa regras ainda não tão explícitas aos olhos do povo brasileiro, uma vez que a criminalidade que se estranha, aquela que tira a segurança e tranquilidade, se refere ao mundo privado e ameaça o cotidiano de uma comunidade, coloca em risco a própria sociedade. Porém, a violência se fez presente até mesmo na formação da sociedade brasileira a partir da exclusão social e política, a dominação e as desigualdades econômicas, sociais e culturais, que têm origem já no início da colonização. Toda prática e toda ideia que reduza um sujeito à condição de objeto, que viole alguém interna ou externamente é violência e, neste sentido, porém, os brasileiros não se percebem como um povo violento, porque a violência estrutural e institucional sempre esteve presente, tão natural que quase não se dá conta dela.

Se há causas sociais que geram violência, também é verdade que o comportamento violento não pode ser atribuído a uma única causa – genética, biológica, social ou psicológica.

1.2 Violência urbana

O fenômeno social de comportamento deliberadamente transgressor e agressivo ocorrido em função do convívio urbano se enquadra em um contexto de violência urbana. A classificação desse tipo de criminalidade se enquadra em características que se diferenciam de outros tipos de violência. Assim, sua manifestação mais evidente é o alto índice de

criminalidade; e a mais constante é a infração dos códigos elementares de conduta civilizada. A violência urbana é determinada por valores sociais, culturais, econômicos, políticos e morais de uma sociedade. No entanto, ela incorpora modelos copiados dos países de maior influência na esfera internacional.

As manifestações mais extremadas da violência urbana ocorrem em sociedades nas quais há uma tradição cultural de violência e acentuadas divisões étnicas, sociais e econômicas. A violência urbana é grande em países em que funcionam mal os mecanismos de controle social, político e jurídico. Em países como o Brasil, de instituições frágeis, desigualdades econômicas e uma tradição cultural de violência, a realidade do cotidiano das grandes cidades é violenta. São frequentes os comportamentos criminosos graves, como assassinatos, linchamentos, assaltos, tráfico de drogas, tiroteios entre quadrilhas rivais e corrupção, além do desrespeito sistemático às normas de conduta sociais estabelecidas pelos códigos legais.

Uma das causas do crescimento da violência urbana no Brasil é a aceitação social da ruptura constante das normas jurídicas e o desrespeito à noção de cidadania. A sociedade admite passivamente tanto a violência dos agentes do estado contra as pessoas mais pobres quanto o descompromisso do indivíduo com as regras de convívio. Ficam impunes o uso da tortura pela polícia como método de investigação; a ocupação de espaços públicos por camelôs e donos de carros; as infrações de trânsito; a incompetência administrativa; a imperícia profissional; a negligência causadora de acidentes e o desrespeito ao consumidor.

Além de falhar nos fatores preventivos – fornecendo educação, moradia e emprego para famílias carentes – o Estado também falha na repressão ao crime organizado. As polícias civil e militar no Brasil são mal remuneradas e conhecidas pela corrupção e truculência. A violência policial no país é constantemente alvo de denúncias por entidades como a Anistia Internacional, em casos emblemáticos como os massacres do Carandiru (1992), da Candelária e de Vigário Geral (1993).

Por outro lado, o sistema penitenciário, que deveria contribuir para a recuperação de criminosos, tornou-se foco de mais violência e criminalidade, em cadeias e presídios superlotados. Dados do Governo Federal apontam que, entre 1995 e 2005, a população carcerária cresceu 143,91%, passando de 148 mil para 361 mil presos. De 2005 a 2009, o crescimento foi de 31,05%, chegando a 474 mil detentos. Hoje, há um déficit de 195 mil vagas no sistema prisional brasileiro.

Há, por fim, uma sensação de impunidade, provocada pela lentidão da Justiça brasileira. Segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), de 90 milhões de processos que

tramitaram nos tribunais em 2011, 71% (63 milhões) encerraram o ano sem solução, ou seja, de cada 100 processos, 71 não receberam sentenças graças ao acúmulo de trabalho e à burocracia.

1.3 A dramatização

O drama, em grego, significa ação. O vocabulário vem do verbo grego “drao”, e quer dizer: agir. Toda dramatização acontece por meio de ações, movimentos e fazeres. Não existem dramas estáticos. São categorias do texto dramático a ação com a sucessão e encadeamento de acontecimentos que podem conduzir a um desfecho da ação dramática. Atrelado aos movimentos entram os personagens, que são os agentes da ação; o espaço que corresponde ao lugar, ambiente, meio social ou cultural onde se desenrola a ação; e o tempo que dá conta do momento do desenrolar da ação.

Assim, um texto dramático privilegia a dinâmica do conflito, tentando representar as ações e reações humanas, pela tragédia, pela comédia e pelo drama propriamente dito. O texto dramático predomina a função apelativa da linguagem e figuras da língua. A narração utiliza um discurso múltiplo e complexo, com os respectivos signos linguísticos, no caso de jornal impresso. Em âmbito televisivo, por exemplo, existem os recursos dos signos paralinguísticos, como entoação, voz, expressão corporal, elementos de caracterização dos atores, ou mesmo elementos que se encontram fora do ator, como o espaço cénico e os efeitos sonoros.

Aristóteles (1987) faz um julgamento da tragédia que perpassa a apresentação das ações de personagens. Num dado momento o narrador da tragédia precisa saber escolher o momento, ou seja, selecionar o ponto crucial de uma ação, quando ela inicia, e quando se encerra. Além de encená-la do modo mais unificado possível. Tal circunstância levou Aristóteles a formular a célebre questão das três unidades que caracterizam a tragédia: a unidade de tempo, de lugar e de ação. Segundo a filósofa Luísa de Holanda (2007), para que os espectadores sejam testemunhas da ação da personagem é preciso que tudo possa se apresentar num mesmo lugar, em um pequeno intervalo de tempo e de modo que todos os acontecimentos se encaixem perfeitamente.

Assim sendo, podemos concluir que o fato de um gênero poético ser narrado e o outro ser dramatizado leva a enormes diferenças quanto às questões da unidade e da apresentação formal e conteudística, o que, no julgamento de Aristóteles, justifica a superioridade da tragédia sobre a epopeia (HOLANDA, 2007, p.71)

O fato de presenciar uma ação, em vez de apenas ouvir falar dela por alguém que a presenciou e que agora a relata, produz no ouvinte, ou leitor, ou espectador, um efeito de outra ordem. Aristóteles (1987) trata que esse efeito seria o de engendrar o medo – classificado como *fóbos* - e a compaixão – *eleós* -. Ou o terror e a piedade, segundo cada tradução, em seus espectadores, gerando a catarse.

Independentemente do sentido atribuído ao fenômeno da catarse, queremos ressaltar que o fato de a tragédia ser dramatizada contribui diretamente para que suscite as emoções a ela ligadas. Dito de outra forma, não seriam essas as emoções relacionadas ao efeito próprio da tragédia caso ela fosse narrada. Devemos ressaltar que é a própria forma dramática, e não a encenação, que contribui decisivamente para tal efeito, embora a encenação possa ser de grande auxílio. Ainda que apenas com palavras e não com pessoas atuando, o drama, ao tornar presentes os acontecimentos, mostra ao invés de descrever ou contar, e é esse caráter de fenômeno presente que se torna capaz de suscitar as emoções que lhe são peculiares (HOLANDA, 2007, p. 72)

A especificidade da forma dramática tem ligação com a geração de reações determinadas: as emoções de medo e de compaixão nos espectadores que, envolvidos com os acontecimentos e tocados pelo sofrimento da personagem, sentem-se, por um lado, ameaçados por tal sofrimento e, por outro lado, identificados com a personagem (Holanda, 2007). A filósofa destaca que, segundo a retórica – que trata dessas mesmas emoções a partir de um ponto de vista diverso, analisando os casos em que elas serão mais provavelmente suscitadas –, o medo relaciona-se a alguma ameaça em um futuro próximo e a compaixão ao sofrimento de outro ser humano. Medo e compaixão seriam paralelos, de acordo com a retórica, no sentido de que um se direciona para a própria pessoa que o sente, ou seja, quem teme, teme por si, e o outro se direciona para outra pessoa ou, mais especificamente, para um semelhante.

O medo, por conseguinte, seria uma espécie de compaixão por si mesmo e a compaixão seria uma espécie de medo pelo outro. Além disso, ambos se posicionam a meio caminho entre a proximidade e o distanciamento. Uma ameaça muito distante não provoca verdadeiro medo, e uma ameaça muito próxima provoca uma sensação muito mais forte do que o mero medo. Um sofrimento ocorrido a alguém muito distante não nos toca suficientemente para sentirmos compaixão, enquanto que um sofrimento ocorrido a alguém próximo demais causa, mais do que compaixão, repugnância. Logo, o medo é um sentimento intermediário, e que se relaciona a fatos que ameaçam de modo não tão forte nem tão fraco, ou seja, a fatos de certa forma intermediários; e a compaixão é um sentimento para com pessoas intermediárias, isto é, para com pessoas próximas o suficiente para que possamos nos identificar com elas, mas distantes o suficiente para que não possamos nos sentir pessoalmente atacados pelo mesmo sofrimento. (HOLANDA, 2007, p. 75)

Para Holanda, distanciamento e aproximação ou, em outras palavras, abrandamento e intensificação, são os movimentos próprios da tragédia: atenuar o que é demasiadamente violento, distanciar o que está próximo demais e, por outro lado e simultaneamente,

intensificar o que é demasiadamente fraco e disperso, aproximando o que está distante. A filósofa explica que, por conseguinte, a aproximação faz com que o espectador se envolva e se emocione, e o distanciamento faz com que observe e reflita, e ambos os movimentos devem acontecer a um só tempo. Emoção e pensamento não são, pelo menos no caso trágico, excludentes.

É como se a medida do distanciamento, na tragédia, fosse proporcional apenas à necessidade de que os espectadores se comportem como observadores, isto é, não interfiram na cena, mas somente pensem e sintam coisas relacionadas a ela. Levando em consideração essa necessidade de não-interferência, a aproximação deve ser a maior possível. Aristóteles afirma “nós contemplamos com prazer as imagens mais exatas daquelas mesmas coisas que olhamos com repugnância, por exemplo, as representações de animais ferozes e de cadáveres”.

Se, portanto, analisarmos as relações de aproximação e de distanciamento no caso pictórico, poderemos afirmar que a imagem possui um alto grau de distanciamento, se comparada à poesia de modo geral. Animais ferozes e cadáveres, para repetirmos os exemplos aristotélicos, nos impelem a fugir ou a virar o rosto em gesto de repulsa, enquanto que as imagens dos mesmos nos causam curiosidade, admiração e até prazer, no sentido de que nos fazem melhor compreender aquilo que representam. Não obstante, também são capazes, em certos casos, de produzir um efeito de aproximação e de provocar reações desagradáveis em seus observadores, mas em todo caso reações geradas por algum tipo de compreensão ligada à imagem. Conseqüentemente, distanciamento e aproximação também estão ambos presentes na pintura, mas de tal modo que aquele talvez seja tão predominante nesta quanto o é a aproximação na arte trágica, ou seja: a medida do distanciamento e da aproximação, na pintura, é inversamente proporcional à medida de ambos na tragédia (HOLANDA, 2007, p. 77)

A jornalista Cristiane Brum Bernardes (2004) considera que a narratividade atua em conjunto com o predomínio da imagem e a busca da dramatização. As três instâncias, paradigmáticas do caráter dinâmico do gênero jornalístico popular, foram constituídas na esteira do “melodrama”, expressão formadora da matriz simbólico-dramática popular, segundo Martín-Barbero (1987). “Perceber as relações que se estabelecem entre elas na formação dos produtos culturais é importante para dar conta da totalidade desses processos produtivos” (BERNARDES BRUM, 2004, p. 167).

No caso da imprensa popular, os jornais são provocadores de riso e repulsa, seduz. Traz o leitor para perto da narrativa de forma a hipnotizá-lo e envolvê-lo naquilo que o representa, que subverte ao bom gosto, que espelha um espírito fraco e sublimador das suas frustrações (até mesmo libidinosas). O rebaixamento de padrões é inerente a todos e o gosto

pelo grotesco ultrapassa o pensamento de que o consumo desse importante fenômeno estético é privilégio das classes mais pobres.

Por trás da máscara, a elite é também público identificado com esse padrão de falta de espírito forte e de repetição exaustiva do banal, a que Nietzsche chamou de “asno” (Ecce Homo). Asno, burro são variações zoológicas da Besta, são inclinações fatais para o grotesco chocante. Animalizar-se ou não afigura-se como o dilema principal da cultura excrementícia. (SODRÉ e PAIVA, 2002, p.151-152)

O gosto pelo terrível e o desconcertante é a garantia da permanência do grotesco na história, nas artes e também nas mídias contemporâneas. O rebaixamento erguido por uma combinação de diferentes elementos capazes de suscitar uma cadeia padronizada de reações no público, como o riso, a repulsa e o espanto é o ponto de partida para a construção de significados imaginários e sensações.

Com efeito, não se trata aí do mero feio, mas do grotesco, um tipo de criação que às vezes se confunde com as manifestações fantasiosas da imaginação e que quase sempre nos faz rir. É algo que se tem feito presente na Antiguidade e nos tempos modernos. (SODRÉ e PAIVA, 2002, p.19).

Nietzsche afirma que “a preferência pelos acontecimentos terríveis é um sintoma de força (da alma)”. E mais que uma tarefa de reconhecimento desta “simbiose” entre público e grotesco, entender que o alimento da audiência por essa categoria estética é fruto de uma construção social que passa pela cultura popular. Explorar a história e a antropologia dessa construção do grotesco pretende permitir o entendimento das reações do público (riso, espanto, repulsa, medo) como espelho - reflexo das próprias monstruosidades.

Explorar a história e a antropologia dessa construção do grotesco permite o entendimento das reações do público (riso, espanto, repulsa, medo) como espelho - reflexo das próprias monstruosidades.

Capítulo II

O CAMINHO TEÓRICO E METODOLÓGICO

2. O que é narrativa

A literatura deve ser analisada sob a perspectiva da realidade social em que se insere. A ideologia, por trás do discurso, é a de manutenção das ordens política, educacional e econômica vigentes. De acordo com Sodré (1978), tem sido assim desde o Brasil-Colônia até os dias atuais, quando às classes dominantes sempre coube o poder por meio da linguagem culta e “elevada”; restando às classes mais pobres, menos escolarizadas, um português “deteriorado” e popularesco.

Dessa forma, o texto escrito – no qual estão incluídos os jornais – se torna um reflexo de como as classes sociais a que o veículo se destina são vistas na sociedade; absorvendo, portanto, características e também preconceitos.

A literatura culta e a literatura de massa são separadas por projetos diferentes de poder e por modos diferentes de interpelar o sujeito da consciência. [...] O objetivo essencial ou específico de toda literatura culta moderna é reestruturar ou recombina as práticas linguísticas correntes numa determinada sociedade, visando a interpelar de uma maneira particular o sujeito da consciência. Essa recombinação atende a uma política do idioma, articulada com posições da classe dirigente. [...] A literatura dita popular, popularesca ou ainda de massa é sistematicamente excluída do discurso consagrador das instituições que mantêm a salvaguarda da cultura erudita. [...] A função claramente normativa da literatura de massa é, portanto, ajustar a consciência do indivíduo ao mundo, mas divertindo-o. [...] É uma maneira de assimilar a contestação sem perturbar o bom senso do homem comum que precisa continuar voltado para a ordem produtiva. (SODRÉ, 1978, p.15,24,35,51)

Serra (1980) complementa e exemplifica essa diferenciação. Para ele, o jornal reproduz o estatuto de sujeito social e público do indivíduo e da classe social a que pertence. Dessa forma, por exemplo, no jornal elitista, apenas na seção “crime” ou “policia”, figuram como personagens centrais os chamados “desviantes”, cujo aparecimento no restante do jornal é impossível. São eles: marginais, ladrões, assassinos, traficantes, homossexuais, prostitutas, menores delinquentes. Enquanto isso, no espaço envolvente do jornal voltado às classes A e B, os personagens são, basicamente, aqueles a quem se reconhece a capacidade de representação da sociedade, de decisão, de poder. Ou seja: políticos, empresários, profissionais liberais, artistas, intelectuais, cientistas, além de instituições e setores legitimados. No jornal popular, ocorre uma inversão.

O que nos demais jornais aparece como dominante, aqui é secundário: o noticiário político, nacional ou internacional, é claramente demarcado e sumarizado enquanto tudo aquilo que se refira à “vida popular” se espalha pelo jornal [...] pois será nas “páginas policiais” que esta vida ganhará dimensão, é aí que seus protagonistas se tornarão atores plenos. (SERRA, 1980, p.20)

Assim, como destaca o professor e pesquisador Luiz Gonzaga Motta (2012), estudar narrativas é compreender o sentido da vida, interpretar as ações dos homens e as relações sociais, compreender o ser-humano e o mundo onde ele vive. Para o autor, as narrativas permeiam toda a existência social e estudá-las é refletir sobre o significado da experiência. A análise da narrativa deve debruçar-se, além do conteúdo textual do objeto a ser pesquisado, em um foco exterior no contexto comunicativo.

Segundo o autor, o objeto linguístico da narrativa é um “nexo de uma relação entre interlocutores e são os aspectos dessa relação que interessa compreender” (2005, cap. 5). O pesquisador enfatiza que a produção final representa uma ligação entre um narrador e um destinatário em contexto para produzir significado e este é caracterizado por uma relação.

O texto e suas significações são o nexo entre a produção e o consumo, entre o ato de enunciar e o ato de interpretar (atos de alguém, algum sujeito, em algum lugar e circunstância). O texto e suas significações são apenas a forma que assume a relação entre atores sociais vivos, concretos, humanos, históricos. Só assim concebo a análise de uma narrativa, qualquer narrativa. A análise da narrativa é um caminho rumo ao significado e *o significado é uma relação*: não há significado sem algum tipo de troca. Não se pode fazer análise da narrativa ignorando as relações culturais que se estabelecem no ato narrativo, desde o princípio. As narrativas são relações argumentativas que se estabelecem por causa da cultura, da convivência entre seres vivos com interesses, desejos, vontades, e sob os constrangimentos e as condições sociais de hierarquia e de poder. (MOTTA, 2005, cap. 5)

O caminho é a busca do sentido, a construção narrativa do significado, seja por meio da narrativa fática ou fictícia. Para Motta, a fenomenologia é o método que permite perceber as narrativas na essência e em suas relações. “O caminho da fenomenologia permite aceder à sua significação integral e ao sentido dessa significação no contexto social e histórico” (idem).

O aparato metodológico para identificar as características das reportagens policiais dos dois jornais populares tem por base a ciência fundada por Edmund Husserl (2005) e citada por Motta. Ele explica a reflexão do método como “aquilo que se mostra” e não somente aquilo que aparece ou parece ser. “*Somos nós* que buscamos o significado, *nós é que buscamos o sentido* daquilo que se mostra, ainda que possa parecer o contrário” (MOTTA, 2005, cap. 5),

Para compreender as coisas que se mostram precisamos, assim, buscar o sentido dos fenômenos. O que interessa não é o fato em si, mas o sentido do fato. Por isso, é preciso ‘colocar entre parênteses’ o que cerca o fato para compreender a sua ‘essência’ (Bello, 2006). Esse procedimento de descoberta da essência do fenômeno se designa por fenomenologia. (BELLO *apud* MOTTA, 2005, cap. 5)

Nesse sentido, é a análise pragmática da narrativa que irá nortear o objeto de estudo, uma vez que este é o método que considera o texto como o ponto de referência entre o emissor que construiu o produto narrativo para induzir o interlocutor a interpretar os fenômenos relatados de acordo com a intenção própria de quem produziu o resultado final. Como explica Motta, consciente ou inconscientemente, o narrador investe na organização narrativa do seu discurso como um “projeto dramático” e solicita uma determinada interpretação por parte do seu destinatário.

A análise pragmática da narrativa privilegia o uso da linguagem. Para isso, o aparato metodológico assume que mesmo os aspectos tipicamente gramaticais, como a ordem das palavras, as sequências dos episódios, ou a escolha e inserção de personagens estão determinados por fatores de tipo intencional, situacional e contextual: o ‘projeto dramático’ do sujeito narrador que envolve necessariamente o receptor desde sua premeditação como ato de fala.

O autor ainda destaca que na análise pragmática da narrativa há um contato mesmo que implícito entre o narrador e o narratário e para que essa relação ocorra, além do compartilhamento de um idioma comum, as duas pessoas envolvidas precisam comungar de um contexto extra-verbal, que inclui o contexto físico, ou seja, aquilo que está à vista; o contexto empírico, coisas que são conhecidas por aqueles que falam, mas não estão à vista; contexto prático, que é a conjuntura objetiva na qual se desenvolve o ato comunicativo; contexto histórico e principalmente o cultural, tradição e cultura de uma comunidade ou sociedade.

Ao relatar continuamente, os interlocutores criam argumentativamente narrativas e metanarrativas, tramas valorativas e normativas que proporcionam marcos e sequências conceituais e outorgam significados de fundo aos incidentes relatados na ‘superfície’ e os transformam em histórias e fábulas. Se há assimetria social entre os interlocutores (de gênero, étnicas, de classe, etc.), as tramas narrativas serão produtos possíveis da relação discursiva assimétrica, refletirão a correção possível, as ideologias e posições em jogo. Ao fazer uma apropriação seletiva e limitada dos incidentes que ocorrem na sociedade (de acordo com a correlação de forças existente), os participantes dessa rede discursiva (contos, cantos, filmes, reportagens, blogs, redes sociais, etc.) determinam como os acontecimentos serão processados e os significados adquirirão estabilidade, até instituir o senso comum, a cultura, a história. A análise pragmática quer observar a narrativa como um fato cultural, portanto. Não apenas com um produto, objeto ou obra fechada. (MOTTA, 2005, cap. 5)

E para analisar as reportagens policiais dos jornais populares será utilizado, além da análise pragmática da narrativa, recursos da retórica, uma vez que ela tem o papel de distinguir o que é veementemente suscetível de persuadir do que é só na aparência (Aristóteles, 1999, p. 31). Além disso, a persuasão acontece por meio de argumentos e formas

discursivas ou retóricas, onde a base é o entimema. Segundo Aristóteles, o entimema é um argumento retórico a partir de uma premissa dada. É um argumento plausível, que não precisa de questionamentos, nem evidências.

Assim, observando a fala do orador enquanto forma de ação, Aristóteles propõe três elementos distintos no ato discursivo: 1) o caráter do orador, que é colocado em ação pela fala, seu meio válido para atingir a finalidade de persuadir; 2) as disposições em que se situa o ouvinte, instância na qual Aristóteles afirma que “a persuasão é produzida pela disposição dos ouvintes, quando o discurso os conduz a provar uma paixão”; e 3) aquilo que o discurso parece mostrar, que, segundo o filósofo grego, “é o discurso que produz a persuasão, quando fazemos aparecer o verdadeiro e o verossímil daquilo que cada tema comporta de persuasivo”.

2.1 Procedimentos metodológicos

Os procedimentos metodológicos seguem a análise pragmática da narrativa aplicada aos textos das reportagens policiais de dois veículos populares pertencentes à duas grandes empresas de jornais impressos concorrentes no mercado do Distrito Federal: *o Aqui DF*, do grupo *Diários Associados*, e *o Na Hora H!*, do grupo *Jornal de Brasília*. O estudo foi realizado em um período de 21 dias, correspondente a três semanas, no período de 1^a a 21^a de maio de 2013. Os exemplares publicados aos sábados e domingos do *Aqui-DF* não entraram na fase de análise, pois neste período de fim de semana não circula o *Na Hora H!*.

Para realizar a análise pragmática da narrativa no período determinado optou-se, primeiramente, em recorrer às três instâncias expressivas propostas por Motta (2005) com base na divisão analítica de Todorov (1970) influenciado por Benveniste e citado pelo autor. São elas: o plano da expressão, que engloba a linguagem; o plano da estória ou do conteúdo em si; e o plano da metanarrativa, que seria o tema de fundo.

A análise pragmática da narrativa observa o contexto em que os textos são produzidos, isto é, existe um narrador jornalístico que narra o cotidiano da cidade para os leitores. A análise é pragmática porque envolve esta relação do narrador com o leitor, produzindo efeitos de sentido em seu texto, que serão recebidos pelos leitores, que incorporam estes sentidos das notícias à sua forma de olhar o mundo.

Seguindo o pensamento de Motta, a análise da narrativa incide principalmente sobre o plano da estória, uma vez que, de acordo com o referido autor, o foco está na sequência das ações, encadeamentos, enredo, intriga, conflito, cenários, personagens, seus papéis ou funções. Mas este plano está inexoravelmente dependente do plano do discurso ou da

linguagem, sem o qual a estória não se projeta e as intenções comunicativas não se revelam. Além disso, a análise dificilmente se completará se relegar pouca atenção à relação entre os modelos de mundo ou metanarrativas de fundo (o terceiro plano) e os planos da linguagem e da estória, particularmente sobre a articulação entre os modelos de mundo e os sentidos da estória.

Assim, a divisão ocorre como propõe Motta:

1) Plano da expressão:

Análise textual das matérias, com foco retórico, em figuras de linguagem, em palavras-chaves do texto, personagens da notícia. É a primeira etapa da análise que contempla o texto e a linguagem, através da qual o enunciado narrativo é construído pelo narrador. Segundo o autor, cada uma dessas linguagens enfatiza certas formas expressivas de acordo com as intenções comunicativas e os efeitos pretendidos. De acordo com Motta, é neste plano, portanto, que a análise pode identificar os usos estratégicos da linguagem para produzir determinados efeitos de sentido tipo comoção, medo, e riso.

Este é o plano também onde se observa os conflitos entre protagonistas e antagonistas, personagens principais e secundários, e as representações das ações dos personagens. Neste plano da expressão, para a observação dos textos noticiosos, foram usadas análises da utilização de figuras de linguagem, como a hipérbole e metáfora, verificando se elas contribuem para uma narrativa dramática e sensacionalista das notícias policiais.

Ao final verificou-se que o recurso da utilização de figuras de linguagem, como a hipérbole e metáfora, contribui para uma narrativa dramática e sensacionalista. Outro viés que a autora abordou na dissertação foram os significados e imaginários culturais são despertados no leitor após a leitura de uma reportagem policial.

Segundo a linguista Magda Vellosos Fernandes de Tolentino², a metáfora é uma relação verbal condensada em que uma ideia, imagem ou símbolo pode, através da presença de uma ou mais ideias, imagens ou símbolos, ser enriquecida em viveza, complexidade ou quantidade de implicações. A autora aborda o fato de que Lakoff e Johnson classificam a metáfora como um elemento não apenas presente na linguagem, mas também no pensamento e na ação humana.

² Doutora em linguística e professora do Departamento de Letras da Universidade Federal de São João Del-Rei (UFSJ) no estado de Minas Gerais

Eles concluem que nosso sistema conceitual comum, que orienta nosso pensamento e nossas ações, é fundamentalmente metafórico por natureza. Nossa percepção é construída em cima de nossos conceitos, assim como nossas ações e nossas relações com outras pessoas. Nem sempre, entretanto, nós temos plena consciência de nosso sistema conceitual, e agimos e pensamos mais ou menos automaticamente. Lakoff e Johson partem então do estudo da linguagem para mostrar como este sistema é elaborado e também como ele é culturalmente diferenciado (TOLENTINO *apud* LAKOFF e JOHSON, 1990, p. 78)

Já a hipérbole, segundo o dicionário Larousse, destaca como uma figura de retórica que consiste na ênfase resultante de um exagero de palavras a partir do uso de expressões taxativas. Por sua vez, Sarmiento (2005) caracteriza a hipérbole como o “exagero de linguagem a fim de intensificar uma ideia” (2005, p. 576).

2) *Plano da estória (conteúdo, enredo, intriga):*

É a construção dos sentidos. A partir das reportagens se verificam os significados: o que foi que o narrador quis dizer? Que sentimentos, emoções ele provocou? De que forma representou a violência no texto (com que palavras)? Que significados cada matéria constroem sobre violência?

Essa segunda etapa é o plano virtual da estória projetada na mente dos receptores pelos recursos de linguagem empregados. Plano da *diegese*, universo da significação, representação, universo dos significados imaginados ou mundos imaginários possíveis. É o plano virtual da significação em que uma realidade referente é evocada pelo texto narrativo através de sequências de ações cronológicas e causais desempenhadas por personagens, estruturando uma intriga (enredo ou trama). É onde os significados aparecem.

3) *Plano da metanarrativa (tema, fábula, modelos de mundo):*

Nesta etapa, busca-se a memória da violência no país. Como a matéria constrói culturalmente a violência no Brasil? Quais os valores que os brasileiros cultuam? Onde foi parar a cordialidade brasileira? É o plano que evoca imaginários culturais. Segundo Motta, é a instância em que temas ou motivos de fundo ético ou moral integram as ações da estória em uma estrutura compositiva cultural pré-textual, de caráter antropológico. São situações éticas fundamentadas por um narrador no momento em que ele se põe a narrar, como os temas da fidelidade, fé, confiança no futuro, felicidade, revolução, conspiração corrupção, exploração, traição, temor à morte, temor a Deus, o crime não compensa, o herói, o duplo, erro e castigo, triunfo e recompensa, e tantos outros temas, mitos ou motivos.

2.2 A definição do corpus empírico

2.2.1 O jornal *Aqui-DF*

Pertencente ao grupo *Diário Associados*, o *Aqui DF* surgiu em 13 de março de 2006. O impresso nasceu a partir da extensão do *Aqui BH*, que surgiu em setembro de 2005. O impresso possui circulação diária, inclusive nos finais de semana, com 28 páginas na segunda-feira e 24 páginas nos demais dias. Em formato de tabloide, o jornal custa R\$ 0,50 e tem perfil popular. Promoções também são inseridas na publicação.

Antes de o impresso ir às bancas, uma pesquisa foi realizada pelo *Diário Associados* para saber quais eram as características da população de baixa renda que não tinha muito acesso à informação. A expectativa era atingir as classes C e D dos moradores do DF. A pesquisa mostrou que muitos leitores se interessavam por polícia, mas também tinham atenção especial para os assuntos da comunidade. Devido a isso, enquanto o *Aqui BH* inicia a edição com o caderno de polícia, o *Aqui DF* começa com a publicação de notícias de cidades.

Segundo o ex-editor chefe do impresso, Leonardo Meirelles, em entrevista à pesquisadora; o primeiro objetivo do jornal era levar informação de qualidade – com a tradição e a credibilidade do *Correio Braziliense*, porém com preço acessível para a população. Com a intenção de vender 12 mil exemplares por dia, hoje o periódico supera o número. Em média, 40 mil jornais são vendidos diariamente. Os pontos de maior procura são em Ceilândia e na banca da Rodoviária no Plano Piloto.

De entretenimento à educação, esportes, cidades, polícia. O impresso publica os principais fatos do dia em matérias de maiores e menores destaques. Reportagens das áreas de Cidades e Esportes possuem um espaço maior se comparadas aos demais assuntos. As notícias, muitas vezes, são de cidades-satélites e do entorno, já que a maioria do público alvo é pertencente às classes C e D e querem estar bem informados sobre o que acontece na sua região.

Para as reportagens de polícia é reservada uma página de jornal, que geralmente são as de número 6 ou 7. Na maioria das vezes é publicada apenas uma foto. Ela pertence, quase sempre, à reportagem principal e de maior destaque na editoria. A imagem não chega a ser chocante nem sensacionalista e quase sempre é a manchete da capa.

Notícias de entretenimento também fazem parte da publicação do tablóide. Dicas para o dia a dia do leitor, receitas de culinárias, horóscopo, passatempo, curiosidades, piadas e fofoca

de famosos são os principais destaques na parte de diversão. Além disso, informações sobre vagas de emprego e concursos públicos são publicados diariamente na edição.

De acordo com a Coordenação de Mercado Leitor da Diretoria de Comercialização e Marketing do grupo *Diários Associados*, o principal interesse do público alvo do jornal *Aqui-DF* são os assuntos de esporte seguido do noticiário local das regiões administrativas. Como processo de levantamento de dados, a empresa jornalística contabilizou o interesse dos leitores com base nos pontos fortes e fracos do título.

Tabela 2.0 – Pontos Fortes x Pontos Fracos

Pontos fortes do AQUI-DF
Esporte – 24%
Notícias Locais (Região) – 15%
Preço – 17%

Pontos Fracos do Aqui-DF
Nenhum – 57%
Classificados – 21%

A promoção mensal do jornal popular interage entretenimento com notícia. Com o slogan “*Junte e Ganhe*”, o leitor apenas junta os selos e troca por mercadorias. Já foram entregues conjunto de travessas, louças, álbum de figurinhas, utensílios para casa.

Após a inauguração do *Aqui DF* e do *Aqui BH*, a diretoria do *Diário Associados* lançou o título *Aqui* também em São Luís (Maranhão), em 2007, e em Recife (Pernambuco), em 2008. Existem planos de inauguração da rede *Aqui* em outros estados do Brasil.

2.2.2 O jornal *Na Hora H!*

Como resposta ao lançamento do *Aqui DF*, o *Na Hora H!* surgiu em agosto de 2006. Pertencente ao grupo *Jornal de Brasília*, o impresso possui circulação apenas em dias de

semana, sem ser publicado aos sábados e domingos. Em formato *berlinder* o jornal custa R\$ 0,25 e nas suas 24 páginas abrange assuntos direcionados às classes populares, como polícia, entretenimento, esportes e promoção de brindes.

Com foco nas Regiões Administrativas e Metropolitanas do Distrito Federal (DF), como Luziânia e Valparaíso (GO), o *Na Hora H !* tem uma abordagem mais direcionada aos principais locais de Brasília, como a rodoviária e o Plano Piloto, além de incluir cidades-satélites e do entorno, proporcionando uma abrangência de assuntos. O jornal é elaborado com uma linguagem direta e de fácil acesso, contribuindo para a compreensão da maioria do público alvo.

Com uma tiragem de 15.000 exemplares, sempre de segunda à sexta-feira, o objetivo do jornal é produzir reportagens de qualidade sem ser sensacionalista. De acordo com a página institucional da editora *Jornal de Brasília*, “o jornal cobre dos crimes aos escândalos nos mais diversos setores da sociedade, do futebol às belas celebridades, com humor e maneira particular, sem cair no sensacionalismo gratuito de *tabloides* similares”

O impresso dá ênfase às reportagens de segurança, cidades, esportes, sendo a maior cobertura, com aproximadamente oito páginas, e notícias de entretenimento, como fofoca de famosos, receitas culinárias, curiosidades, piadas, horóscopo, a “bela do dia”, programação dos canais aberto de televisão e a editoria Mundo Bizarro. Segundo o site do Grupo Jornal de Brasília, do qual o *Na Hora H!* faz parte, o jornal foi feito para uma leitura rápida, “de aproximadamente 30 minutos, com linguagem e diagramação simples e diretas, conta ainda com a facilidade de manuseio, proporcionada pelo formato *berlinder*”.

Para as reportagens de polícia são reservadas de duas a três páginas de jornal que, geralmente, são as três primeiras do impresso. Praticamente todas as matérias possuem foto da principal notícia.

Com o slogan “*Junte e troque*”, a promoção mensal do jornal popular é semelhante ao do *Aqui DF*. No entanto, além de guardar os selos, o leitor interessado pelo produto tem de completar o valor solicitado. Já foram oferecidos chapinha e secador de cabelo, conjunto de panelas, churrasqueira a carvão, conjunto de travessas e objetos para casa. Tudo para manter o leitor assíduo mais interessado na compra do jornal popular.

Tabela 3.0 – Dias selecionados de análise: *Aqui-DF* e *Na Hora H!*

AQUI-DF	NA HORA H!
1 ^a de maio – Quarta-feira	1 ^a de maio – Quarta-feira
2 de maio – Quinta-feira	2 de maio – Quinta-feira
3 de maio – Sexta-feira	3 de maio – Sexta-feira
FIM DE SEMANA	FIM DE SEMANA
FIM DE SEMANA	FIM DE SEMANA
6 de maio – Segunda-feira	6 de maio – Segunda-feira
7 de maio – Terça-feira	7 de maio – Terça-Feira
8 de maio – Quarta-feira	8 de maio – Quarta-feira
9 de maio – Quinta-feira	9 de maio – Quinta-feira
10 de maio – Sexta-feira	10 de maio – Sexta-Feira
FIM DE SEMANA	FIM DE SEMANA
FIM DE SEMANA	FIM DE SEMANA
13 de maio – Segunda-feira	13 de maio – Segunda-feira
14 de maio – Terça-feira	14 de maio – Terça-feira
15 de maio – Quarta-feira	15 de maio – Quarta-feira
16 de maio – Quinta-feira	16 de maio – Quinta-feira
17 de maio – Sexta-feira	17 de maio – Sexta-feira
FIM DE SEMANA	FIM DE SEMANA
FIM DE SEMANA	FIM DE SEMANA
20 de maio – Segunda-Feira	20 de maio – Segunda-feira
21 de maio – Terça-feira	21 de maio – Terça-feira

2.3 As capas dos jornais *Aqui-DF* e *Na Hora H!*:

Nos dois impressos populares analisados as capas tendem a se tornar uma vitrine de notícias que provocam no receptor, já em primeiro momento, o drama enraizado presente nas páginas policiais. As manchetes, logo de início, contribuem para um imaginário coletivo de insegurança, temor, medo e desconforto perante a superdimensão do fato. As notícias se tornam instrumento de venda para comercialização de exemplares que trazem como produto sangue, morte, escândalo, imagens da criminalidade e violência urbana que diariamente acontece especialmente nas regiões administrativas do Distrito Federal.

Como primeiro momento, o cardápio de notícias que é oferecido no decorrer das páginas subsequentes mescla assuntos de polícia, esporte, famosos e modelo seminua. A junção de todos os assuntos em único espaço acontece sem nenhuma preocupação de ordem, divisão, clareza e objetividade. Como resultado o público-leitor se torna alvo de uma linha editorial baseada em princípios popularescos e de um noticiário grotesco que privilegia o crime como a notícia mais importante do dia.

Tanto no *Aqui-DF* quanto no *Na Hora H!* os assuntos de polícia são tratados como instrumentos de uma narrativa sensacional e dramática que corroboram com imagens de escândalo. As fotos, por sua vez, representam o lugar do crime, o suspeito preso, o corpo estirado no chão, os objetos apreendidos pela polícia, a casa onde o cárcere privado aconteceu e a ação social da violência baseada em sangue.

Como forma de persuasão, a chamada da notícia se mistura ao escândalo visual. Tudo para chamar atenção do leitor que, como receptor, apenas consome o noticiário local popular que se baseia em oferecer narrativas curtas, com rápida leitura, barata e de fácil acesso do público alvo.

A tragédia contada nas capas dos impressos populares aparece de forma exagerada e desproporcional que extrapola os conceitos de noticiabilidade, isenção de valores e imparcialidade. As manchetes, a partir do momento em que escandalizam os fatos, criam na mente do receptor a impressão e resistência de uma violência enraizada, corriqueira e permanente na vida da população do Distrito Federal.

É como se o crime fosse elemento presente no dia a dia de uma comunidade já acostumada com índices de violência na porta de casa. O sentimento, na maioria dos casos, é de que não há uma intervenção efetiva do estado e das forças de segurança pública para diminuir os índices de criminalidade. A sensação, por sua vez, é de que casos de violência urbana não cessam e nem diminuem. Pelo contrário, leitores, telespectadores e ouvintes já

acordam sendo bombardeados com um noticiário regional de escândalo, morte, latrocínio, roubo, sequestro relâmpago, estupro e violência.

Por fim, as capas diárias do *Aqui DF* e do *Na Hora H!* contribuem para seduzir o leitor utilizando de ferramentas do grotesco, da repulsa, do medo e da insegurança. Por parte do emissor da notícia, o jornal, o quarteto funciona como objeto central para a persuasão dos receptores. Os impressos, especialmente os populares, trazem o público alvo para as páginas do jornal. De forma a hipnotizar o leitor e envolve-lo naquilo que o representa, os tabloides utilizam do sensacionalismo para o consumo das notícias.

Capítulo III

A NARRATIVA JORNALÍSTICA

3. Compreendendo a narrativa jornalística

A narrativa se dá dentro de um contexto de significação a partir de palavras, contos, conflitos, personagens e fontes. O texto em si é o principal meio da narrativa uma vez que o foco da narração acontece no interior do que está produzido. Segundo Jandyra Cunha (2012), no texto jornalístico o lugar de fala e o foco narrativo estimulam o debate sobre a objetividade e subjetividade, dois pontos ainda controversos e polêmicos da profissão. Já Ladeira Mota (2012) ressalta que é na articulação discursiva dos acontecimentos que os significados vão surgindo. A notícia é o ponto de partida para a construção de determinados significados, no entanto, para a autora, é na narrativa como prática cultural que se compreende melhor o jornalismo.

A primeira instância de uma narrativa jornalística se refere à significação dos fatos relatados. A segunda ordem remete ao conjunto completo de significados culturais que derivam do uso e da valorização que a sociedade faz dos fatos e, por fim, a terceira etapa tem ligação com a significação de uma ampla visão cultural do mundo, sendo aquilo que Barthes (1974) chama de “mitos”. As três ordens de significação propostas por Barthes (1974) contribuem para um entendimento aprofundado da narrativa jornalística.

São os significados comungados por todos os membros de uma dada cultura, refletindo os princípios mais amplos pelos quais uma cultura organiza e interpreta a realidade. Os mitos operam como estruturas organizadas dentro de uma área de intersubjetividade cultural. São as narrativas sobre nós mesmos, as histórias que contamos sobre nossas identidades, nossos costumes, nossos valores (BARTHES, *apud* LADEIRA MOTA, 2012, p. 209)

Seguindo o pensamento de Ladeira que também utiliza a teoria de Fiske (1997), a autora esclarece que os textos midiáticos são o lugar de conflito entre as forças de produção e o modo de recepção. Este conflito se expressa pela disputa de significados e pela prática discursiva de dar sentido à experiência social. Para Nelson Traquina, jornalismo é um conjunto de histórias que devem ser contadas pelos narradores, os jornalistas. Segundo ele, os profissionais são os modernos contadores de histórias da sociedade contemporânea, parte de uma tradição mais longa de contar histórias.

Poder-se-ia dizer que o jornalismo é um conjunto de ‘estórias’, ‘estórias’ da vida, ‘estórias’ das estrelas, ‘estórias’ de triunfo e tragédia. Será apenas coincidência que os membros da comunidade jornalística se refiram às notícias, a sua principal preocupação, como ‘estórias’? Os jornalistas vêem os acontecimentos como ‘estórias’ e as notícias são construídas como ‘estórias’, como narrativas, que não estão isoladas de ‘estórias’ e narrativas passadas. (TRAQUINA, 2005, p.21).

No âmbito da narrativa, existem três personagens principais que atuam em níveis básicos de narradores (MOTTA, 2012, p. 13). Em posição estratégica enquanto enunciador de histórias cada qual assume uma hierarquia de voz. Segundo Motta, cada um ocupa no processo de mediação jornalística uma posição de poder decorrente da relação que cada um deles mantém com a coerência da história, neste caso a representação do real.

O primeiro deles é o narrador jornal, revista, telejornal e rádio. Este assume uma posição de primeiro narrador. O segundo narrador fica com o jornalista enquanto categoria. O terceiro é o narrador personagem que é a fonte jornalística. No plano operacional proposto por Motta, o jornal é um narrador fora da história, classificado pelo autor como extra-diegético. Já os outros dois se configuram dentro da história, os intra-diegéticos.

O jornal é classificado como primeiro narrador, pois, de acordo com Motta, enquanto instituição que fala o impresso é extra-diegético. “Enuncia uma história na qual não tomou parte, não testemunhou nem apurou diretamente” (MOTTA, 2012, p.14). Já o jornalista, segundo-narrador, desempenha o papel de narrador intra-diegético, dentro da história. Isso porque, segundo o autor, ele apura, seleciona, dispõe e hierarquiza ações, conflitos, personagens, cenas e enredo. O personagem, terceiro-narrador, é um narrador definitivamente intra-diegético, e detém menor poder de voz que o jornal e jornalistas.

Segundo ele, entre estes três níveis há, portanto, uma hierarquia de poder que flui de fora para dentro, do primeiro para o segundo-narrador, e deste para o terceiro. O narrador determinante, a partir do qual os outros dois se expressam, é o narrador-jornal. Assim, a classificação acontece de forma que caracteriza cada uma das etapas, de acordo com Motta (2012):

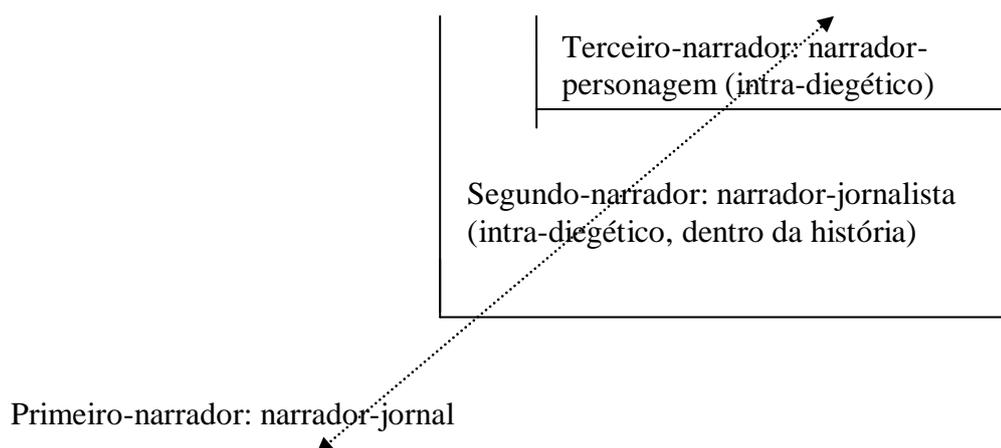
Primeiro-narrador: é o veículo (jornal, revista, telejornal, portal) que enuncia as manchetes, títulos, chapéus, chamadas, escaladas. Sua performance narrativa se conduz em torno da finalidade de atrair a audiência genericamente definida: ‘vender’ a história através de uma apresentação sedutora dos conflitos, tensões e contradições relatados nas páginas e telas. O veículo joga, assim, um jogo de *atração, sedução e persuasão* no sentido semiótico da palavra, mas que põe também em operação, além dos interesses comerciais, interesses políticos e institucionais deste narrador;

Segundo-narrador: é o jornalista, a voz que enuncia propriamente a narração, organiza e costura a tessitura da intriga, dispõe as ações, conflitos, cenas, posiciona personagens. Numa posição subordinada ao primeiro-narrador, sua performance enunciativa é tecer os fios da história de acordo com a sua interpretação dos papéis e das posições das

personagens em conflito. Seu poder decorre de sua capacidade para selecionar e posicionar os atores sociais e transformá-los em personagens (protagonista, antagonista, coadjuvante, heróis, vilões, etc.) da estória narrada. Sua ‘negociação’ flui, portanto, ‘para cima e para baixo’. Ele negocia permanentemente com o jornal para o qual trabalha e com as fontes, das quais depende;

Terceiro-narrador: é a personagem (ou personagens) das notícias, que originalmente são as fontes da matéria. O terceiro-narrador está hierarquicamente submetido aos interesses dos jornais e jornalistas, que detêm o poder de incluir, excluir, hierarquizar. Mas, essa submissão também é relativa. As fontes entram em relação com o jornalista desde seus próprios interesses e sua relativa autonomia. O discurso deste narrador terciário poderá ter maior ou menor autonomia em relação aos outros dois que hierarquicamente lhe precedem, dependendo do jogo de poder em cada circunstancia da mediação.

Gráfico 1.0 – Diagrama dos níveis de poder na narração jornalística



Fonte: Motta (2012)

O poder opera predominantemente de fora para dentro. Flui no sentido longitudinal, do primeiro-narrador para o segundo, e deste para o terceiro. Mas, esse poder não se exerce de forma linear, de fora para dentro somente. Ao contrário, conforme argumentei, o poder simbólico é continuamente negociado, podendo refluir de dentro para fora dependendo do capital político de cada ator e a correlação de forças em cada situação de comunicação. O segundo e o terceiro narradores possuem cada um sua força política própria, e manobram astutamente artimanhas que põem consciente ou inconscientemente em prática um contra-poder em cada momento. Eles podem ceder ou conquistar o direito de voz e a visibilidade, o direito de tornar pública a sua própria versão. Cada um deles tem seus interesses específicos, sua competência e capital político, tem relativa consciência dessa posição de força, cede ou avança conforme seja mais forte ou mais fraco cada dia, em cada disputa específica (MOTTA, 2012, p.14).

3.1 Teoria democrática do jornalismo

Analisar as narrativas jornalísticas inclui observar o aparato teórico que classifica a função do jornalismo enquanto instituição de comunicação social e o papel do jornalista, profissional que atua como guardião dos cidadãos e protetor dos abusos do poder do estado (TRAQUINA, 2005). Para o autor, o papel do jornalismo é o de informar o público sem censura. Segundo ele, existe uma relação simbiótica entre jornalismo e democracia na teoria democrática, mas ela define um papel adversarial entre o poder político e o jornalismo, chamado de “Quarto Poder”.

No novo enquadramento da democracia, como o princípio de “poder controla poder” (*Power checks Power*), a imprensa (os media) seria o “quarto” poder em relação aos outros três: o poder executivo, o legislativo e o judicial. O novo designado “Quarto Poder”, a imprensa, o jornalismo, necessitava de uma legitimidade para tranquilizar os receios, justificar o seu lugar crescente na sociedade, e dar cobertura a um negócio rentável. (Ibid., p. 46, p. 47)

O marco histórico responsável por criar as primeiras condições de proliferação da profissão de jornalista tal como conhecemos aconteceu com o surgimento da imprensa no século XIX. Por outro lado, na mesma época, eram os subsídios políticos os responsáveis pelo financiamento da imprensa. No entanto, dentro das sociedades democráticas, o jornalismo assume o papel de informar seu público. Segundo a teoria democrática, compete aos jornalistas a função de fornecer informação à sociedade, pois são eles que possuem a competência para tal função.

E, mesmo no regime democrático estável, a defesa da liberdade é festejada como uma vitória da comunidade jornalística e, ocasionalmente, marcada por batalhas em defesa da

liberdade dos jornalistas. Para Traquina, assim como a democracia sem uma imprensa livre é impensável, o jornalismo sem liberdade é farsa ou tragédia.

A democracia não pode ser imaginada como sendo um sistema de governo sem liberdade e o papel central do jornalismo, na teoria democrática, é de informar o público sem censura. Os pais fundadores da Teoria Democrática têm insistido, desde o filósofo Milton, na liberdade como sendo essencial para a troca de idéias e opiniões, e reservaram ao jornalismo não apenas o papel de informar os cidadãos, mas também, num quadro de checks and balances (a divisão do poder entre poderes) a responsabilidade de ser o guardião (watchdog) do governo. (TRAQUINA, 2005, p.23-24).

Três vertentes são consideradas fundamentais para o desenvolvimento da história do jornalismo na democracia: seu crescimento, sua comercialização e sua profissionalização (TRAQUINA, 2005, p. 27);

1) A expansão do jornalismo começa ainda no século XIX pegando carona no desenvolvimento da imprensa. A explosão do seu crescimento acontece no século XX com o desenvolvimento de novos meios de comunicação social como o rádio e a televisão, tendo suas fronteiras ampliadas com o advento do jornalismo online com a chegada da internet;

2) A comercialização do jornalismo está enraizada no início do século XIX com o surgimento de uma nova mercadoria, a informação, vendida como notícia. O jornalismo agora vende informação para conseguir lucro;

3) Simultâneo à emergência do pólo econômico está o desenvolvimento do pólo intelectual do jornalismo, com a profissionalização dos jornalistas e uma consequente definição das notícias em função de valores e normas que apontam para o papel social da informação numa democracia.

A teoria democrática aponta que o jornalismo deve cumprir duplo papel dentro da sociedade exercendo dois tipos de liberdades: positiva e negativa. A liberdade negativa consistiria em vigiar o poder político com o objetivo de proteger os cidadãos dos abusos que os governantes poderiam vir a exercer; a liberdade positiva se definiria pelo fornecimento de informações que são necessárias a todos os cidadãos para que os mesmos possam exercer suas responsabilidades cívicas. Desta forma, a identidade jornalística ficaria marcada pelo conceito de serviço público (TRAQUINA, 2005, p. 27).

O jornalismo passa cada vez mais a ganhar autonomia. Conquistada a independência econômica, novos objetivos em rumo da profissionalização foram traçados. Com a expansão

da imprensa o número de pessoas dedicando-se à atividade aumentou consideravelmente surgindo a necessidade de divisão de trabalho dentro da profissão.

3.2 Os polos do jornalismo

E na emergência do campo jornalístico contemporâneo dois pólos começaram a se tornar explícitos: o pólo ideológico e o pólo econômico. O primeiro é conhecido como o pólo positivo, onde a ideologia profissional que se tem desenvolvido ao longo do tempo define o jornalismo como um serviço público que fornece cidadãos com a informação de que precisam para votar e participar na democracia. Além de agir como guardião que defende a população dos eventuais abusos de poder.

No pólo “ideológico” ou “intelectual”, com a identificação da imprensa como elemento fundamental da teoria democrática, o jornalismo é visto como um serviço público em que as notícias são o alimento de que os cidadãos precisam para exercer os seus direitos democráticos. (TRAQUINA, 2005, p. 126)

Já o segundo – pólo econômico – é conhecido como o pólo negativo. O jornalismo tem sido um negócio e as notícias uma mercadoria de um comércio cada vez mais lucrativo. O pólo negativo associa ao cheiro de dinheiro e práticas como o sensacionalismo, onde o principal intuito é vender o jornal como um produto que agarra os leitores à audiência, esquecendo valores associados à ideologia profissional.

Para Pierre Bourdieu, os dois pólos do campo jornalístico contemporâneo – o pólo intelectual e o pólo econômico – tornaram-se dominantes no jornalismo ao longo do século XIX, diminuindo a importância do pólo político.

3.3 A cultura jornalística

Na cultura jornalística os critérios de noticiabilidade são compartilhados entre os membros da cadeia de comunicar. Como uma breve definição do que é noticiabilidade, Traquina defende que é um conjunto de critérios e operações que fornecem a aptidão de merecer um tratamento jornalístico. Assim, tudo que é veiculado pela mídia possui valor como notícia. Os critérios de noticiabilidade são o conjunto de valores-notícias que determinaram se um acontecimento, ou assunto, é susceptível de se tornar notícia, isto é, de ser julgado como merecedor de ser transformado em matéria noticiável e, por isso, possuindo

‘valor-notícia’. De qualquer modo, como diz Nelson Traquina, identificar o que é notícia não parece ter lastro científico.

À pergunta “o que é notícia?” podemos responder que a resposta dos membros da tribo jornalística não é científica, aparece como instintiva, e permanece quase como uma lógica não explicitada. [...] Não há regras que indiquem que critérios têm prioridade sobre os outros; mas os critérios de noticiabilidade existem, e são duradouros ao longo dos séculos. (TRAQUINA, 2005, p. 96).

No universo de contar histórias, quanto mais valores-notícia possuir, maiores são as chances de um acontecimento virar notícia. Pierre Bourdieu (1997) nos mostra que os jornalistas têm ‘óculos’ especiais a partir dos quais vêem certas coisas e não outras; e vêem de certa maneira as coisas que vêem. Eles operam uma seleção e uma construção de que é selecionado. Traquina apresenta os valores-notícia como sendo esses ‘óculos’ abordados por Bourdieu. Galtung e Ruge (1965/1993) *apud* Traquina enumeram doze valores-notícias:

1) a frequência, ou seja, duração do acontecimento; 2) a amplitude do evento; 3) a clareza ou falta de ambigüidade; 4) a significância; 5) a consonância, isto é, a facilidade de inserir o “novo” numa “velha” idéia que corresponda ao que se espera que aconteça; 6) o inesperado; 7) a continuidade, isto é, a continuação como notícia do que já ganhou noticiabilidade; 8) a composição, isto é, a necessidade de manter um equilíbrio nas notícias com uma diversidade de assuntos abordados; 9) a referência a nações de elite; 10) a referência a pessoas de elite, isto é, o valor-notícia da proeminência do ator do acontecimento; 11) a personalização, isto é, a referência às pessoas envolvidas; e 12) a negatividade, ou seja, segundo a máxima “bad news is good news”. (TRAQUINA, 2005, p.70)

José Cleves (2009, p. 172) trata os valores-notícia como temas de “interesse jornalístico”. Caminhando do interesse público, passando pelo popular, privado e até volátil, tudo que se encaixa em um dos eixos de atenção se transforma em notícia.

Interesse público: é o que mexe com o bolso, com o destino, com a qualidade de vida do cidadão, despertando o interesse coletivo por questões como o patrimônio, propriedades e variações no custo de vida; as inquietações políticas de maior relevância; o clima de insegurança; os prejuízos aos cofres públicos ou qualquer medida política de maior impacto no orçamento e no futuro da população, em suas necessidades básicas.

Interesse popular: é aquele motivado pela curiosidade, o probabilístico, o bizarro, o entretenimento e a crença.

Interesse privado: o interesse individual, particular, de alguma pessoa ou instituição – ou grupos destas, por questões imateriais acerca de um determinado fato que não interessa à coletividade.

Interesse transitório: acontecimentos que interessam ao público naquele momento ou naquele período (eventos sazonais, de épocas bem definidas pelas estações do ano ou eventuais pela sua natureza, porém de relativo interesse jornalístico).

Interesse volátil: os de grande emoção, fugazes como os prazeres do esporte e da competição.

A noticiabilidade acontece a partir de um conjunto de critérios de relevância social, significativa e de interesse público. A partir de uma gama de acontecimentos rotineiros, os veículos de informação selecionam os principais fatos que tendem a ocupar as páginas de jornal. Assim, a partir de uma classificação dos casos de maior valor informativo os eventos do dia a dia são reduzidos de forma proposital para ser transformado em notícia. E a cultura, dessa vez profissional, é inclusive um dos principais limites que marcam a abordagem do *newsmaking* juntamente relacionada à organização do trabalho e os processos produtivos. Para Wolf (1987), as conexões e as relações existentes entre os dois aspectos constituem o ponto central dos valores notícia.

O autor destaca que como qualquer outra organização, um meio de comunicação não pode trabalhar com fenômenos peculiares e pessoais, classificados como idiossincrásicos. Segundo o autor, devido à abundância de fatos que ocorrem, às exigências em selecionar e classificar os acontecimentos que serão informados aos leitores; indicam três fatores que são citados a partir de Tuchman (1977,45);

1. que os órgãos de comunicação devem tornar possível o reconhecimento de um fato desconhecido - inclusive os que são excepcionais - como acontecimento notável.
 2. que os veículos devem elaborar formas de relatar os acontecimentos que não tenham em conta a pretensão de cada fato ocorrido;
 3. que devem organizar, temporal e espacialmente, o trabalho de modo que os acontecimentos noticiáveis possam afluir e ser trabalhados de uma forma planificada.
- Estas obrigações estão relacionadas entre si

Diante desse cenário, dois lados são classificados como contribuintes na produção de informação de massa: a cultura profissional e as restrições ligadas à organização de trabalho. A primeira se posiciona a partir da concepção da notícia e as modalidades que auxiliam na

produção da informação como códigos, estereótipos, símbolos, representações e convenções relativos às funções dos *mass media* e dos jornalistas na sociedade. Por outro lado, a determinação da definição de notícia, que legitima o processo produtivo com a seleção de fontes de informação até o modo de confecção acaba tendo relação com a linha editorial do jornal.

A noticiabilidade é constituída pelo conjunto de requisitos que se exigem dos acontecimentos - do ponto de vista da estrutura do trabalho nos órgãos de informação e do ponto de vista do profissionalismo dos jornalistas - para adquirirem a existência pública de notícias. Tudo o que não corresponde a esses requisitos é «excluído», por não ser adequado às rotinas produtivas e aos cânones da cultura profissional. Não adquirindo o estatuto de notícia, permanece simplesmente um acontecimento que se perde entre a matéria-prima que o órgão de informação não consegue transformar e que, por conseguinte, não irá fazer parte dos conhecimentos do mundo adquiridos pelo público através das comunicações de massa. Pode também dizer-se que a noticiabilidade corresponde ao conjunto de critérios, operações e instrumentos com os quais os órgãos de informação enfrentam a tarefa de escolher, quotidianamente, de entre um número imprevisível e indefinido de factos, uma quantidade finita e tendencialmente estável de notícias (WOLF, 2003, 189)

3.4 O modelo Schudsoniano

Por sua vez, as notícias são produzidas e construídas em função de três tipos de forças interligadas: uma ação pessoal, uma ação social e uma ação cultural. O modelo *schudsoniano* permite a identificação dos fatores de influência no processo de construção das notícias:

- 1) **Ação pessoal** – as notícias resultam parcialmente das pessoas e das suas intenções; aqui incluiríamos pessoas como personagens da narrativa jornalística.
- 2) **Ação social** – as notícias são fruto das dinâmicas e dos constrangimentos do sistema social, particularmente do meio organizacional, em que foram construídas e fabricadas;
- 3) **Ação cultural** – as notícias são um produto do sistema cultural em que são produzidas, que condiciona quer as perspectivas que se têm do mundo quer a significação que se atribui a esse mesmo mundo (*mundividência*);

Assim, as notícias são o resultado de um processo de produção definido como a percepção, seleção e transformação de uma matéria-prima que são os acontecimentos em

produto - as notícias. O fator tempo também é um dos mecanismos determinantes na produção das notícias, uma vez que os acontecimentos podem surgir a qualquer parte, em qualquer momento e, por isso, segundo Traquina, as empresas jornalísticas precisam colocar ordem no espaço e no tempo. A pressão do *deadline* é um dos pontos que mais caracterizam a atividade jornalística, uma vez que os jornais e os jornalistas trabalham com o compromisso de noticiar fatos de interesse público diariamente. Por isso, Tuchman (1973) ressalta que as empresas jornalísticas tentam impor ordem no espaço estendendo uma rede noticiosa, chamada de *News Net*, para não perder os acontecimentos.

Como os acontecimentos se sucedem em diferentes locais ao mesmo tempo, Tuchman apresenta três estratégias que as organizações jornalísticas utilizam para não perder os fatos: as empresas jornalísticas dividem o mundo em áreas de responsabilidade territorial (1), as empresas jornalísticas colocam um profissional a postos que assume a função de vigia e guarda dos fatos, em certas organizações, produzindo um acontecimento julgado com noticiabilidade (2) e, por fim, as empresas jornalísticas auto-dividem por seções, o que hoje é conhecido como editorias (3).

3.5 Os valores-notícia

Retornando a Wolf, o autor ressalta que os valores notícia derivam de quatro pressupostos implícitos ou de considerações relativas:

a. *Às características substantivas das notícias; ao seu conteúdo;*

Diz respeito ao acontecimento transformado em notícia. Segundo o autor, os critérios substantivos articulam-se em dois fatores: a importância e o interesse da notícia. Afirmar que uma notícia é escolhida por ser importante ou interessante não é suficientemente explícito até se especificarem os valores notícia;

b. *À disponibilidade do material e aos critérios relativos ao produto informativo;*

Diz respeito ao conjunto dos processos de produção e realização. Wolf esclarece que se refere à disponibilidade de materiais e às características específicas do produto informativo. A disponibilidade tem ligação se o fato está acessível para o jornalista, o quão tratável o assunto é e se já está estruturado para a cobertura. Já os critérios relativos ao produto são

aplicados a cada notícia mas, quanto menos importante é a notícia, mais eles entram em jogo na sua avaliação;

c. Ao público;

Diz respeito à imagem que os jornalistas têm acerca dos destinatários. Segundo o autor, o termo de referência constituído pelo público - ou melhor, pelas opiniões que os jornalistas têm acerca do público - e os limites dessa referência, são um dos aspectos mais interessantes e menos aprofundados da temática do *newsmaking*;

d. À concorrência;

Diz respeito às relações entre os *mass media* existentes no mercado informativo. Wolf cita Gans que esclarece a existência de órgãos de informação rivais que tentam prejudicar o concorrente.

O rigor dos valores/notícia não é, pois, o de uma classificação abstracta, teoreticamente coerente e organizada; é, antes, a lógica de uma tipificação que tem por objectivo atingir fins práticos de uma forma programada e que se destina, acima de tudo, a tornar possível a repetitividade de certos procedimentos. Por isso, os valores/notícia devem permitir que a selecção do material seja executada com rapidez, de um modo quase «automático», e que essa selecção se caracterize por um certo grau de flexibilidade e de comparação, seja defensável post mortem e, sobretudo, que não seja susceptível de demasiados impedimentos. É, por conseguinte, desviante representar-se o processo de selecção como uma escolha rápida, sem margens, pré-ordenada, vinculada a critérios fixos. Estes estão, seguramente, presentes - os valores/notícia e outros elementos produtivos - mas a sua importância é sempre complementar a uma avaliação complexa que procura individualizar um ponto de equilíbrio entre múltiplos factores. (WOLF, 2003, 197)

O jornalismo, segundo Motta, é uma atividade mimética: representa a vida, as ações dos homens, dos bons e maus homens, relata os dramas, as tragédias, as sagas e as epopéias contemporâneas. As notícias são relatos fragmentados e contraditórios sobre a nossa existência, sobre as nossas dores e os nossos amores, nossos sofrimentos e gratificações, sobre os acasos e contingências que nos afetam. O jornalismo conta continuamente as histórias dos nossos heróis, nossas batalhas e conquistas, nossas derrotas e frustrações. O mundo do jornalismo é o mundo da tragédia e da comédia humanas. Como atividade mimética, é sobre esse pano de fundo da cultura e do tempo humanos, com todas as suas fortunas e infortúnios, paradoxos e ordenações, que o jornalista trabalha, e no qual ele se encontra com seus leitores ou ouvintes.

Nesses termos, podemos falar de uma poética e de uma narrativa jornalística, assim como falamos em uma poética e uma narrativa literária. As notícias nascem das ambigüidades dos valores e normas de uma cultura.

Plagiando J. Redfield (1975) poderíamos dizer que é com os olhos fixados nas normas culturais que o jornalista apresenta histórias problemáticas e desviantes ao seu auditório. Ao reportar os dramas e tragédias humanas, os jornalistas estão continuamente testando os limites de nossa cultura, de suas normas, valores, regras e jurisprudência. As notícias transformam as tragédias humanas em relatos dramáticos para serem confrontados com o mundo ordinário da vida. Nas notícias, nossa cultura torna-se problemática em si mesma. Em princípio, as notícias desorientam a audiência com o relato dos fatos dramáticos (a desordem), mas o jornalismo é ambivalente. Simultaneamente apresenta a ordem, deixa no ar alternativas hipotéticas. Nem sempre de uma forma didática, mas frequentemente de uma forma pedagógica. A atividade mimética do jornalismo, assim como da arte, ensina. (MOTTA, 2005, 16)

3.6 O jornalismo popular: processos e narrativas

O jornalismo popular se refere a um tipo de imprensa baseada em temáticas próximas ao público-leitor, que se refiram aos seus sentimentos em relação ao contexto em que são inseridos. De acordo com Amaral (2006), tudo isso funciona para causar empatia imediata entre essas pessoas e o jornal. Para Barbosa (2004), esse é o chamado fluxo do sensacional. O termo sensacional diz respeito ao gosto popular por temáticas que apelam às sensações; que provocam emoções; que colocam como prioritários conteúdos que fogem do comum; que apelam ao extraordinário. Angrimani (1995) completa que sensacionalismo é tornar sensacional um fato jornalístico que, em outras circunstâncias editoriais, não mereceria esse tratamento.

Como o adjetivo indica, trata-se de sensacionalizar aquilo que não é necessariamente sensacional, utilizando-se para isso um tom escandaloso, espalhafatoso. Sensacionalismo é a produção de noticiário que extrapola o real, que superdimensiona o fato. [...] O trinômio escândalo-sexo-sangue aponta, pois, para os três níveis de maior enfoque do jornal sensacionalista. (ANGRIMANI, 1995, p.16, 17)

Sentimentos de insegurança, impunidade ou mesmo medo por parte do público alvo são algumas respostas às diferentes formas de violência que ocorrem e são retratadas diariamente na mídia brasileira. Devido ao grande número de noticiários que envolvem criminalidades, casos bárbaros despertam a atenção da sociedade e se tornam fatores de noticiabilidade dos tabloides.

A noticiabilidade é constituída pelo conjunto de requisitos que se exigem dos acontecimentos para adquirirem a existência pública de notícia. Não adquirindo o estatuto de notícia, o acontecimento é excluído do elenco de informações

mediáticas e permanece como "matéria-prima". Para adquirir o nível de notícia, portanto, o fato necessita ter as qualidades chamadas valores-notícia, cujo referente comum devem ser sempre a realidade. (WOLF, 1987)

A violência foi e continua sendo no presente um assunto diário nas páginas dos *tabloides* e nos meios de comunicação social em todo o Brasil. A partir das narrativas de fatos violentos do cotidiano, o *tabloide* ganha muitas vezes o epíteto de sensacionalista.

O jornalismo é o elo que, nos processos sociais, cria e mantém as mediações viabilizadoras do direito à informação. Eis aí o vínculo com o princípio ético universal que deve orientar a moral das ações jornalísticas e em função do qual o jornalista assume a responsabilidade consciente pelos seus *fazeres* profissionais. (CHAPARRO, 1994, p.23)

De acordo com Bourdieu (2006), tal busca incessante por notícias sensacionalistas é motivada pela ideia de sucesso no mercado de mídia. Isto cria uma brecha para a construção de histórias demagógicas - espontâneas, intencionais, intencionalmente espontâneas, ou seja, maneiras sentimentais e terapêuticas de mobilizar sentimentos (Bourdieu, 2006).

E o jornalismo sensacionalista surgiu na imprensa desde os primórdios. O termo esteve presente desde a origem da imprensa na França e nos Estados Unidos. Entre 1560 e 1631 surgia na França os jornais *Nouvelles Ordinaires* e *Gazette de France*. Angrimani explica que a *Gazette* se parecia com os jornais sensacionalistas que são feitos atualmente, trazendo *fait divers* fantásticos e notícias sensacionais que agradavam a todos.

Entretanto, antes desses dois jornais já haviam aparecido brochuras chamadas de *occasionnels*, onde predominavam o exagero, a falsidade, imprecisões e inexatidões. Esses *occasionnels* também relatavam o *fait divers*. Segundo Angrimani, o termo *fait divers*³ é uma “rubrica sob a qual os jornais publicam com ilustrações as notícias de gêneros diversos que ocorrem no mundo” (1995, p. 19).

Pequenos escândalos, acidentes de carro, crimes terríveis, suicídios de amor, operários caindo do quinto andar, roubo a mão armada, chuvas torrenciais, tempestade de gafanhotos, naufrágios, incêndios, inundações, aventuras divertidas, acontecimentos misteriosos, execuções, casos de hidrofobia, antropofagia, sonambulismo, letargia (...) (ANGRIMANI *apud* PIERRE LAROUSE, 1995, p. 25).

Nos Estados Unidos, o primeiro jornal americano tinha características sensacionalistas. Editado pelo inglês Benjamin Harris, o *Public Occurences* teve apenas uma edição, onde

³ Termo introduzido por Roland Barthes, no livro *Essais Critiques* (1964), que significa fatos diversos que cobrem escândalos, curiosidades e bizarrices

informava aos leitores que uma epidemia de sarampo atingia a cidade de Boston, usando informações que chocaram os leitores.

Porém, é no final do século XIX que surgem dois periódicos que moldam o gênero sensacionalista, dando características que são utilizadas nos dias de hoje: o *World* e o *Journal*. Os dois jornais se enfrentaram e usaram como arma o sensacionalismo. A origem “imprensa amarela” surge nessa época. No Brasil, a “imprensa amarela” - *Yellow Press* - utilizada para definir jornais sensacionalistas nos Estados Unidos é substituída pelo termo “imprensa marrom”. Quando um veículo é acusado de ser sensacionalista, o termo é usado.

O jornal *Notícias Populares*, conhecido como *NP*, circulou em São Paulo de 1963 a 2001 e ficou conhecido pelas reportagens violentas, sexuais e sensacionalistas. Na época da morte dos integrantes do grupo Mamonas Assassinas, o diário *NP* divulgou as fotos dos corpos dos cantores, provocando o repúdio de outros impressos da época, como *O Estado de S. Paulo*.

O já extinto *Notícias Populares* decidiu comprar um pacote de fotos com os corpos da banda Mamonas Assassinas, cujo jatinho tombara com uma montanha. As imagens de corpos transfigurados, nacos de couro cabeludo, membros espalhados pelo topo de um terreno rochoso, foram recusadas por jornais como *O Estado de S. Paulo*, pelo mau gosto, mas publicadas pelo *NP* na semana do sepultamento (JUNIOR PEREIRA, 2006, p. 74).

A expressão imprensa marrom é utilizada até os dias de hoje quando se deseja lançar uma suspeita sobre a credibilidade de uma publicação. “O senso de “marrom” como coisa ilegal, clandestina, aparece no início do século XIX na França” (Angrimani, 1995, p. 22).

No Brasil, determinados jornais eram da imprensa popular e, conseqüentemente, utilizavam o sensacionalismo para a publicação das reportagens jornalísticas. Segundo Amaral, *Folha da Noite* (São Paulo, 1921-1960), *O Dia* (Rio de Janeiro, 1951 até hoje), *Última Hora* (Rio de Janeiro, 1951-1964), *Luta Democrática* (Rio de Janeiro, 1954-1978) e *Notícias Populares* (São Paulo, 1963-2001) foram os que mais se destacaram na história do jornalismo popular.

Cada um atuou, a seu modo, como intermediário entre o povo e o governo. Além de fazerem propaganda política e veicularem reivindicações populares, utilizaram-se do sensacionalismo para aproximar-se das classes populares, bem como incorporaram elementos culturais desses setores (AMARAL, 2006, p. 24).

Outros periódicos populares também surgiram direcionados às classes de menor poder aquisitivo. Amaral cita o *Agora São Paulo* (São Paulo, 1999 até hoje), *Extra* (Rio de Janeiro, 1998 até hoje), *Folha de Pernambuco* (Recife, 1998 até hoje), *Notícia Agora* (Vitória, 2000

até hoje), *Diário Gaúcho* (Porto Alegre, 2000 até hoje), *Expresso Popular* (Santos, 2001 até hoje) *Super Notícia* (Belo Horizonte, 2002 até hoje) e *Aqui BH* (Belo Horizonte, 2005 até hoje).

Nos dias atuais, em um cenário nacional, a média diária de circulação de jornais brasileiros durante o primeiro semestre do ano de 2012 foi de 4.543.755 exemplares. Atrelado ao índice do Instituto Verificador de Circulação (IVC)⁴, o grupo de jornais vendidos por até 99 centavos teve elevação média de 1,8% até junho de 2012. Assim, os impressos reconhecidos como menos elitistas com preço abaixo de R\$ 1 estão acenando para uma realidade cada vez mais crescente. Isso porque a comparação de julho de 2011 a junho de 2012 com o mesmo período anterior (julho 2010 a junho 2011) aponta um aumento de 5,1% para os jornais comercializados até 99 centavos.

Pode-se dizer que, na maioria dos casos, os impressos populares são lidos pelo público de classes menos favorecidas, muitas vezes pertencentes às classes C e D. Segundo dados da pesquisa realizada pelo Instituto Data Popular⁵, em julho de 2011 a renda domiciliar média da classe C era de R\$ 2.295 enquanto o da classe D ficou em torno dos R\$ 940. Entretanto, há pesquisadores na área de Comunicação Social que se arriscam a afirmar sobre uma nova era. Estudiosos acreditam que os jornais menos elitistas estão se adaptando a um novo perfil de público. Eles consideram um público de impresso formado por leitores mais arrojados, em alguns casos pertencentes inclusive à uma classe social média.

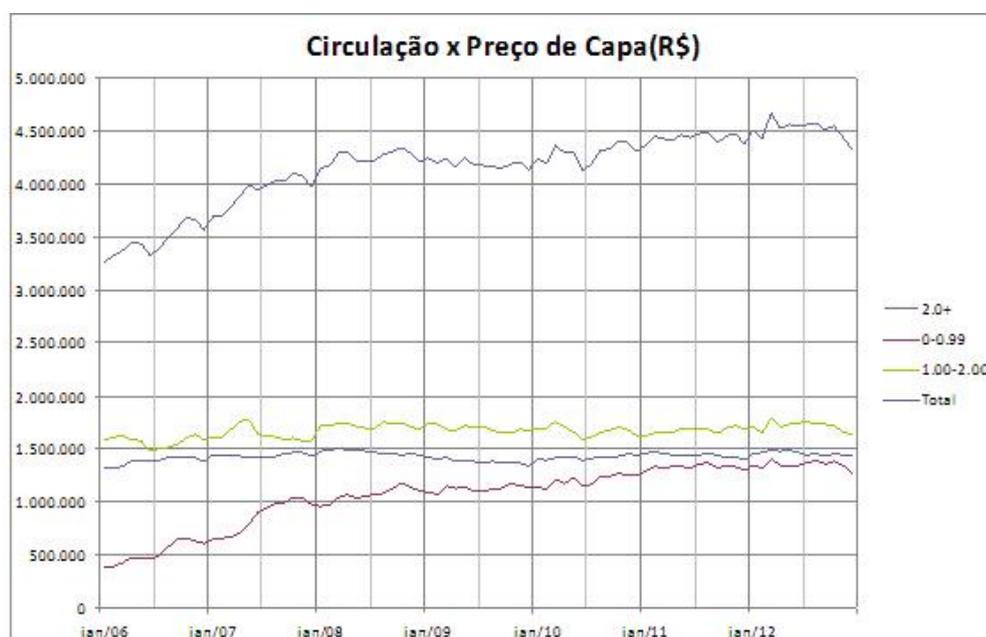
Por outro lado, independente do público-alvo, a circulação dos jornais com preço de capa até R\$ 0,99 apresenta uma ascensão desde 2006. Levantamento do IVC comprova a procura pelos impressos. Há pelo menos sete anos os títulos com características populares estão cada vez mais caindo no gosto dos brasileiros.

E, de forma geral, os jornais brasileiros tiveram crescimento médio de 1,8% na circulação em 2012. Os dados são do IVC ainda mostram que o balanço do meio jornal registra aumento de 3,4% no número de assinaturas e venda avulsa estabilizada. A média diária de circulação brasileira no período foi de 4.520.820 exemplares, novo recorde histórico para a auditoria da entidade. O levantamento é feito com base em toda a circulação paga auditada pelo Instituto Verificador de Circulação (IVC).

⁴ Órgão responsável pela auditoria de jornais e revistas no País. É uma entidade sem fins lucrativos que tem por objetivo certificar as métricas de desempenho de veículos impressos e digitais.

⁵ O Data Popular atua em pesquisa e consultoria.

Gráfico 2.0 – Circulação X Preço de Capa (R\$), entre 2006 e 2012



Fonte: Andrews (2013)

Além disso, atuais títulos com preços de custo até R\$ 0,99 ainda adotam o velho trinômio conhecido de escândalo-sexo-sangue. As características do já extinto *Notícias Populares* ainda perdura nos impressos ditos populares dos tempos modernos.

Para a jornalista Cristiane Bernardes (2004), as formas simbólicas populares são atravessadas pela tentativa de estabelecer formas de comunicação mesmo nos casos em que são apresentadas por escrito, como nos jornais populares. Entretanto, a autora explica que a questão da narratividade não está presente somente nos gêneros populares, pois todos os produtos da indústria cultural parecem querer contar-nos histórias.

Isso significa que a estrutura narrativa não está presente somente nos produtos ficcionais, mas também nos diferentes gêneros jornalísticos, aqueles que não “inventam os personagens” e pretendem apresentar a realidade ou aspectos dela. Os gêneros jornalísticos, sob essa visão, oferecem relatos de histórias reais (Albuquerque, 1998)

Capa Notícias Populares



Capa Na Hora H!



3.7 Noticiabilidade dos jornais populares

Jornais de referência e os populares se diferem em um contexto de sentido. Isso porque a notícia de cada tipo de jornal detém características e adoção de estratégias específicas, como a seleção de fatos segundo valores-notícia distintos e emprego de linguagem projetada num certo perfil de leitor (Amaral, 2006). Inclui-se, também, o tratamento dado ao fato: por um lado, nos jornais de referência, com maior inclinação política e organização argumentativa; por outro, nos jornais populares, atendendo a valores de entretenimento e proximidade e com organização predominantemente narrativa e expositiva.

Portanto, os jornais mais reconhecidos e os populares se diferem na questão dos critérios de noticiabilidade. Segundo Amaral (2006), o conteúdo dos periódicos voltados às classes A e B se baseia no interesse público. Dessa forma, aspectos mais prováveis para acontecimento se tornarem notícia nos jornais elitistas se referem à acontecimentos que envolvem pessoas importantes das três esferas públicas – poder executivo, legislativo, judiciário -, ter um impacto social sobre a população, ser culturalmente considerado um aspecto de relevância social.

No caso dos periódicos tabloides, as temáticas são focadas no interesse do público. Diante disso, informações de entretenimento, esporte, culinária, assuntos sobre acontecimentos de polícia que podem ser narrados de forma mais dramática, acontecimentos mais próximos do leitor e reportagens que ocupam menor espaço são aquelas privilegiadas em detrimento de outras.

A imprensa considerada “mais séria”, destinada às classes A e B, precisa legitimar-se entre os formadores de opinião e, por isso, aborda temas classificados como mais relevantes. A imprensa que pretende conquistar o leitor das classes C e D dá mais atenção às temáticas de interesse desse público. [...] O público leitor dos jornais de referência tem um nível de escolaridade e de exigência mais alto, o que faz com que esses jornais tenham maior qualidade. [...] Nos jornais populares, os princípios tradicionais do jornalismo são mais facilmente tensionados porque eles se destinam a um público de menor escolaridade e são mais vulneráveis ao mercado publicitário, pois não contam com assinaturas. Assim, a imprensa popular busca satisfazer os leitores a qualquer custo. (AMARAL, 2006, p.13,52)

De acordo com Amaral (2006), tal diferenciação é fruto de duas matrizes culturais diferentes, as quais norteiam tanto o jornalismo elitista, quanto o popular. A primeira delas é a racional-iluminista, a qual orienta os veículos destinados às classes A e B. Ela pode ser definida pela linguagem coloquial, pela riqueza de conceitos, pela abordagem de conflitos histórico-sociais, pelo entendimento histórico-social da realidade, pela preferência por assuntos próximos ao “mundo oficial”, ao interesse público, pela visão do público como sujeito político, interessado em saber o que ocorre no mundo.

A outra vertente é a matriz dramática, a qual define a estética sensacionalista e a dos periódicos voltados às classes C e D. A sua linguagem é concreta, se baseia em imagens e é pobre em conceitos, aborda conflitos interpessoais, privilegia um entendimento familiar da realidade, prefere assuntos próximos à vida privada e cotidiana.

De um lado, portanto, estão os jornais de referência com enfoque mais aguçado em assuntos nacional, de cunho político e econômico. Por outro, estão os jornais populares, privilegiando os valores de entretenimento, persuasão, narrativa expositiva e histórias que envolvem drama e emoção. No âmbito dos impressos populares há reportagens que contêm informações reduzidas e simplificadas, o que torna o interesse público disperso do conteúdo presente nos periódicos. Além disso, na maior parte das vezes, os títulos denominados menos elitistas se destinam a uma classe de menor escolaridade e mais interessados às publicidades e, assim, propagandas, questões de entretenimento, promoções e temas de diversão são noticiados com mais destaque se comparado aos jornais de referência.

O jornalismo praticado no segmento popular da grande imprensa subverte essa lógica de priorizar o “interesse público”. Baseia-se no entretenimento e não na informação, mistura gêneros, utiliza fontes populares e muitas vezes trata a informação de um ponto de vista tão particular e individual que, mesmo dizendo respeito a grande parte da sociedade, sua relevância se evapora. Muitas vezes o interesse do público suplanta o interesse público não em função da temática da notícia, mas pela forma como ela é editada, com base na individualização do problema, o que dá a sensação de não realização do jornalismo (AMARAL, 2006, p. 52-53).

Contudo, é necessário que os impressos conheçam o perfil do público alvo. Para a autora Márcia Amaral, conhecer a realidade do leitor é o ponto principal e a meta central dos jornais populares, pois, nos veículos de referência, os jornalistas já estão ambientados com o público. Porém, a jornalista esclarece que conhecer o público não significa subordinar por inteiro os interesses do leitor.

Assim, fazer jornalismo popular exige vigilância por parte do profissional que deve pensar sempre para quem está escrevendo. Não para noticiar apenas o que aparentemente interessa ao leitor, mas sobretudo para ser simples, didático e utilizar uma linguagem próxima à da população. (AMARAL, 2006, p. 109)

Assim como os jornais de referência, os populares precisam, obrigatoriamente, ter uma aprofundada noção do perfil do público alvo para adequar a linguagem ao texto, mas, segundo Márcia, os impressos devem ter cuidado ao aproximar da linguagem do leitor, sem deixar de “tratá-lo como cidadão” (Id.). A autora aborda o fato de que o jornalista desse tipo de veículo não pode ficar apenas no mundo da classe média. É necessário o repórter ir para os ambientes dos leitores, conhecer a região onde moram, ir às escolas e hospitais públicos, visitar restaurantes comunitários e vivenciar a realidade dos leitores.

O ponto de vista das temáticas abordadas pelos jornais populares é outro porque o lugar econômico, social e cultural do leitor é diferente do lugar do leitor dos jornais de referência. O leitor das classes C e D vivem com menor renda, tem baixa escolaridade, tem mais dificuldade de ingressar no mercado de trabalho, depende do sistema público de educação e atendimento à saúde e não tem acesso à maioria das programações culturais (AMARAL, 2006, p. 110).

A linguagem é um dos fatores fundamentais a ser considerado nos impressos reconhecidos como menos elitistas. O fato de um jornal ser popular não significa que o impresso tem de abrir mão da palavra informativa, porém algumas expressões podem não ser entendidas ou compreendidas pelo leitor. Dessa forma, o repórter tem de sempre escrever um texto que se aproxime à linguagem do público, substituindo palavras técnicas e de difícil significado. Entretanto, escrever uma linguagem simples e clara não significa produzir um texto ruim ou pobre. “Esse é um dos desafios do jornal popular: não produzir apenas o texto

que se adequa às expectativas do leitor, mas levar as pessoas, progressivamente, a apreciarem um texto de melhor qualidade” (Ibid., p. 115).

Para o jornalista do impresso *Notícias Populares (NP)* que circulou de 1963 a 2001, Ramão Portão, o jornal tem de saber o que o público alvo quer ler. Devido os periódicos populares serem direcionados a uma população de baixa renda, em que os leitores têm pouca instrução, a fotografia acaba sendo a preferência se comparado ao texto longo. Assim, o jornalista explica que a linguagem de um tabloide direcionado aos leitores de classe C e D deve ser a mais simples possível, evitando palavras desconhecidas e substituindo vocabulários mais complexos.

No preparo de um jornal é preciso saber o que se pretende dizer ao leitor. Melhor, ainda: saber o que o leitor gostaria de ler. Não se queira dar ao leitor de “Notícias Populares” uma página minuciosa de “O Estado de S. Paulo” sobre a situação do Vietnã. E vice-versa: não se queira dar ao assinante de “O Estado de S. Paulo” uma página realista sobre o “estrangulador do carrão” ou os mistérios do “Esquadrão da Morte”. (PORTÃO, 1971, p.79).

Em 2011 o então editor chefe do *Aqui DF*, Leonardo Meireles⁶, explicou que as reportagens policiais são notícias de maior interesse dos leitores no jornal popular. Assim, o autor Antônio Serra explica que o espaço destinado ao crime e violência é o local onde desenvolve a representação de personagens referentes a uma região social determinada, a um estilo de vida. Enquanto nos outros espaços dos impressos os personagens são, basicamente, quem tem representação na sociedade, decisão, poder e ação legítima, como políticos, economistas, especialistas, professores universitários, cientistas, no caderno policial os personagens centrais são aqueles que o aparecimento deles nos outros espaços dos jornais são secundários. “Em relação ao espaço total do jornal, eles são “desviantes”: marginais, ladrões, assassinos, traficantes, desonestos, homossexuais, prostitutas, menores delinquentes, em grupo, organizados ou individualmente” (1980, p. 19).

Geralmente, em determinadas reportagens dos jornais populares, a abordagem da publicação acaba por gerar sentimentos de medo, angústia ou mesmo sensação de possível segurança do leitor. Notícias que tratam sobre a ação dos meliantes e suspeitos podem ocasionar uma percepção de insegurança. Além disso, os recursos de adjetivos e verbos inseridos na notícia ou mesmo no título ou subtítulo da reportagem já podem provocar nos leitores uma situação de desconforto e temor. É o caso da utilização de palavras como chacina, tráfico, latrocínio, homicídio, aumento de sequestros relâmpago, dentre outros.

⁶ O jornalista foi entrevistado pela pesquisadora por e-mail

Já nos noticiários onde a ação da polícia é retratada com maior ênfase, como prisões em flagrante, identificações de suspeitos, patrulhamentos, recuperação de objetos roubados, podem ocasionar uma impressão de maior segurança e um trabalho mais ágil da Polícia Militar, Polícia Civil, Federal e até mesmo do Batalhão de Operações Especiais (*Bope*).

É tarefa, dever e responsabilidade dos veículos de comunicação divulgar e publicar reportagens de forma neutra, imparcial e sem deixar que as opiniões e posições pessoais dos jornalistas, editores e donos dos jornais possam interferir no processo de comunicação. Porém, nem sempre as reportagens jornalísticas apresentam notícias objetivas e parciais.

Essa “verdade jornalística” é muito mais do que simples precisão. É um processo seletivo que se desenvolve entre a matéria inicial e a interação entre o público leitor e os jornalistas, ao longo do tempo. Esse princípio básico do jornalismo – a busca desinteressada da verdade – é, em última instância, o que diferencia a profissão de todas as outras forma de comunicação. (KOVACH & ROSENSTIEL, 2003, 68)

Para Clovis Rossi, jornalismo é uma fascinante batalha pela conquista das mentes e corações de seus alvos que são os leitores, telespectadores ou ouvintes. Entretanto, essa batalha está atrelada a um mito: o da objetividade.

A objetividade é possível, por exemplo, na narração de um acidente de trânsito – e, assim mesmo, se nele não estiver envolvido o repórter, pessoalmente, ou algum amigo ou parente. Esse tipo de acontecimento – ou seja, aquele que afeta apenas um pequeno grupo de pessoas, sem maior incidência política e/ou social – ainda permite o exercício da objetividade. Nos demais, ela é apenas um mito. (ROSSI, 1991, p. 10)

O leitor busca novidades, informações exclusivas e notícias quentes. A reportagem deve proporcionar ao público uma ideia exata e específica sobre um acontecimento. A notícia deve ser transmitida de forma concreta, verdadeira, transparente e objetiva. Por sua vez, o repórter deve publicar uma reportagem com honestidade e imparcialidade. Mário Erbolato diz que a objetividade, em certos casos, “é um dos pontos mais controversos e difíceis do jornalismo” (1991, 57).

É dever do jornalista publicar o que de fato aconteceu em um evento ou em uma situação, divulgando o que foi acordado, decidido, visto e presenciado. Para Erbolato, o jornalista representa o público. O repórter está em locais aonde os leitores, ouvintes, telespectadores não podem estar. Segundo o autor, o jornalismo é a seleção dos fatos e o repórter testemunha do acontecimento.

O repórter é o intérprete do público. Na sala onde se reúnem os integrantes da Câmara Municipal não caberia, de forma alguma, a população inteira da cidade, desejosa de assistir aos debates e à votação de um projeto que aumentasse impostos

ou mandasse desapropriar vários quarteirões de prédios residenciais. Mas os jornalistas que lá comparecerem estarão representando o povo, anotando os discursos, os apartes e a leitura de documentos. Milhares de cidadãos (dos quais ele, repórter, de forma indireta, teria uma procuração imaginária ou fictícia para ver e sentir por eles) aguardarão, no dia seguinte, a sua notícia. (ERBOLATO, 1991, 57)

Para Luiz Pereira Junior, “noticiar é selecionar fatos para organizar um sentido” (2006, p. 70). Ele explica que o repórter deve ir à busca do fato real e concreto. É obrigação do jornalista publicar as informações coerentes com a realidade, sem deixar ser manipulado e ludibriado pelas fontes.

O desafio do repórter (no cenário complexo, tentacular, da desordenada torrente de acontecimentos que forma a vida contemporânea) é encontrar evidências soterradas em camadas de versões, procurar certezas em situações de incertezas. O jornalista, por princípio, não é só testemunha daquilo que o leitor não pôde ter acesso. É um processador de camadas verificáveis da realidade – não raro limitado à posição de verificador de fatos inacessíveis de forma direta, como o 11 de setembro o foi para as redações brasileiras. (PEREIRA JÚNIOR, 2006, 71)

Portanto, o papel social do jornalismo e do profissional, jornalista, é o de informar e divulgar os fatos, buscando sempre a “verdade” das várias versões de uma mesma história. Luiz Pereira Junior explica que a notícia é construída no cuidado com a verificação, sobre o alicerce do levantamento das informações. “É um jogo de versões e construção de realidades” (2006, 71).

Entretanto, não basta apenas o jornalista publicar a versão de cada lado envolvido na história sem investigar a informação. É necessário que o repórter apure e investigue os fatos anunciados pelos adversários. O que é dito por uma fonte é apenas contradito por outra. O depoimento de um personagem A, por exemplo, pode informar um fato que, na visão da vítima/acusado, é o verdadeiro. Por sua vez, o entrevistado B informa e defende outra verdade e acontecimentos diferentes do primeiro depoimento. Dessa forma, a notícia não pode ser apenas publicada com a versão de cada personagem. O jornalista tem de buscar e averiguar o que de fato aconteceu, ou seja, a real informação verídica e precisa.

Não faz parte da ética jornalística o profissional apenas julgar quais dos envolvidos estão certos ou errados, publicando uma das versões como sendo a verdadeira. É mais do que necessário o repórter investigar e obter informações concretas por meio de fontes como especialistas, profissionais e, até mesmo, documentos que comprovem números e ações.

O repórter também não deve tomar juízos de valor. Ele tem de ser imparcial e objetivo. Uma reportagem concluída apenas com hipóteses dos envolvidos numa mesma história não é

digna de credibilidade. A matéria pode e deve conter a versão dos envolvidos, contudo o jornalista tem de apurar e deixar explícita a verdadeira ação sobre o que realmente aconteceu.

O rigor na apuração de informações deve partir de premissa muito simples, nem sempre considerada: cada afirmação, de cada linha, só deve ser mantida depois de respaldada. Apurar pode resumir-se a um jogo de evidências confrontadas a outras. Só a consciência delas garante o relato, mesmo que saibamos que tal consistência só foi obtida pela sobreposição de relatos que corroborem uma mesma versão, como no caso da cobertura do 11 de setembro. Colocar evidências em confronto implica, por isso, critérios de escolha – critérios éticos, de aplicação sistemática – ou a realidade que virá à luz será apenas o reflexo, espiralado, sinuoso e sem fim, de espelhos colocados uns diante dos outros. (PEREIRA JÚNIOR, 2006, p. 72)

Portanto, o principal produto do jornalismo, a notícia, deve ser real, objetiva e clara. São esses aspectos que podem fornecer credibilidade a uma reportagem ou a um veículo de comunicação.

Pode-se dizer que o papel social do jornalismo e do jornalista vai muito além de sair para uma pauta, apurar as informações, voltar para a redação e escrever uma reportagem embasada em informações superficiais. O verdadeiro profissional tem de noticiar com objetividade, imparcialidade, ouvindo e publicando os dois lados de uma mesma história e, além de tudo, buscar sempre a verdade e a realidade, investigando, apurando e tornando público um assunto de interesse ao leitor, ouvinte e telespectador.

3.8 As fontes de informação

Fonte é quem tem autonomia sobre determinado assunto e, conseqüentemente, sabe de informações relevantes de interesse público. Uma fonte pode também ser um personagem que testemunhou ou participou de determinado evento ou ação que provoque curiosidade do leitor, ouvinte, telespectador. O entrevistado presta depoimentos e esclarecimentos ao repórter que, por sua vez, seleciona e publica os pontos mais coerentes e factuais.

Assim, as pessoas que prestam esclarecimentos à sociedade contribuem para a credibilidade da reportagem publicada. No caso das reportagens policiais, a maioria dos entrevistados dos jornais populares são os delegados que investigam o caso de criminosos retratados pelo veículo de comunicação.

Para Mário Erbolato (1991, p. 183), tudo o que o jornal publica é obtido nas fontes de informação. Ele classifica as fontes em dois grandes grupos. *As fixas* e *as fora de rotina*. Para o autor, as fixas são os entrevistados que os jornalistas recorrem praticamente todos os dias, embora não tenha e nem sempre forneça algo de novidade. Policiais, Corpo de Bombeiros,

Instituições, Associações, Sindicatos, Ministérios, Órgãos Públicos, Administrações de Regiões Metropolitanas, Aeroportos, Rodoviária, Hospitais, Hotéis, Postos de Saúde, Centro Comunitários são exemplos de locais visitados frequentemente por repórteres, a fim de buscar mais detalhes e esclarecimentos sobre determinados assuntos.

Seguindo o modelo proposto por Erbolato, as rondas policiais realizadas pelos repórteres que recorrem aos comandos dos batalhões de polícia e à pasta de segurança pública são exemplos de fontes fixas. Isso porque são essas as autoridades que fornecem esclarecimentos corriqueiros de criminalidades das regiões em que atuam.

Já as fontes fora de rotina seriam aquelas procuradas excepcionalmente pelos jornalistas. Quando fatos não previstos acontecem, ou quando o jornalista precisa de mais esclarecimentos sobre o ocorrido, o repórter recorre à fala e publicação desses entrevistados para veicular maiores explicações sobre o acontecimento. Geralmente são pessoas que possuem certa autoridade e conhecimentos mais elevados. Seriam especialistas, historiadores, políticos, funcionários de alto conhecimento, escritores e profissionais de alguma área relevante.

No caso das reportagens policiais, o fato pode ser reforçado por um especialista em segurança pública que fornece esclarecimentos e contribuem para subsidiar, por exemplo, as causas do aumento de homicídios, estupros, latrocínios, roubos, furtos.

Fonte é qualquer pessoa que presta informações ao repórter. A tendência generalizou-se no sentido de usar tanto *fonte* (no singular) quanto *fontes* (no plural). Porém há notícias, como as relacionadas com os interesses da comunidade (fornecimento de água, de luz e o funcionamento dos telefones), que não precisam ser transmitidas misteriosamente por uma fonte, porque nada têm que deva ser ocultado. (ERBOLATO, 1991, p. 183)

Traquina cita o sociólogo britânico Philip Schlesinger (1978). Segundo ele, as fontes não são iguais e o acesso aos jornalistas não está distribuído igualmente. Já o sociólogo americano Herbert Gans defende o mesmo ponto de vista destacando que os “os econômica e politicamente poderosos conseguem obter fácil acesso aos jornais, e são procurados pelos jornalistas; os que não têm poder são mais dificilmente abordados pelos jornalistas e não são geralmente procurados até as suas atividades produzirem notícias de desordem social ou moral” (GANS, *apud* TRAQUINA, 2009, p. 121).

Segundo Traquina, a noção de uma hierarquia da credibilidade reforça a dependência das fontes oficiais que fornecem mais legitimidade e veracidade das informações. A partir do grau de confiabilidade de cada uma das fontes, Lage as classifica em três etapas, podendo ser

mais ou menos confiáveis a partir do relato de pessoas, depoimento de instituições ou dados documentais.

O autor divide as fontes em oficiais, mantidas pelo Estado e que são mais confiáveis e possuem mais credibilidade; fontes oficiosas, funcionários ligados à alguma entidade das fontes oficiais, porém não são autorizadas a falar em nome da instituição ou de um personagem e, portanto, o que é declarado por uma fonte oficiosa pode ser desmentido pela fonte oficial; e, por sua vez, Lage descreve as fontes independentes como aquelas que não têm vínculo com uma relação de poder ou com um interesse específico.

Outra definição de Lage é sobre as fontes testemunhais como sendo as pessoas que assistiram a algum fato ou acontecimento. Pode ser considerada fonte testemunha uma pessoa que presenciou um acidente entre dois carros ou que assistiu o assalto à casa vizinha. O autor aponta que “o testemunho mais confiável é o mais imediato” (2001, p. 67).

Já as fontes *experts* são geralmente as fontes secundárias que procuram as versões ou interpretações de eventos. É o caso de especialistas como médicos, professores, cientistas, escritores.

De toda sorte, é conveniente ouvir mais de um especialista e variar os especialistas que se ouvem – evitando, por exemplo, que a interpretação de matérias sobre direito tributário seja sempre a de um assessor de grandes empresas, do governo ou de um grupo de sindicatos. Um dos truques dos assessores de imprensa para influir na linha editorial dos jornais é indicar *experts* – sempre simpáticos e disponíveis –, que darão a quaisquer fatos a interpretação conveniente à instituição assessorada (LAGE, 2001, p. 68).

Essas duas últimas são as mais recorrentes em reportagens policiais, sendo que a primeira geralmente são procuradas para dar fornecer mais detalhes à notícia, com testemunho de pessoas que presenciaram o fato. Já as fontes *experts*, como especialista em segurança pública, são procuradas quando a narrativa pede um pouco mais de informações e esclarecimentos sobre o fato, com o objetivo de fornecer informação completa e de credibilidade para os leitores.

O *Manual da Folha de S. Paulo* explica que “a classificação das fontes varia conforme as circunstâncias políticas, o relacionamento pessoal da fonte com o jornalista e a atitude dela em relação ao veículo que o profissional representa” (2010, p. 38).

As fontes de informação são, portanto, pessoas capacitadas a prestar algum tipo de notícia para o repórter sobre determinado assunto. O jornalista necessita das fontes e, por isso, deve manter uma boa relação com elas.

Entretanto, para Leandro Fortes, as fontes não são amigas do repórter. Segundo o autor, as fontes buscam a veiculação de seus interesses ou dos interesses de seus grupos e, por isso, o jornalista não pode e não deve ser influenciado por elas.

Repórter que freqüenta festinhas e se aninha na vida pessoal das fontes, e vice-versa, comete um pecado profissional de conseqüências quase sempre desastrosas. É possível e desejável que jornalistas saibam diferenciar essas circunstâncias para evitar, no fim das contas, relacionamentos incestuosos como o que ocorrem, por exemplo, na cobertura política tradicional de Brasília. O único resultado possível dessa relação é um noticiário viciado e sem credibilidade, para não falar do habitual vexame público de chamar autoridades por apelidos carinhosos e, assim, forçar uma intimidade tão tola quanto inexistente (FORTES, 2008, p. 31).

3.9 O jornalismo sensacionalista

“Não importa qual seja o contexto, sempre que se quer acusar um veículo de comunicação, ou um jornalista, usa-se de forma abrangente – e nem sempre exata – a adjetivação ‘sensacionalista’” (ANGRIMANI, 1995, p. 13). Segundo o autor, o termo sensacionalista, por ser totalitário, leva à imprecisão. Para ele, o nome é entendido pelo leitor como uma informação distorcida pelo meio de comunicação, exagerado na coleta de dados, publicando uma foto ousada, ou possuindo uma linha editorial mais dramática.

Quando um veículo de comunicação é denominado de sensacionalista, significa, para o público, que ele não atingiu e não atendeu às expectativas dos leitores. O termo tem relação com a imprecisão, distorção, erro na apuração e editorial agressivo. A manchete e foto, quase sempre chocante, é outra característica da publicação sensacionalista.

Sensacionalismo é tornar um fato jornalístico que, em outras circunstâncias editoriais, não merecia esse tratamento. Como o adjetivo indica, trata-se de sensacionalizar aquilo que não é necessariamente sensacional, utilizando-se para isso de um tom escandaloso, espalhafatoso. Sensacionalismo é a produção de noticiários que explora o real, que superdimensiona o fato. (ANGRIMANI, 1995, p. 16)

Márcia Amaral explica que o sensacionalismo, em geral, está ligado ao exagero, à intensificação, à valorização da emoção, à exploração do extraordinário, à troca do essencial pelo supérfluo e inversão do conteúdo pela forma. Para a autora, muitas vezes, o rótulo sensacionalista tem relação com jornais e programas que privilegiam a cobertura da violência, mas, segundo ela, o sensacionalismo pode ocorrer de diversas maneiras e não apenas por esse tipo de veículo. “É possível afirmar que todo jornal é sensacionalista, pois busca prender o leitor para ser lido e, conseqüentemente, alcançar uma boa tiragem” (Amaral, 2006, p. 20).

A autora cita o jornalista Alberto Dines que mostrou a existência do processo sensacionalista em toda a imprensa. Sendo assim, Márcia Amaral explica que o autor divide o sensacionalismo em três grupos: o sensacionalismo gráfico, o sensacionalismo linguístico e o sensacionalismo temático.

O gráfico ocorre quando há uma desproporção entre a importância do fato e a ênfase visual; o linguístico é baseado no uso de determinadas palavras; e o temático é caracteriza-se pela procura de emoções e sensações sem considerar a responsabilidade social da matéria jornalística (DINES *apud* AMARAL, 2006, p. 20).

Segundo Dines, o sensacionalismo gráfico, em qualquer tipo de imprensa, só acontece quando há uma incoerência entre o valor visual e o valor do fato. O sensacionalismo linguístico passa a ser apenas propriedade dos jornais populares para ser incidente nos demais veículos, pois se refere ao uso de “palavras certas, palavras que provocam sensações, as palavras que intrinsecamente comunicam informações” (1971, p. 73). Já o sensacionalismo temático é caracterizado como a procura de emoções e sensações, porém sem que o repórter se esqueça que está lidando com vidas humanas e que “uma palavra irresponsável pode causar a morte, pode destroçar uma família” (Id.)

O jornalista explica que todo processo da comunicação é sensacionalista, pois mexe com sensações físicas e psíquicas. Segundo Dines, a luta para despertar a atenção do leitor, que é a primeira etapa do processo de comunicação, é mais sensacionalista do que todo ele, pois trata do esforço de oferecer ou provocar sensações que vão despertar o público para aceitar, absorver e respeitar à mensagem. “A primeira etapa do processo de comunicação é necessariamente mais sensacionalista, mais seletiva. É o primeiro chamamento à busca da atenção” (DINES, 1971, p. 68).

Para o autor, o próprio *lead* pode ser um recurso sensacionalista, pois contém, logo no primeiro parágrafo do contexto, os elementos mais importantes para seduzir o leitor pelo restante da história. “Em toda a imprensa ocorre o processo sensacionalista, pois a técnica do título chamando a atenção, resumida e enfaticamente, para uma matéria mais longa não deixa de ser um recurso sensacionalista” (Ibid., p. 69).

Segundo Amaral, o sensacionalismo ficou muito relacionado ao jornalismo que privilegiava a superexposição da violência por intermédio da cobertura policial e da publicação de fotos chocantes, de distorções, de mentiras, e da utilização de uma linguagem informal e popular, composta de gírias e palavrões.

De acordo com a autora, os jornais escandalosos são historicamente recorrentes e o sensacionalismo se manifesta em diversos graus. Para ela, caracterizar um jornal como sensacionalista é afirmar, de maneira imprecisa, apenas que ele se dedica a provocar sensações.

O sensacionalismo tem servido para caracterizar inúmeras estratégias de mídia em geral, como a superposição do interesse público; a exploração do sofrimento humano; a simplificação; a deformação; a banalização da violência, da sexualidade e do consumo; a ridicularização das pessoas humildes; o mau gosto, a ocultação de fatos públicos relevantes; a fragmentação e descontextualização do fato; o denunciamento; os prejulgamentos e a invasão de privacidade de tanto de pessoas pobres e como de celebridades, entre tantas outras (AMARAL, 2006, p. 21).

O público alvo dos jornais populares e sensacionalistas são leitores de baixa renda, muitos deles sem alto grau de escolaridade e moradores de áreas menos favorecidas. Além disso, devido aos impressos possuírem menor espaço se comparados aos jornais de referência, os leitores recorrem aos diários com características de tabloide. Angrimani explica que o público de jornais populares tem uma formação cultural precária e, por isso, estão mais próximos dos instintos e manifestações da criminalidade. Já o público de conhecimento elevado e de formação intelectual superior, de acordo com o jornalista, teria os instintos mais controlados e, por isso, sua opção geralmente é pelos jornais mais moderados e racionais.

Entretanto, o jornalista destaca que notícias sobre morte e violência interessam a todos, independentemente do nível econômico e cultural de cada leitor. A violência também é outro ponto de destaque e valorizado pelos jornais populares. Assassinato, brigas, confusões, vingança, suicídio, estupro são noticiados com destaque.

Deve-se dizer que tanto o leitor do jornal “sóbrio”, quanto aquele que prefere o sensacionalismo, se interessa pelo crime, pelo rapto, pelo acidente, pela catástrofe. O que vai fazer com que o mercado se divida e haja um público exclusivo para o veículo sensacionalista é a linguagem, a linguagem editorial que é a forma de se destacar uma foto, tornar o texto mais atraente, enfim, a busca de um equilíbrio entre ilusão e texto, além da preferência por matérias originadas de *fait divers* (ANGRIMANI, 1995, p. 54).

Os fatos fornecem grande destaque aos fatos do dia, buscando agilidade nas coberturas de acidentes, incêndios, tragédias, crimes e fatos insólitos, os chamados *fait divers*, ou “notícia geral”, segundo a denominação de Barthes (1982, p. 57). Por isso, há dias em que a movimentação é grande, enquanto em outros não há quase o que fazer. Em alguns casos reportagens demandam tempo para preparação, por isso os repórteres despendem dias na

produção do material. São as chamadas matérias especiais, cujo jornalista precisa de aprofundamento de dados, fontes, pesquisas, entrevistas e conhecimento sobre o assunto.

Outro tipo de matéria, entretanto, como é o caso do *fait divers*, não exige nenhum conhecimento adicional para que seja consumida. E também não exige do repórter nada além da capacidade de ouvir as testemunhas do fato. Elas também são conhecidas como *soft news* (notícias leves, "*fait-divers*"). São as notícias intemporais e os textos de outros gêneros jornalísticos, as reportagens, não obedecem à rigidez da pirâmide invertida, ainda que esta seja aconselhada para que o leitor se interesse momentaneamente no assunto.

Assim, a grande maioria das matérias da editoria de polícia é composta por *fait divers*, isto é, informação que exibe uma estrutura fechada – no dizer de Barthes (1982) – e que não remete a nada além dela própria. É o caso, por exemplo, das reportagens que tratam de assaltos, acidentes, homicídios, prisão de criminosos, furtos em escolas, solução de investigações criminais, estelionatos, latrocínios e crimes em geral.

Outro fator utilizado pelos impressos populares como argumento de venda é a figura de uma mulher na capa do jornal. O fetiche tem papel relevante nos *tabloides* sensacionalistas. A maioria deles possui uma manchete chamativa contrastando com a exibição do corpo feminino. A mulher, muitas vezes sem identificação e outras vezes sendo figura famosa torna-se objeto de sedução e desejo.

Exibir um corpo feminino na capa de um jornal não tem qualquer relação com o fato, com a notícia e com o interesse público, com exceção alguns leitores que compram o jornal com essa finalidade e objetivo. Com *lingeries* sensuais, poses exuberantes, adereços completos e saltos altos, a figura feminina é distorcida e foge do real e da notícia.

Além do fetichismo, o exibicionismo, proposto pela foto da capa do jornal sensacionalista, conduz a investigação para um outro campo. A nudez explícita de certas partes do corpo da mulher (nádegas, seios, coxas) proporciona (ou pretende proporcionar) ao leitor um prazer de ordem visual, o que leva à constatação de que existe também uma proposta exibicionista-voyeurista nesse gênero de ilustração (ANGRIMANI, 1980, p. 74).

Tendo em vista que os jornais sensacionalistas são vendidos apenas de forma avulsa, a primeira página do periódico surge como o principal meio de sedução do leitor. A capa, segundo Amaral (2006), é o que vende o jornal. Ela é um reflexo direto do conteúdo do jornal e estampa sua diversidade. Subordinada ao interesse do leitor, faz com que ele sempre encontre algo que lhe interesse.

Nessa primeira página – e, portanto, nesse periódico – é obrigatória a presença do assunto morte. O jornal estampa cadáveres perfurados com bala, decepados, atropelados,

perfurados e ensanguentados. A violência também é pauta obrigatória. Assassinatos, estupros, vinganças, brigas, agressões sexuais são ampliados para ganharem destaque no jornal. (ANGRIMANI, 1995).

Outros temas recorrentes nos jornais sensacionalistas são os tabus (sexo, canibalismo, incesto) e as perversões (sodomismo, necrofilia, zoofilia). Vale destacar o caso do homossexualismo que, de acordo com Angrimani (1995), é retratado de forma pejorativa e marginalizante. Seria considerado, portanto, um desvio da normalidade.

Para Angrimani (1995), todos esses elementos citados têm papel fundamental na venda de um jornal sensacionalista. O estímulo que leva uma pessoa a sair de sua casa para comprar tal periódico vem da relação de catarse que se dá entre o jornal e o leitor. O filósofo Edgar Morin explica.

O jornal sensacionalista produziria a liberação de desejos reprimidos e censurados, permitindo ao leitor realizar atos que só se materializariam na imaginação. O mundo dessa mensagem-sensação realiza-se no imaginário do leitor na imagem reflexo que ele adota de um poder fantasma – a magia do sócio. Ao ler as notícias violentas, excepcionais, que fogem aos padrões de normalidade, o leitor liberaria desejos, temores e horrores. A leitura permite, ao mesmo tempo, uma fuga e uma experiência das emoções. (MORIN, *apud* BARBOSA, 2004)

Tais características, acrescenta Barbosa (2004), contribuíram para a massificação do jornalismo. As notícias evocam acontecimentos que se desenrolam na vida dos próprios leitores. Além disso, o relato é extremamente humanizado. O personagem é uma pessoa com características próprias, como qualquer pessoa com a qual se convive. Vendo uma realidade semelhante à sua, o leitor se sente integrado àquele mundo, causando identificação imediata com aquele periódico.

Angrimani (1995) enfatiza, porém, que o uso da linguagem-clichê é a principal causa da popularização dos jornais sensacionalistas entre as classes C e D. Os clichês têm como objetivo mexer com as emoções do leitor por meio do uso de estereótipos, chavões e lugares-comuns. Isso faz com que o leitor, então, relembre momentos de sua vida, trazendo à tona suas tristezas, suas dores, suas alegrias.

Conclui Wolf (1995) que essas são as temáticas que possuem maior capacidade de entretenimento. Este se torna, portanto, o critério mais relevante, em detrimento de acontecimentos intrinsecamente mais importantes.

Para se informar um público, é necessário ter atraído a sua atenção e não há muita utilidade em fazer um tipo de jornalismo aprofundado e cuidadoso, se a audiência manifesta o seu aborrecimento mudando de canal. Esta forma, a capacidade de entreter situa-se numa posição elevada na lista dos valores/notícia. [...] Categorias que são, normalmente, usadas para identificar os acontecimentos que correspondem a este requisito de noticiabilidade: a) histórias de gente comum que é encontrada em situações insólitas, ou histórias de homens públicos surpreendidos no dia a dia de sua vida privada; b) histórias em que se verifica uma inversão de papéis (“o homem que morde o cão”); c) histórias de interesse humano; d) histórias de fatos excepcionais e heróicos. (WOLF, 1995, p.184)

Capítulo IV

É HORA DA ANÁLISE E DAS REPORTAGENS

4. Análise Piloto das reportagens selecionadas

4.1 Primeira etapa da análise

Para iniciar as análises das reportagens, em um primeiro momento foram identificadas as expressões textuais do acontecimento narrado, o fato em si, com base nas formas de narrativa que envolvem dramatização ao tratar a violência atrelada aos personagens e fontes. As reportagens se referem às manchetes de capa dos dois jornais estudados.

Tabela 4.0 – Comparação entre *Aqui DF* e *Na Hora H!*

DATA	AQUI DF	NA HORA H
01/05/13	<p>Manchete: “Guerra faz mais duas vítimas”;</p> <p>Figuras de linguagem: metáfora, hipérbole, eufemismo, perífrase:</p> <p>→ “polícia segue no encalço <i>dos cabeças</i> das quadrilhas”;</p> <p>→ “rixa entre gangues <i>segue matando</i> na cidade”;</p> <p>→ “<i>executaram</i>, com quatro tiros, Abrãõ Santos de Sá, 19 anos”;</p> <p>→ “jovens, moradores dos bairros, mantem uma rixa de pelo menos duas décadas”;</p> <p>→ “A histórica guerra entre gangues de Planaltina fez mais duas vítimas”;</p> <p>→ “prenderam dois bandidos apontados como os mais perigosos da região”;</p> <p>Fontes/personagens: o delegado da 31ª DP que investiga o caso, Érico Mendes (fonte oficial), e um morador da região que fala sobre os índices de criminalidade no local (fonte independente);</p>	<p>Manchete: “Vai reinar na penitenciária”;</p> <p>Figuras de linguagem: metáfora, hipérbole:</p> <p>→ “mais um que se achava majestade vai reinar na <i>jaula</i>”;</p> <p>→ “O homicídio e a tentativa teriam ocorrido no momento em que Wenderson e o cunhado teriam saído para comprar mais <i>bagulho</i>”;</p> <p>→ “apesar de pouca idade ele tem uma ficha criminal longa”;</p> <p>Fontes/personagens: o delegado da 11ª DP que investiga o caso, João Carlos Lóssio (fonte oficial);</p> <p>Ação relatada: a extensa ficha criminal de um jovem de 18 anos que acumula seis homicídios e uma tentativa de assassinato;</p> <p>Conflito: não há versões conflitantes;</p> <p>Local: Candangolândia, região administrativa do Distrito Federal a 18 quilômetros do Plano Piloto.</p>

	<p>Ação relatada: a reportagem traz uma narrativa de medo diante dos índices de homicídio cada vez mais elevados na região;</p> <p>Conflito: não há versões conflitantes;</p> <p>Local: Planaltina, região administrativa do Distrito Federal a 38 quilômetros do Plano Piloto.</p>	
02/05/13	<p>Manchete: “Mataram irmão com facadas”;</p> <p>Figuras de linguagem: hipérbole, eufemismo:</p> <p>→ “homem é executado <i>dentro da própria residência</i>, possivelmente por irmãos, após discussão”;</p> <p>→ “a vítima chegou a ser encaminhada pelo Corpo de</p>	<p>Manchete: “Briga por lote deu morte”;</p> <p>Figuras de linguagem: hipérbole:</p> <p>→ “Barbárie em uma das regiões de <i>maior tensão</i> fundiária no Distrito Federal”;</p> <p>→ “A.S.S., 35 anos, foi executado com <i>pelo menos</i> oito tiros”;</p>

	<p>Bombeiros para o Hospital de Base, mas não resistiu aos ferimentos”;</p> <p>Fontes/personagens: o colega da vítima e um vizinho que ajudam a esclarecer a dinâmica do crime (fontes independentes);</p> <p>Ação relatada: a narrativa engloba o homicídio de uma vítima de 37 anos que teria sido alvejada por três projéteis supostamente disparados pelos irmãos;</p> <p>Conflito: não há versões conflitantes;</p> <p>Local: Guará, região administrativa do Distrito Federal a 11 quilômetros do Plano Piloto.</p>	<p>→“apesar de pouca idade ele tem uma ficha criminal longa”;</p> <p>Fontes/personagens: a narrativa não traz nenhuma versão de fontes, nem oficial nem mesmo independentes;</p> <p>Ação relatada: o homicídio de um homem de 35 anos que teria discutido sobre a propriedade de um lote em uma área irregular de Ceilândia;</p> <p>Conflito: não há versões conflitantes;</p> <p>Local: Ceilândia, região administrativa do Distrito Federal a 26 quilômetros do Plano Piloto.</p>
03/05/13	<p>Manchete: “Acidente com arma mata jovem”;</p> <p>Figuras de linguagem: hipérbole,</p> <p>→“uma <i>possível brincadeira</i> acabou em morte no Paranoá”;</p> <p>→“adolescente morre com tiro que <i>ele próprio</i> pode ter dado com arma que o primo escondia em casa”;</p> <p>Fontes/personagens: o titular da unidade da Coordenação de Homicídios da 6ª DP (Paranoá), Cícero Jairo Monteiro (fonte oficial), o agente de polícia da Delegacia da Criança e do Adolescente (fonte oficiosa) e o tio da vítima e do primo de 14 anos que estava no local onde o crime aconteceu (fonte</p>	<p>Manchete: “Assassino matou para roubar”;</p> <p>Figuras de linguagem: hipérbole, metáfora:</p> <p>→“ele <i>ainda roubou</i> a aliança de casamento e R\$ 15 após estrangular Christiane dentro do carro”;</p> <p>→“ele confessou a morte, porém <i>inventou</i> que estava no meio fio do estacionamento”;</p> <p>→“as impressões digitais do suspeito <i>foram vitais</i> para a prisão”;</p> <p>Fontes/personagens: a delegada-adjunta da 1ª DP (Asa Sul), Renata Malafaia (fonte oficial);</p>

	<p>independente);</p> <p>Ação: narrativa sobre o acidente que resultou na morte de um adolescente de 14 anos que manuseava a arma que o primo da mesma idade mantinha em casa;</p> <p>Conflito: nem o tio e nem o primo de 14 anos que mantinha a arma em casa presenciaram o momento do disparo mesmo estando junto da vítima;</p> <p>Local: Paranoá, região administrativa do Distrito Federal a 25 quilômetros do Plano Piloto.</p>	<p>Ação relatada: a narrativa traz o desfecho da conclusão do inquérito policial sobre a morte da professora Christiane Mattos, de 37 anos, no Parque da Cidade;</p> <p>Conflito: a reportagem engloba os primeiros conflitos do caso como as omissões dos fatos pelo suspeito;</p> <p>Local: Parque da Cidade no centro do Plano Piloto.</p>
04/05/13	FIM DE SEMANA	FIM DE SEMANA
05/05/13	FIM DE SEMANA	FIM DE SEMANA
06/05/13	<p>Chamada: “<i>Bebeu, dirigiu e matou</i>”;</p> <p>Figuras de linguagem: hipérbole, metáfora:</p> <p>→“matou e tentou fugir”;</p> <p>→“população tentou <i>linchá-lo</i>”;</p> <p>→“o pastor da congregação acionou a polícia e os militares chegaram minutos depois evitando, assim, que Kelvin fosse espancado”;</p> <p>Fontes/personagens: apenas o policial militar que atendeu a ocorrência aparece como entrevistado (fonte oficiosa);</p> <p>Ação relatada: o atropelamento de duas jovens, de 14 e 18</p>	<p>Chamada: “Trinta e três horas de medo”;</p> <p>Figuras de linguagem: hipérbole, metáfora, perífrase:</p> <p>→“a vítima foi espancada várias vezes, levou <i>coronhadas</i> no rosto, desmaiou e foi abandonada em um terreno baldio no Núcleo Bandeirante”;</p> <p>→“o técnico em telecomunicações Roberto Lima Dias Júnior, 29 anos, viveu momentos de tensão”;</p> <p>→“Depois de percorrer algumas ruas do Núcleo Bandeirante, o ladrão que dirigia o carro parou em um terreno baldio”;</p> <p>Fontes/personagens: a narrativa não traz nenhuma fonte</p>

	<p>anos. A maior de idade morreu no local. A outra foi encaminhada ao Hospital Regional de Ceilândia (HRC). O motorista de 20 anos teria ingerido bebida alcoólica antes de assumir a direção;</p> <p>Conflito: não há versões conflitantes;</p> <p>Local: Ceilândia, região administrativa do Distrito Federal a 26 quilômetros do Plano Piloto.</p>	<p>oficial, oficiosa ou mesmo independente;</p> <p>Ação relatada: o sequestro relâmpago de um homem de 29 anos que foi rendido enquanto entrava no carro. A vítima ficou sob poder dos dois homens armados por 33 horas;</p> <p>Conflito: não há versões conflitantes;</p> <p>Local: Núcleo Bandeirante, região administrativa do Distrito Federal a 13 quilômetros do Plano Piloto.</p>
<p>07/05/13</p>	<p>Chamada: “<i>Bala na nuca</i>”;</p> <p>Figuras de linguagem: hipérbole, metáfora:</p> <p>→“<i>apesar de</i> o projétil ter ficado alojado no corpo da vítima ela não corre risco de morte”;</p> <p>→“mulher passava pela quadra 10 quando foi vítima de uma <i>bala perdida</i> na nuca”;</p> <p>Fontes/personagens: o delegado-chefe da 31ª DP (Planaltina) que investiga o caso, Érico Mendes (fonte oficial), e dois moradores da região que relatam sobre os índices de criminalidade no local (fonte oficiosa);</p> <p>Ação relatada: a narrativa trata da criminalidade que simplesmente acontece sem uma causa definida. São, em geral, desavenças e discussões que começam entre jovens e</p>	<p>Chamada: “Picape usada como arma”;</p> <p>Figuras de linguagem: hipérbole, metáfora:</p> <p>→“O suspeito do homicídio teria passado <i>pelo menos quatro vezes</i> com o veículo por cima do corpo”;</p> <p>→“<i>Faroeste</i> na área rural do DF”;</p> <p>Fontes/personagens: o delegado-chefe da 31ª DP (Planaltina) que investiga o caso, Érico Mendes (fonte oficial);</p> <p>Ação relatada: a narrativa traz a história de um homicídio em razão da disputa de terras. O empresário e agrônomo Hamilton dos Santos, 55 anos, teria sido atropelado por supostamente ter se recusado a deixar uma fazenda na área rural do DF. O filho do dono da chácara é o suspeito do crime. Ele fugiu do local.</p> <p>Conflito: não há versões conflitantes;</p>

	<p>adolescentes. Como consequência, balas perdidas fazem vítimas inocentes;</p> <p>Conflito: não há versões conflitantes;</p> <p>Local: Planaltina, região administrativa do Distrito Federal a 38 quilômetros do Plano Piloto.</p>	<p>Local: área rural de Planaltina, região administrativa do Distrito Federal a 38 quilômetros do Plano Piloto.</p>
08/05/13	<p>Chamada: “Assaltos na escuridão”;</p> <p>Figuras de linguagem: hipérbole, perífrase: →“<i>arrastão noturno</i>”; →“o criminoso então mandou o funcionário passar todo o dinheiro que tinha no bolso”;</p> <p>Fontes/personagens: a reportagem não traz nenhuma versão oficial, oficiosa ou mesmo independente sobre o fato;</p> <p>Ação relatada: a onda de assaltos a dois postos de combustível e uma farmácia na Asa Norte. Ao menos R\$ 2.140 foram levados durante o <i>arrastão</i>;</p> <p>Conflito: não há versões conflitantes;</p> <p>Local: Asa Norte, região central de Brasília.</p>	<p>Chamada: “<i>Mesmo condenado, ele nega</i>”;</p> <p>Figuras de linguagem: metáfora, hipérbole, metonímia, perífrase: →“a força da palavra e do pensamento tornou-se realidade”; →“agora vai cumprir a pena na Papuda”; →“uma mulher passou no local, percebeu a cena, pegou um pedaço de madeira e agrediu o <i>tarado</i> com uma <i>paulada</i>”;</p> <p>Fontes/personagens: o delegado-chefe da 27ª DP (Recanto das Emas) que investiga o caso, Pablo Aguiar (fonte oficial);</p> <p>Ação relatada: um homem, garçom, de 42 anos que foi condenado a oito anos de reclusão por estupro de vulnerável. A vítima era uma adolescente de 14 anos;</p> <p>Conflito: não há versões conflitantes;</p> <p>Local: Recanto das Emas, região administrativa do Distrito Federal a 26 quilômetros do Plano Piloto.</p>
09/05/13	<p>Chamada: “PM fazia segurança de bingo”;</p>	<p>Chamada: “Casal <i>esculachado</i> no lar”;</p>

	<p>Figuras de linguagem: metáfora: →“o policial de Goiás detido no local é <i>velho conhecido</i> das forças de segurança”;</p> <p>Fontes/personagens: o delegado-chefe e o adjunto que investiga o caso da Delegacia de Repressão ao Crime Organizado (Deco), Henry Peres e Fernando Cocito;</p> <p>Ação relatada: a narrativa trata de uma casa de bingo em Valparaíso, região metropolitana do Distrito Federal, que foi fechada por investigadores da Deco. O estabelecimento pertence aos irmãos Queirogas ligados à Operação Monte Carlo que desarticulou jogos de azar do contraventor Carlinhos Cachoeira;</p> <p>Conflito: não há versões conflitantes;</p> <p>Local: Valparaíso de Goiás, região metropolitana do Distrito Federal a 36 quilômetros do Plano Piloto.</p>	<p>Figuras de linguagem: hipérbole, metáfora: →“Um corretor de imóveis e a namorada dele foram surpreendidos por cinco <i>malas armados</i> dentro de casa”;</p> <p>→“os ladrões fugiram nos carros das vítimas com dezenas de objetos da casa, joia, celulares e dinheiro. Eles destruíram o que não puderam levar”;</p> <p>→“o <i>sangue espalhado</i> nos cômodos e a destruição na casa demonstram a violência”;</p> <p>Fontes/personagens: o delegado da 24ª DP (Samambaia) que investiga o caso, Glaydson Mascarenhas;</p> <p>Ação relatada: um assalto a uma casa de Samambaia resultou em agressão às duas vítimas de 44 e 43 anos. O homem foi espancado e torturado. A mulher sofreu tentativa de estupro;</p> <p>Conflito: não há versões conflitantes;</p> <p>Local: Valparaíso de Goiás, região administrativa do Distrito Federal a 25 quilômetros do Plano Piloto.</p>
10/05/13	<p>Chamada: “Na <i>insegurança</i> do lar”;</p> <p>Figuras de linguagem: hipérbole, perífrase: →“Um deles, de 32 anos, é apontado como esturador da própria filha de 7 anos”;</p> <p>→“o segundo caso resultou na prisão de um homem de 46 anos</p>	<p>Chamada: “suspeitos de pedofilia”;</p> <p>Figuras de linguagem: metáfora, perífrase, metonímia: →“numa <i>talagada só</i>, polícia do <i>Bambam</i> meteu dois <i>tarados</i> atrás das grades”;</p> <p>→“a mãe da criança, já <i>abalada</i> por ser vítima das agressões do</p>

	<p>acusado de violentar a enteada desde que a vítima tinha 7 anos até chegar aos 14”;</p> <p>→“ele ameaçava a garota com uma arma para poder abusar dela em um córrego perto da casa onde moravam e no caminho da escola”;</p> <p>Fontes/personagens: o delegado-chefe da 11ª DP (Núcleo Bandeirante) que investiga o caso, João Carlos Lóssio;</p> <p>Ação relatada: o caso de dois homens – um pai e um enteado – presos por abusarem sexualmente da filha e da enteada, ambas com sete anos;</p> <p>Conflito: não há versões conflitantes;</p> <p>Local: Núcleo Bandeirante, região administrativa do Distrito Federal a 13 quilômetros do Plano Piloto.</p>	<p>marido, ficou <i>desesperada</i> ao tomar conhecimento dos estupros e, com o auxílio dos irmãos, se mudou para outro estado”;</p> <p>→“ele ameaçava a garota com uma arma para poder <i>abusar</i> dela em um córrego perto da casa onde moravam e no caminho da escola”;</p> <p>Fontes/personagens: o delegado-chefe da 11ª DP (Núcleo Bandeirante) que investiga o caso, João Carlos Lóssio;</p> <p>Ação relatada: a mesma narrativa do <i>Aqui-DF</i>. O caso de dois homens – um pai e um enteado – presos por abusarem sexualmente da filha e da enteada, ambas com sete anos;</p> <p>Conflito: não há versões conflitantes;</p> <p>Local: Núcleo Bandeirante, região administrativa do Distrito Federal a 13 quilômetros do Plano Piloto.</p>
11/05/13	FIM DE SEMANA	FIM DE SEMANA
12/05/13	FIM DE SEMANA	FIM DE SEMANA
13/05/13	<p>Chamada: “<i>Sete mortos</i> nas vias do DF”;</p> <p>Figuras de linguagem: hipérbole, metáfora:</p> <p>→“a violência no trânsito matou, pelo menos, sete pessoas nesse fim de semana no Distrito Federal e em rodovias federais próximas à capital”;</p> <p>Fontes/personagens: uma fonte oficial identificada como</p>	<p>Chamada: “Outra vítima na <i>guerra</i>”;</p> <p>Figuras de linguagem: hipérbole, metáfora:</p> <p>→“a guerra entre gangues fez mais uma vítima”;</p> <p>→“o acusado teria sete <i>passagens anteriores</i> e 17 ocorrências policiais”;</p> <p>→“o problema com gangues em São Sebastião não é recente.</p>

	<p>sendo colega de jovens que se acidentaram em um acidente de carro;</p> <p>Ação relatada: as ações da narrativa se referem a acidentes de carro. Sete pessoas morreram em razão de acidentes no DF e no entorno;</p> <p>Conflito: não há versões conflitantes;</p> <p>Local: BR-060, DF-414, DF-250, Fercal</p>	<p>Várias mortes já foram registradas ao longo dos últimos anos”;</p> <p>Fontes/personagens: a narrativa não traz nenhuma fonte oficial, oficiosa ou mesmo independente;</p> <p>Ação relatada: a reportagem trata sobre o homicídio de um jovem de 20 anos morto com dez disparos de arma de fogo. A suspeita é de que a vítima tinha desavenças com o grupo o qual o adolescente de 17 anos, apontado como o autor do assassinato, faz parte. O motivo teria sido um relacionamento com uma ex-namorada do adolescente;</p> <p>Conflito: não há versões conflitantes;</p> <p>Local: São Sebastião, região administrativa do Distrito Federal a 26 quilômetros do Plano Piloto.</p>
14/05/13	<p>Chamada: “Quando a <i>vida vale R\$ 5</i>”;</p> <p>Figuras de linguagem: hipérbole, metáfora:</p> <p>→“uma discussão por causa de R\$ 5 teria levado dois irmãos a assassinar um <i>amigo de infância</i> em Planaltina”;</p> <p>→“um quarto amigo tentou impedir o homicídio, mas <i>acabou esfaqueado</i> em um dos braços”;</p> <p>Fontes/personagens: apenas um amigo da vítima aparece como fonte independente;</p> <p>Ação relatada: o homicídio de um jovem de 19 anos. Os</p>	<p>Chamada: “Rapaz levou sete facadas por <i>apenas R\$ 5</i>”;</p> <p>Figuras de linguagem: hipérbole, metáfora:</p> <p>→“uma discussão entre dois amigos de infância acabou em <i>tragédia na noite de domingo</i>”;</p> <p>→“O jovem <i>esfaqueou o amigo pelo menos sete vezes</i>, que morreu antes de chegar ao hospital”;</p> <p>→ “<i>revoltados</i>, moradores atearam fogo na moto do agressor. A 16ª DP investiga o caso”;</p> <p>Fontes/personagens: a reportagem não traz fontes oficiais,</p>

	<p>suspeitos são dois irmãos que teriam assassinado o colega de infância em razão da dívida de R\$ 5. Contudo, o valor já tinha sido pago por uma irmã da vítima;</p> <p>Conflito: não há versões conflitantes;</p> <p>Local: Planaltina, região administrativa do Distrito Federal a 38 quilômetros do Plano Piloto.</p>	<p>oficiosas e nem independentes sobre o caso;</p> <p>Ação relatada: a mesma narrativa do <i>Aqui-DF</i>. O homicídio de um jovem de 19 anos. Os suspeitos são dois irmãos que teriam assassinado o colega de infância em razão da dívida de R\$ 5. Contudo, o valor já tinha sido pago por uma irmã da vítima;</p> <p>Conflito: não há versões conflitantes;</p> <p>Local: Planaltina, região administrativa do Distrito Federal a 38 quilômetros do Plano Piloto.</p>
15/05/13	<p>Chamada: “<i>Quatro anos de ação</i>”;</p> <p>Figuras de linguagem: metáfora, hipérbole:</p> <p>→ “o grupo estaria em ação desde 2009”;</p> <p>→ “todos os integrantes teriam ficha criminal extensa e um deles, inclusive, estaria envolvido num duplo homicídio”;</p> <p>Fontes/personagens: o titular da Delegacia de Roubos e Furtos de Veículos (DRFV), Rafael Ferreira de Souza;</p> <p>Ação relatada: a prisão de uma quadrilha composta por nove pessoas suspeitas de roubar objetos de dentro dos carros, e até o próprio veículo. Eles agiam desde 2009;</p> <p>Conflito: não há versões conflitantes;</p> <p>Local: Ceilândia, Taguatinga, Águas Claras e até Plano Piloto.</p>	<p>Chamada: “Polícia Civil manda <i>nove malas ao xadrez</i>”;</p> <p>Figuras de linguagem: metáfora, metonímia:</p> <p>→ “nove suspeitos foram parar na delegacia!”;</p> <p>Fontes/personagens: o titular da Delegacia de Roubos e Furtos de Veículos (DRFV), Rafael Ferreira de Souza;</p> <p>Ação relatada: A mesma narrativa do <i>Aqui-DF</i>. a prisão de uma quadrilha composta por nove pessoas suspeitas de roubar objetos de dentro dos carros, e até o próprio veículo. Eles agiam desde 2009;</p> <p>Conflito: não há versões conflitantes;</p> <p>Local: Ceilândia, Taguatinga, Águas Claras e até Plano Piloto.</p>
16/05/13	<p>Chamada: “<i>Vingança acaba em xadrez</i>”;</p>	<p>Chamada: “Tráfico de gente no DF, e <i>não foi a Livia</i>”;</p>

	<p>Figuras de linguagem: hipérbole, metáfora: →“ele foi autuado por porte ilegal de arma, receptação e corrupção, além de ter um mandado de prisão por homicídio em fevereiro”; →“<i>demorou, mas rodou</i>”;</p> <p>Fontes/personagens: o delegado-chefe da 11ª DP (Núcleo Bandeirante), João Carlos Lóssio;</p> <p>Ação relatada: a prisão de um homem acusado de homicídio em fevereiro. Por vingança ou acerto de contas, o jovem de 23 anos teria disparado oito vezes contra o homem de 35 anos;</p> <p>Conflito: não há versões conflitantes;</p> <p>Local: Candangolândia, região administrativa do Distrito Federal a 18 quilômetros do Plano Piloto.</p>	<p>Figuras de linguagem: hipérbole, metáfora, metonímia: →“<i>não é só na novela</i> que tem tráfico humano”; →“<i>ficção ficou real no DF</i>”; →“ninguém foi preso, mas a PF identificou os integrantes do esquema, entre eles, <i>quatro coiotes</i>”; →“as pessoas trabalhavam em regime de escravidão em várias cidades, inclusive no DF”;</p> <p>Fontes/personagens: a reportagem também não traz fontes oficiais, oficiosas e nem mesmo independente;</p> <p>Ação relatada: a narrativa é sobre o trabalho da Polícia Federal que desarticulou uma quadrilha por atrair pessoas de Bangladesh com falsas promessas de emprego no Brasil, com salários acima da média dos praticados na Ásia. Cerca de 80 homens teriam sido trazidos ilegalmente para o Brasil e a suspeita é de que estariam se submetendo a trabalhos escravos;</p> <p>Conflito: não há versões conflitantes;</p> <p>Local: Samambaia, região administrativa do Distrito Federal a 25 quilômetros do Plano Piloto.</p>
17/05/13	<p>Chamada: “Abriram um buraco na parede”;</p> <p>Figuras de linguagem: metáfora, hipérbole, perífrase: →“<i>bandidos</i> fizeram um buraco de quase 1 m² na parede de</p>	<p>Chamada: “<i>Três casos em 24 horas</i>”;</p> <p>Figuras de linguagem: hipérbole, metáfora: →“três casos de <i>sequestro relâmpago</i> em menos de 24 horas no</p>

	<p>uma casa em São Sebastião para poder assalta-la”;</p> <p>→“o dono da residência, um eletricista de 63 anos, contou que estava no trabalho quando o crime ocorreu e só viu <i>os estragos</i> na moradia no início da noite”;</p> <p>→“quando o morador voltou do trabalho encontrou a porta aberta, o quarto <i>revirado</i> e a parede da cozinha destruída”;</p> <p>→“Há cinco anos, ele surpreendeu dois homens dentro da residência que bateram nele até lhe quebrar um dente e uma costela”;</p> <p>Fontes/personagens: apenas a vítima, dono da casa assaltada, como versão de fonte independente;</p> <p>Ação relatada: o assalto à uma residência de um eletricista de 63 anos. Os suspeitos chegaram a abrir um buraco da parede para cometer o crime. Em dez anos, a casa foi assaltada três vezes;</p> <p>Conflito: não há versões conflitantes;</p> <p>Local: São Sebastião, região administrativa do Distrito Federal a 26 quilômetros do Plano Piloto.</p>	<p>DF. Num deles, uma jovem de 23 foi presa ontem, acusada de atacar um morador da Asa Norte, durante a madrugada”;</p> <p>→“ocorrências de sequestro relâmpago ainda tiram a tranquilidade da população do DF”;</p> <p>→“o motorista de um <i>transporte pirata</i> escapou de um sequestro pulando do veículo em movimento”;</p> <p>Fontes/personagens: a reportagem não traz fontes oficiais, oficiosas e nem independentes sobre nenhum dos três carros narrados;</p> <p>Ação relatada: a narrativa aborda três diferentes casos de sequestros relâmpagos que aconteceram no Plano Piloto e nas regiões administrativas de Planaltina e Taguatinga;</p> <p>Conflito: não há versões conflitantes;</p> <p>Local: Plano Piloto, Planaltina e Taguatinga.</p>
<p>18/05/13</p> <p>19/05/13</p>	<p>FIM DE SEMANA</p> <p>FIM DE SEMANA</p>	<p>FIM DE SEMANA</p> <p>FIM DE SEMANA</p>
<p>20/05/13</p>	<p>Chamada: “Reféns do próprio pai”;</p>	<p>Chamada: “Fim de semana violento”;</p>

<p>Figuras de linguagem: metáfora, hipérbole:</p> <p>→“<i>nove horas de terror</i>”;</p> <p>→“um homem de 40 anos manteve as filhas em <i>cárcere privado</i> por mais de nove horas”;</p> <p>→“ele chegou em casa <i>bêbado</i>, brigou e expulsou a mulher do imóvel e fez três crianças <i>refêns</i>”;</p> <p>→“<i>o drama começou antes de o sol nascer</i>”;</p> <p>→“nem a presença de atiradores de elite intimidou o sequestrador em um primeiro momento”;</p> <p>Fontes/personagens: o comandante da operação da PMDF, tenente-coronel Giuliano Costa (fonte oficiosa), o comandante da operação do Corpo de Bombeiros, major Luciano Guimarães (fonte oficiosa), um vizinho da família e o amigo do pai que manteve as três filhas refêns (fontes independentes);</p> <p>Ação relatada: a narrativa sobre um pai que manteve as três filhas refêns dentro de casa por nove horas. Ele teria chegado sob efeito de álcool em casa durante a madrugada;</p> <p>Conflito: não há versões conflitantes</p> <p>Local: Samambaia, região administrativa do Distrito Federal a 26 quilômetros do Plano Piloto.</p>	<p>Figuras de linguagem: hipérbole, metáfora:</p> <p>→“essa é uma rotina no Distrito Federal. É só acabar a semana que <i>tiro come pra todo lado</i>”;</p> <p>→“a capital viveu um fim de semana violento. Pelo menos duas pessoas foram assassinadas no DF e região metropolitana entre as madrugada e o final da tarde de sábado”;</p> <p>→“no condomínio Sol Nascente, em Ceilândia, houve uma troca de tiros às 12h. O tiroteio deixou um morto e um ferido”;</p> <p>→“<i>um homem foi assassinado no meio da rua</i>”;</p> <p>Fontes/personagens: apenas o delegado-adjunto da 19ª DP (Ceilândia), Celízio Espíndola;</p> <p>Ação relatada: narrativa sobre dois homicídios e um acidente que resultou em morte no fim de semana. Um dos assassinatos aconteceu na região administrativa de Ceilândia, o outro na região metropolitana de Valparaíso de Goiás e o acidente na construção civil na região administrativa de Águas Claras;</p> <p>Conflito: não há versões conflitantes;</p> <p>Local: Ceilândia, Águas Claras e Valparaíso de Goiás.</p>
<p>21/05/13 Chamada: “Perigo <i>ronda viagens</i>”;</p>	<p>Chamada: “Torcedor <i>valentão</i> foi parar no xadrez”;</p>

<p>Figuras de linguagem: metáfora, hipérbole, perífrase:</p> <p>→“Último assalto a coletivos em trecho da via quase termina em morte”;</p> <p>→“o trecho da BR-050, conhecido pela recorrente ação de bandidos especializados em roubo a coletivos, desta vez foi local de investida criminoso que, por pouco, não terminou em morte”;</p> <p>→“na madrugada de ontem, pelo menos 10 bandidos, em três automóveis, interceptaram dois veículos de turismo”;</p> <p>→“os acusados alvejaram um dos ônibus e um carpinteiro foi atingido na perna”;</p> <p>→“muitos foram atingidos com <i>tapas na cara e coronhadas</i>”;</p> <p>Fontes/personagens: o motorista de um dos ônibus alvejados e o auxiliar (fontes independentes), além de outros dois passageiros que foram vítimas da ação (fontes independentes)</p> <p>Ação relatada: a ação de um grupo de dez homens que assaltaram dois ônibus que seguiam viagem para outros estados;</p> <p>Conflito: não há versões conflitantes</p> <p>Local: Rodovia BR-050 (próximo a Catalão e Cristalina)</p>	<p>Figuras de linguagem: metáfora, hipérbole:</p> <p>→“Fã do Brasiliense, membro de torcida organizada, é acusado de ter perdido a esportiva contra rival que torce para o Gama”;</p> <p>→“Além disso, a vítima levou diversos chutes e foi agredido no rosto e no corpo, chegando a desmaiar, o que salvou sua vida, já que os torcedores acharam que ele tinha morrido e pararam com a agressão”;</p> <p>Fontes/personagens: apenas o delegado-chefe da 12ª DP (Taguatinga) que investiga o caso, Moisés Martins de Souza (fonte oficial);</p> <p>Ação relatada: a narrativa sobre um homem integrante da torcida organizada do Brasiliense que foi preso pela Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) suspeito de tentativa de homicídio e roubo a um torcedor do Gama;</p> <p>Conflito: não há versões conflitantes</p> <p>Local: Taguatinga, região administrativa do Distrito Federal a 21 quilômetros do Plano Piloto.</p>
---	---

4.2 Segunda etapa da análise

No segundo momento da análise, após a identificação das figuras de linguagem das reportagens analisadas, se iniciou a análise dos significados prováveis que as expressões textuais inseridas na narrativa pudessem gerar na mente e nos imaginários dos receptores. A averiguação aconteceu a partir de leituras das narrativas que envolvem metáforas, hipérboles, perífrase e até mesmo o eufemismo.

4.2.1 *Aqui DF*

Em todas as reportagens analisadas é possível identificar a presença da hipérbole nos textos avaliados. Fazendo uso de um linguajar exagerado, dramático e muitas vezes enfático, a narrativa provoca sensações de desconforto ao leitor que, ao se deparar com o discurso, evoca imaginários de medo, susto e pavor diante de expressões textuais cada vez mais pontuais. Podemos tomar como exemplo a primeira reportagem analisada do dia 1º de maio, na qual o narrador menciona a frase “rixa entre gangues segue matando na cidade” e “jovens, moradores dos bairros, mantem uma rixa de pelo menos duas décadas”. O autor do texto identifica os homicídios como uma realidade frequente de anos no local. E usa a conjunção *segue matando* para dar um sentido de continuidade à notícia, retomando sentidos produzidos em outras matérias anteriores, sobre os mesmos assassinatos em razão de desavenças e brigas entre demais grupos.

É como se as tristes rotinas das mortes entre jovens se repetissem. Aumenta o significado de violência urbana. Nesse caso ao ler a notícia policial e tomar conhecimento de mais uma morte atrelada a rixas entre grupos adolescentes a sensação é de uma falta de impunidade e tragédia. Além disso, o sentido é de que o drama de assassinatos na região faz parte do dia a dia de famílias e moradores de Planaltina que, aos poucos, se torna uma realidade de grande parte dos lares do local. Nesse caso, ao tomar conhecimento da morte de um adolescente de 19 anos por uma suposta briga entre grupos rivais – mencionados como gangues pela reportagem – a imaginação também remete a falta de policiamento e segurança.

Ainda com menção à mesma figura de linguagem, a hipérbole, pode-se elencar os períodos das reportagens do dia 03 de maio e 14 de maio. As respectivas frases: “uma possível brincadeira acabou em morte no Paranoá” e “uma discussão por causa de R\$ 5 teria levado dois irmãos a assassinar um amigo de infância em Planaltina”; reforça a intensificação dos dois fatos a partir da publicação de acontecimentos violentos. Assim, um

imaginário de pessoas de fora da situação remete a um significado de mal-estar, susto e um sentimento de impunidade perante as situações.

A forma como estes relatos de violência são narrados constrói o significado de que as tragédias simplesmente acontecem – “uma possível brincadeira acabou em morte” ou “uma discussão por causa de R\$ 5 teria levado dois irmãos a assassinar um amigo” - sem que haja um responsável, sem que a violência seja explicada. Não há o recurso de ouvir especialistas para falar sobre as causas da violência e os motivos que podem provocar o ingresso de adolescentes, jovens e adultos ao mundo da criminalidade. Em alguns casos, o envolvimento com bebida alcoólica, substâncias entorpecentes ou mesmo a realidade do desemprego, problemas no seio familiar e descontrole em relações sociais são elencados como possíveis ações justificadoras para a participação em atos violentos e criminais.

A maneira como a história é narrada pelo veículo que estrategicamente, em certos casos, escolhe palavras e expressões incisivas também impulsiona em significados culturais e imaginários de terror e pânico. É o caso das reportagens do dia 10 de maio e 20 de maio. No primeiro dia o fato relatado é sobre diferentes casos de dois homens – um pai e o padrasto – presos por abusarem sexualmente da filha e da enteada, ambas com sete anos. Durante a reportagem, o jornal traz que “ele (*o padrasto suspeito de violentar sexualmente a entrada*) ameaçava a garota com uma arma para poder abusar dela em um córrego perto da casa onde moravam e no caminho da escola”. A afirmação reforça a intensificação do acontecimento a partir de relatos violentos e agressivos. Assim, mesmo que involuntariamente, o receptor que contempla a reportagem se depara com uma forma dramática e exagerada do veículo de comunicação em repassar a notícia ao público leitor.

O mesmo acontece no dia 20 de maio com a narrativa sobre um pai que manteve as três filhas reféns dentro de casa por nove horas. Ele teria chegado sob efeito de álcool em casa durante a madrugada e após expulsar a esposa de casa restringiu a liberdade das três garotas dentro da própria casa. Para retratar a notícia, o *Aqui-DF* utiliza expressões textuais que reforçam a dramatização, o exagero, a intensificação dos fatos e, de certa forma, o sensacionalismo do impresso. É o caso dos períodos: “nove horas de terror” e “o drama começou antes de o sol nascer”. Os recursos da linguagem e da forma como a narrativa é estruturada remete a um sentimento de medo, mal-estar e susto diante da situação em que uma figura paterna se transforma no próprio acusado de manter as filhas reféns.

A hipérbole ainda aparece nas reportagens que tratam sobre acidentes de trânsito envolvendo mortes e feridos. No dia 13 de maio o impresso traz a notícia de que “a violência no trânsito matou, pelo menos, sete pessoas nesse fim de semana no Distrito Federal e em

rodovias federais próximas à capital”. Nesse caso ao ler a notícia policial e tomar conhecimento de pelo menos quatro acidentes, sete pessoas mortas e diversas vítimas feridas, sendo a maioria adolescentes e jovens, a sensação é de uma imprudência e tragédia atreladas a falta de atenção no trânsito.

Situação semelhante acontece na última reportagem analisada do *Aqui-DF*, em 21 de maio. Na ocasião a reportagem aborda a ação de um grupo de dez homens que assaltaram dois ônibus que seguiam viagem para outros estados. Dentre a forma de abordagem, o veículo traz: “último assalto a coletivos em trecho da via quase termina em morte”. Para o leitor que contempla a narrativa, a onda de ações dos suspeitos, com extrema violência, remete a uma circunstância de medo, desconforto, preocupação e insegurança de viagens interestaduais.

Por sua vez, a segunda presença mais pontual no que se refere à figura de linguagem foi a metáfora. A narrativa da reportagem do dia 8 de maio retrata a onda de assaltos a dois postos de combustível e uma farmácia na Asa Norte. Ao menos R\$ 2.140 foram levados durante o a ação. Sobre a criminalidade, o impresso trata o fato como “arrastão noturno”. A expressão textual é a metáfora dos seguidos roubos daquela noite e madrugada. Diante da expressão textual, o receptor acaba por associar o perigo como índices da violência ainda maiores como decorrência de um roubo, por exemplo, disparo de arma de fogo, golpe de facas e até morte.

No dia seguinte, em 9 de maio, o impresso trata de uma narrativa sobre uma casa de bingo que funcionava em Valparaíso, região metropolitana do Distrito Federal. Fechada pela Delegacia de Repressão ao Crime Organizado (Deco), o estabelecimento ilegal, que pertencia aos irmãos Queiroga⁷, funcionava sob segurança de um policial militar do estado de Goiás. Durante a reportagem, o jornal aponta que “o policial de Goiás detido no local é velho conhecido das forças de segurança”. A metáfora, sem qualquer relação direta com o real, contribui para que se depreenda um imaginário de que o profissional de segurança pública possa estar inserido em demais ocorrências criminais.

Outros dois outros exemplos de metáfora já contribuem para que o imaginário do leitor evoque um sentimento de segurança e defesa em razão da ação da polícia. Foi o caso da

⁷ Em agosto de 2012 a Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) deflagrou a Operação Jackpot que consistia no combate à prática de jogos ilegais. As principais cidades do Entorno onde foram encontradas casas de jogatinas foram no Entorno, em cidades como Valparaíso, Planaltina de Goiás e Águas Lindas. Na época a PCDF prendeu temporariamente Raimundo Washington Queiroga e Otoni Olímpio Queiroga Júnior. Eles já haviam sido presos na Operação Monte Carlo que desarticulou jogos de azar do contraventor Carlos Augusto Ramos Cachoeira, o conhecido como Carlinhos Cachoeira. Durante a Operação Jackpot os irmãos Queiroga foram apontados como braços direito de Carlinhos Cachoeira. Otono Olímpio Queiroga Júnior morreu em um acidente de carro em setembro de 2012

primeira reportagem analisada, no dia 1º de maio, que retrata o desempenho da Polícia Militar em pôr fim a onda de homicídios na região de Planaltina. Neste caso, a narrativa retrata que “a polícia segue no encalço dos cabeças das quadrilhas”. A expressão remete a uma sensação de segurança com policiais nas ruas em busca de suspeitos de atos criminosos.

O mesmo acontece na reportagem do dia 16 de maio. Com a expressão “demorou, mas rodou”, a narrativa trata sobre a prisão de um homem acusado de homicídio em fevereiro. Somente três meses depois ele foi detido, mas o enfoque do jornal em ressaltar a prisão do cidadão já condenado pela justiça privilegia a ação policial. Assim, o imaginário do público leitor depreende um sentimento de controle policial onde os profissionais das forças de segurança trabalham em prol de prisões dos acusados.

Já o eufemismo utilizado no dia 02 de maio com a citação “a vítima chegou a ser encaminhada pelo Corpo de Bombeiros para o Hospital de Base, mas não resistiu aos ferimentos” tende a suavizar a reportagem que trata do homicídio de um homem de 37 anos que teria sido alvejado por três projéteis supostamente disparados pelos irmãos. Nesse caso a morte fica subentendida, mas diante de uma narração tão densa a escolha pelo eufemismo pode gerar uma sensação menos impactante para o leitor. A expressão suavizada, no entanto, ajuda a reforçar o drama de quem sofreu muito antes de morrer, porque “não resistiu aos ferimentos”.

Além das duas figuras de linguagem mais impactantes que aparecem na maioria dos textos – metáfora e hipérbole –, outra expressão que se fez presente em cinco dos 21 textos avaliados foi àquela denominada de perífrase. Caracterizando os suspeitos dos crimes como “bandidos”, “criminoso”, “estuprador” e até “acusado” – conforme reportagens publicadas em 1ª de maio, 8 de maio, 10 de maio, 17 de maio e 21 de maio – o impresso já assume um juízo de valor em acusar quem ainda não foi julgado pelo judiciário e, portanto, estão na condição de suspeitos.

O emprego dessa identificação nominal ocasiona no imaginário do leitor uma agressividade e violência a partir da forma exagerada do jornal relatar o fato. O impresso popular assume a responsabilidade de já acusar homens e mulheres que em fase inicial apenas foram autuados pela Polícia Civil do Distrito Federal. Pode-se dizer que esta forma agressiva de caracterizar o personagem da notícia constrói, no imaginário coletivo, uma reação de medo intensificado por parte dos receptores.

Das 21 reportagens analisadas do *Aqui-DF*, 14 delas tratam da hipérbole, narrando a notícia de forma exagerada e intensificando o valor do fato. Outras 11 fazem uso de expressões sem relação com o real, mas que em virtude da circunstância o imaginário do

leitor associa e depreende sensações, como é o caso da metáfora. Outras duas tratam do eufemismo, que tende a suavizar a notícia da morte, por exemplo, e cinco delas abordam a perífrase, que condenam quem ainda é suspeito de um fato criminoso.

4.2.2 Na Hora H!

Pertencente ao grupo do *Jornal de Brasília*, o impresso popular *Na Hora H!* utiliza expressões textuais que intensificam o valor do fato e dão novo sentido ao acontecimento com jogos de palavras sem relação com o real. Assim como o *Aqui-DF*, a presença das figuras de linguagem, como a hipérbole e metáfora, são incisivas nos textos jornalísticos do tabloide em questão, entretanto com um linguajar mais popularesco. O vocabulário empregado é exagerado, sendo demasiadamente dramático e denso, quando há presença de hipérbole. As expressões textuais, de certa forma, tendem a aumentar o sentido da transmissão da mensagem e provocam, no leitor, um sentido emocional diante da narrativa informativa.

É o caso das reportagens do dia 1^a e 2 de maio que mencionam: “apesar de pouca idade ele tem uma ficha criminal longa” e “barbárie em uma das regiões de maior tensão fundiária no Distrito Federal”, além de “A.S.S., 35 anos, foi executado com pelo menos oito tiros”. O primeiro período do dia 1^a de maio provoca uma sensação de alta criminalidade principalmente por se tratar de um jovem que recentemente teria alcançado a maioridade já tinha acumulado seis homicídios e uma tentativa de assassinato. É como se a prática da violência não tivesse fim. O sentimento por parte do receptor, neste caso, é de uma legislação branda que, embora em casos específicos puna o menor infrator com medidas socioeducativas, em no máximo três anos ele volta às ruas e caso não haja um acompanhamento por meio de políticas públicas do estado comete os mesmos antecedentes criminais.

Os dois períodos do segundo dia de maio também remete à falta de segurança no solo da capital. A hipérbole utilizada por meio de jogos de palavras, como “barbárie” e “maior tensão fundiária do DF”, provoca um imaginário de perigo, medo, insegurança e falta de policiamento ostensivo na região em questão. Neste caso, o crime aconteceu em Ceilândia, local que abriga a maior favela do país – Sol Nascente⁸. A execução da vítima de 35 anos

⁸ A Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (Pdad), divulgada em 27 de setembro pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan) mostra que os condomínios Pôr do Sol e Sol Nascente, em Ceilândia, possuem 78.912 moradores. No Censo de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população era de 56.483 pessoas. Com a nova marca, o Distrito Federal passa a abrigar a maior favela do país — à frente da internacionalmente famosa Rocinha, no Rio de Janeiro, que conta com 69.161 habitantes,

com pelo menos oito tiros reforça a sensação de criminalidade em ruas públicas do DF. O homicídio em questão aconteceu em função de uma discussão sobre a propriedade de um lote na ocupação denominada Sol Nascente, área ainda irregular. As circunstâncias do crime provocam uma reflexão sobre a banalização da vida humana onde, atualmente, se mata por causa de valores ínfimos.

Ainda se tratando da mesma figura da linguagem em questão, a hipérbole, as reportagens do dia 6, 7 e 9 de maio retratam novamente a intensificação e o exagero. No primeiro dia a expressão “a vítima foi espancada várias vezes, levou coronhadas no rosto, desmaiou e foi abandonado em um terreno baldio no Núcleo Bandeirante” narra a sequência do sofrimento de uma vítima até ser abandonada em um local ermo e escuro. O homem de 29 anos ficou sob o poder dos sequestradores por 33 horas e ao se deparar com a leitura da reportagem o receptor idealiza um universo de extrema violência e tragédia sem pudor ou receio de serem presos pela Polícia Civil do Distrito Federal. Neste caso, inclusive, ninguém foi detido pelo crime.

Já a reportagem do dia 7 de maio provoca um sentimento de terror, pânico, susto, medo e desconforto perante a situação. O período da reportagem que narra “o suspeito do homicídio teria passado pelo menos quatro vezes com o veículo por cima do corpo” remete a um efeito de sentido de brutalidade e crueldade no imaginário do leitor que ao se deparar com a notícia cria sentimentos de extrema violência. No dia 9 de maio a reportagem sobre um assalto a uma casa de Samambaia que resultou em agressão às duas vítimas de 44 e 43 anos traz a explicação de que “o sangue espalhado nos cômodos e a destruição na casa demonstram a violência”. Na ocasião um homem foi espancado e torturado; a mulher sofreu tentativa de estupro. O cenário desmembrado pela narrativa provoca desconforto ao leitor que logo pensa na vulnerabilidade diante de ações cada vez mais ousadas de meliantes. Neste caso nem mesmo o recinto do próprio lar escapa da violência que faz as pessoas serem vítimas dentro das residências particulares onde, de acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil, a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.

Outros exemplos da hipérbole empregada na narrativa jornalística são os períodos “uma discussão entre dois amigos de infância acabou em tragédia na noite de domingo”; “não

de acordo com a pesquisa nacional de 2010 — não há números atualizados do crescimento da favela carioca. Os dois locais no DF não possui sistema de saneamento básico, entre outros problemas de infraestrutura.

é só na novela que tem tráfico humano” e “a vítima levou diversos chutes e foi agredido no rosto e no corpo, chegando a desmaiar, o que salvou sua vida, já que os torcedores acharam que ele tinha morrido e pararam com a agressão”. As frases foram inseridas nas reportagens do dia 14, 16 e 21 de maio respectivamente. Nos três casos a forma como as expressões textuais foram inseridas nas reportagens remete a um sentimento de criminalidade recorrente, sem hora e nem lugar para acontecer. No primeiro caso dois amigos de infância se envolveram na violência que resultou na morte de um deles. A história depreende uma sensação por parte do receptor de uma rivalidade quase sempre motivada por desavenças, acerto de contas, disputa por território ou ciúmes de relacionamentos amorosos.

Na segunda reportagem a narrativa sobre o tráfico de pessoas denuncia um crime além da ficção. O caso, quase sempre investigado pela Polícia Federal, retornou à mídia de forma mais expressiva após a novela da Rede Globo, *Salve Jorge*⁹. Na matéria jornalística o imaginário do receptor depreende uma sensação de realidade, de que o crime também acontece no meio social e que é necessário denunciar a atividade ilegal, irregular e criminosa. No último exemplo do dia 21 de maio fica ainda mais explícita a violência deliberada. Neste caso o imaginário do receptor pode ser acionado para uma situação cada vez mais agressiva nos estádios de futebol em todo o país. No DF não é diferente. Inaugurado em junho deste ano, o Estádio Nacional de Brasília Mané Garrincha já foi palco de pelo menos três graves violências envolvendo torcedores de times rivais. A sensação é de impunidade, falta de policiamento e falho controle do Estado quanto às medidas de segurança em jogos de futebol.

Por sua vez, a segunda presença mais pontual no que se refere à figura de linguagem foi a metáfora. A narrativa da reportagem do dia 1^a de maio retrata a prisão de um jovem de 18 anos com pelo menos seis antecedentes criminais. A narrativa traz expressões metafóricas como, “mais um que se achava majestade vai reinar na jaula” e “o homicídio e a tentativa teriam ocorrido no momento em que Wenderson e o cunhado teriam saído para comprar mais bagulho”. É explícita a intenção do *Na Hora H!* em associar palavras menos formais que dão sentidos aos significados. O linguajar popularesco do tabloide, ao mesmo momento em que

⁹ *Salve Jorge* foi uma telenovela brasileira produzida e exibida pela Rede Globo entre 22 de outubro de 2012 e 17 de maio de 2013, em 179 capítulos. Escrita por Gloria Perez, a trama tratou abordou o tráfico ilegal e escravização de garotas no exterior, resultando numa grande campanha de esclarecimento da população sobre o modus operandis dessas máfias, estimulando denúncias que resultaram no desbaratamento de quadrilhas e na libertação de muitas brasileiras que vinham sendo mantidas como escravas sexuais no exterior. A novela teve como núcleo central o Complexo do Alemão, além da Capadócia, região da Turquia onde São Jorge nasceu, e a maior cidade desse país, Istanbul.

pode aproximar os leitores de classe C e D, também reflete uma característica demasiadamente grotesca a partir do jogo de palavras intencionais, gírias e jargões que em ocasiões específicas podem ser vistas como sensacionalismo e exagero.

É o caso, inclusive, das narrativas do dia 7 e 8 de maio que relatam “faroeste na área rural do DF” e “agora vai cumprir a pena na Papuda”. Na primeira circunstância o emprego da metáfora substitui a série de ações violentas que resultaram na morte de um homem com aproximadamente oito tiros. A palavra “faroeste”, como acontecimento ou briga violenta, com ou sem armas, pode levar a um imaginário de um crime que é recorrente nas regiões do DF. Já a prisão de um garçom, de 42 anos, que foi condenado a oito anos de reclusão por estupro de vulnerável cuja vítima foi uma adolescente de 14 anos é substituída pela expressão popular “cumprir pena na Papuda” que acaba por aproximar o linguajar ao público de jornais populares.

O emprego da metáfora continua a partir de expressões como “numa talagada só, polícia do Bambam meteu dois tarados atrás das grades”, “a guerra entre gangues fez mais uma vítima”, “nove suspeitos foram parar na delegacia!”, “essa é uma rotina no Distrito Federal. É só acabar a semana que tiro come pra todo lado” e “fã do Brasiliense, membro de torcida organizada, é acusado de ter perdido a esportiva contra rival que torce para o Gama”. As reportagens são do dia 10, 15, 20 e 21 de maio respectivamente.

Entretanto, a figura de linguagem nessas quatro ocasiões, de tão popular, depreende uma sensação de desconforto na leitura. É o caso do primeiro exemplo logo quando é utilizada a expressão “polícia do Bambam meteu dois tarados atrás das grades”. O jargão, nesta situação até difícil de ser compreendido, explica que dois suspeitos de estupro foram presos pela Polícia Civil do Núcleo Bandeirante. Entretanto, a forma como o jornal repassou a informação remete a um sentimento de intensificação do fato.

Caso semelhante acontece no período “tiro come pra todo lado” e “nove suspeitos foram parar na delegacia”. As expressões são demasiadamente popularescas com o objetivo de narrar um alto índice de disparos de arma de fogo aos finais de semana e a prisão de nove suspeitos que foram encaminhados à delegacia. Os dois últimos exemplos que tratam da “guerra entre gangues” e de “torcedores que perderam a esportiva” são metáforas mais comuns em jornais populares que em alguns casos os receptores da informação já estão acostumados a se deparar com os jogos de expressões no texto. A sensação, na maioria dos casos, é de insegurança, medo e vulnerabilidade diante de um cenário da criminalidade cada vez mais alarmante. Em outras circunstâncias o sentimento é de uma legislação falha que permite ao meliante voltar para as ruas em pouco tempo de detenção.

Além das duas figuras de linguagem mais impactante que aparecem na maioria dos textos do *Na Hora H!* – metáfora e hipérbole –, outra expressão que se fez presente em três dos 20 textos avaliados foi àquela denominada de perífrase. Caracterizando os suspeitos de crimes como ladrões e tarados, a exemplo das reportagens do dia 6, 8 e 10 de maio, os adjetivos empregados ocasionam no imaginário do leitor uma agressividade e violência a partir da forma exagerada do jornal relatar o fato e já acusar um homem que ainda não foi julgado criminalmente.

Pode-se dizer que esta forma contundente de caracterizar o personagem da notícia constrói no imaginário coletivo uma reação de vingança, até de linchar o acusado. Diferentemente do *Aqui-DF*, em nenhuma das reportagens houve a presença da figura de linguagem do eufemismo.

Das 21 reportagens analisadas do *Na Hora H!*, 13 delas tratam da hipérbole, narrando a notícia de forma exagerada e intensificando o valor do fato. Outras 14 fazem uso de expressões sem relação com o real, mas que em virtude da circunstância o imaginário do leitor associa e depreende sensações, como é o caso da metáfora. Três delas abordam a perífrase, que condenam quem ainda é suspeito de um fato criminoso, e nenhuma trata do eufemismo, que tende a suavizar a notícia da morte, por exemplo. Assim, pode-se afirmar que a hipérbole e a metáfora são as figuras de linguagem mais presente nos dois impressos avaliados.

4.3 Terceira etapa da análise

Após as duas primeiras etapas concluídas, a terceira análise analisou as instâncias em que temas ou motivos de fundo ético ou moral integraram as ações da estória em uma estrutura compositiva cultural pré-textual, de caráter antropológico. É a chamada metanarrativa que, nesta etapa, se configura como a memória da violência no país. É o plano que evoca imaginários culturais.

4.3.1 *Aqui DF*

A violência narrada nas editoriais de polícia do *Aqui-DF* é abordada a partir de uma linha editorial popular dos fatos. O aumento da proporção dos acontecimentos atrelado a junção de palavras sem significado com o real contribui para imaginários de insegurança e medo por parte da população do Distrito Federal e de regiões do entorno da capital. Os

acontecimentos narrados desencadeiam o problema da violência atrelado quase sempre ao tráfico de drogas, à prostituição, ao roubo praticado por menores de idade e ao ciúme que acaba resultando em abuso contra a mulher. Dessa forma, com base em um valor cultural e moral, a situação é transmitida ao leitor com uma realidade de que a maior parte da criminalidade tem origem nas regiões administrativas onde moram as populações mais pobres do Distrito Federal. Das 21 reportagens analisadas no período de 1ª a 21 de maio de 2013, 85,7% das criminalidades aconteceram em regiões de São Sebastião, Guará, Planaltina, Ceilândia, Núcleo Bandeirante, Candangolândia, Samambaia e Paranoá.

Já 9,5% das reportagens policiais estudadas abordaram a notícia nas regiões metropolitanas do DF, como é o caso da notícia do dia 9 de maio cuja narrativa trata de uma casa de bingo em Valparaíso, a 36 quilômetros de Brasília, que foi fechada por investigadores da Deco. O estabelecimento pertence aos irmãos Queiroga ligados à Operação Monte Carlo que desarticulou jogos de azar do contraventor Carlinhos Cachoeira. No dia 21 de maio o *Aqui-DF* também noticia um crime que aconteceu em regiões do entorno da capital. Foi o caso de uma ação de um grupo de dez homens que assaltaram dois ônibus que seguiam viagem para outros estados na BR-050, próximo a Catalão e Cristalina, cerca de 130 quilômetros da capital.

Apenas uma única matéria jornalística do dia 8 de maio aborda uma onda de assaltos a dois postos de combustível e uma farmácia na Asa Norte. Ao menos R\$ 2.140 foram levados durante a ação, denominada de “arrastão” pela reportagem. Neologismos como a palavra “arrastão” são comuns no noticiário jornalístico e condensam um sentido que poderia estar numa frase inteira numa única palavra. É perceptível que os acontecimentos no Plano Piloto, quando são noticiados, ganham um espaço maior e de mais destaque na editoria de polícia. Quando há crime na área central de Brasília a manchete de capa quase sempre contempla o fato de maior repercussão que aconteceu no local onde se concentra a população de classe social denominada de A, B e até C. Uma das justificativas seria em razão de que nas regiões administrativas do DF homicídios, latrocínios, roubos, furtos, desavenças e morte acontecem o tempo todo, diariamente, e, portanto, já são fatos presentes das páginas de jornal. Diante disso, pelo impresso possuir características populares e ser direcionado às populações menos favorecidas que moram em locais de maior vulnerabilidade, a linha editorial tende a valorizar assuntos de maior interesse público.

Por outro lado, os acontecimentos no Plano Piloto e em locais de maior renda, como Lago Norte e Sul, não são relatados todos os dias pelos jornais tanto elitistas quanto os ditos populares. Isso porque a onda de criminalidade é menor se comparada às outras regiões

administrativas, mas ganham relevância pública a partir do momento em que episódios de crimes acontecem também nestas áreas centrais do DF. Um levantamento da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP-DF) confirma os históricos de maior incidência da violência fora do Plano Piloto. Entre janeiro a setembro de 2012 foram 17 casos de homicídio em Brasília, contra 119 em Ceilândia, 54 em Planaltina e 33 no Gama. O mesmo acontece com tentativas de assassinato. Enquanto a área central identificou 40 situações de tentativa de homicídio, Ceilândia contou com 168 casos, Planaltina com 117 e o Gama com 55.

Quando se muda a tipificação do crime a realidade não é diferente. É o caso, por exemplo, do roubo com restrição de liberdade, popularmente conhecido como sequestro relâmpago. Nos nove primeiros meses do ano de 2012, Brasília registrou 57 casos de sequestro, de acordo com os dados da SSP-DF, enquanto Taguatinga acumulou 104 situações semelhantes e 69 casos foram identificados respectivamente em Ceilândia. Situação semelhante aconteceu com o latrocínio. Brasília teve apenas um caso de roubo seguido de morte de acordo com os dados da SSP-DF, Ceilândia registrou seis situações semelhantes e três casos foram identificados respectivamente em Brazlândia e Planaltina.

Os dados confirmam a hipótese de que a criminalidade nas regiões administrativas acontece corriqueiramente se comparada aos episódios de violência oriundos no Plano Piloto. Diante dessa realidade, os homicídios, latrocínios, roubos e sequestros relâmpagos são noticiados com maior destaque quando acontecem na área central de Brasília em detrimento da mesma circunstância em regiões fora do Plano Piloto. Pelos critérios de noticiabilidade, uma situação que não acontecia em um determinado local de forma acentuada e passa a ser mais frequente acaba se tornando mais relevante e ganha uma repercussão de maior destaque em detrimento de lugares onde se morre gente todo o dia. O ineditismo, neste caso, passa a ser mais presente. Esta percepção da realidade banaliza o crime nas periferias mais pobres, que passa a ser identificada como algo corriqueiro, parte da paisagem local.

Na noticiabilidade, interferem variados fatores relacionados à produção noticiosa, que vão desde a qualidade do acontecimento (seus valores-notícia), passando pela percepção individual e de classe do jornalista, bem como pelo conjunto de características do veículo informativo ao qual pertence o profissional, até as condições técnicas de apuração e de confecção da notícia, nas redações. Um processo extremamente complexo e situado em um horizonte histórico, político, econômico e social.

A noticiabilidade corresponde então, segundo Wolf (2005), ao conjunto de critérios, operações e instrumentos com os quais os aparatos de informações enfrentam a tarefa de

escolher cotidianamente, de um número imprevisível e indefinido de acontecimentos, uma quantidade finita e tendencialmente estável de notícias. (WOLF, 2005, p.195-6).

No decorrer da análise das 21 reportagens do *Aqui-DF* foi possível perceber de forma clara que, por uma linha editorial mais sensacionalista os locais onde os fatos ocorreram são retratados culturalmente como lugares violentos e propícios aos acontecimentos de morte, criminalidade, acidentes e desastros. Um dos primeiros exemplos que pode ser citado é a reportagem do primeiro dia de avaliação – 1º de maio de 2013. A reportagem traz uma narrativa de medo diante dos índices de homicídio cada vez mais elevados na região de Planaltina, local a 38 quilômetros de Brasília.

Entretanto, em nenhum momento a matéria jornalística traz dados da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP-DF) e nem da Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) ou mesmo da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) que poderiam subsidiar a notícia de que a área noticiada é uma região com expressivos números de homicídios, violência, disparo de arma de fogo e assassinatos oriundos das chamadas armas brancas – facas, canivetes, objetos cortantes, entre outros que possam ser utilizados para fins agressivos e violentos. Nem mesmo especialista em segurança pública são ouvidos como fonte oficiosa para especificar tecnicamente o motivo do suposto crescimento nos índices de criminalidade na região.

Assim, o jornalista toma como base o homicídio que aconteceu em razão de desavenças entre grupo rivais e a partir da morte e da prisão de dois suspeitos do crime produz um fato noticioso já definindo a área como uma região perigosa e propícia à criminalidade. Esta representação social de uma área residencial como perigosa faz com que a narrativa reforce culturalmente a violência como parte da realidade, estigmatizando o local como um espaço violento. Ao fazê-lo, coloca em risco a comunidade e a população que ali vive. Além de não apresentar nenhuma versão ou estatísticas oficiais, a reportagem também não trata de depoimentos de especialistas em segurança pública que poderiam confirmar a versão publicada de que a região é propícia à criminalidade e altos índices de assassinatos.

Fato semelhante acontece na reportagem do dia 13 de maio que se refere a acidentes de carro. Sete pessoas morreram em razão de acidentes no DF e no entorno nas rodovias BR-060, DF-414, DF-250, Fercal. Em razão do alto número de mortos e feridos, a narrativa trata as quatro vias como trechos perigosos onde acontecem acidentes graves de veículos. Em nenhum momento a matéria jornalística traz dados da Polícia Rodoviária Federal (PRF) e nem do Departamento de Estradas e Rodagem (DER) que poderiam subsidiar a notícia de que os

trechos, de fato, comportam um número alto de acidentes de trânsito inclusive com vítimas fatais.

Dessa forma, o emissor toma como base os acidentes que aconteceram naquele fim de semana anterior, quando os acidentes aconteceram, e utilizando um possível aumento de mortos e feridos específicos produz um fato noticioso já definindo as rodovias como vias perigosas. A cultura impetrada na reportagem é de que as BRs são locais mais propícios a colisão de veículos devido a curvas sinuosas e trechos arriscados sem que haja uma informação oficial ou entrevistas com fontes que pudessem subsidiar a informação repassada. E também as matérias não apresentam soluções para os acidentes, que podem ser provocados por problemas da própria rodovia. São trechos caracterizados como perigosos simplesmente e isso impede que as autoridades tomem medidas para dar mais segurança nos locais. Culturalmente, a matéria reforça a inércia dos setores responsáveis.

A mesma característica aparece na última reportagem do dia 21 de maio do *Aqui-DF* que foi analisada. Na ocasião, a ação relatada é a de um grupo de dez homens que assaltaram dois ônibus que seguiam viagem para outros estados na BR-050, próximo a Catalão e Cristalina. Em um dos períodos da reportagem – “o trecho da BR-050, conhecido pela recorrente ação de bandidos especializados em roubo a coletivos, desta vez foi local de investida criminoso que, por pouco, não terminou em morte” – fica explícita uma narração que considera a rodovia um local estratégico onde assaltos e roubos são constantemente realizados em ônibus e veículos que operam no trajeto interestadual. Porém, na matéria jornalística do dia 21 de maio, as fontes de informação foram todas independentes, como o motorista e o auxiliar – vítimas da ação dos suspeitos de terem assaltado o ônibus – e os passageiros que também viveram momentos de tensão dentro do coletivo.

Não há, em nenhum momento, entrevista com a Polícia Rodoviária Federal (PRF) ou mesmo Polícia Militar do estado de Goiás ou do Distrito Federal que pudessem sustentar a afirmação de que a BR-050 é alvo de assaltos recorrentes à ônibus interestadual. Portanto, o impresso popular toma como base um caso específico de roubo para desmembrar um imaginário de que a rodovia é uma área perigosa, falta fiscalização, policiamento e a região fica a mercê de práticas criminosas sem a presença de fiscais da segurança. É perceptível, portanto, uma cultura enraizada dos impressos populares em fazer juízo de valor a partir de uma ação específica e pontual que dá margem a levantamentos de hipóteses sem confirmação oficial.

4.3.2 Na Hora H!

Nas reportagens analisadas do jornal *Na Hora H!* é visível a intenção pré-textual da própria linha editorial que já acusa os supostos meliantes com as palavras “bandidos”, “criminosos”, “acusado”, “ladrão”, “tarado”, mesmo antes do indivíduo ser julgado pela justiça. Culturalmente a ideia de que a prisão ocorre com pessoas geralmente acusadas de algum delito acaba contribuindo para que os impressos populares tratem e adjetivem o suspeito do crime como já indiciado pela Polícia Civil e até mesmo como réu do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT). Possivelmente, para se aproximar dos leitores de impressos populares, o jornal ainda retrata o Complexo Penitenciário da Papuda ou o Presídio Feminino do Distrito Federal, popularmente chamado de Colméia, como “cadeia”, “xilindró”, “grades” e “xadrez”. Com uma linguagem demasiadamente popular, os termos linguísticos empregados tendem a ser de certa forma propositais e as expressões textuais acabam sendo utilizadas como estereótipos com a pretensão de mostrar ao público alvo a violência de forma exagerada, intensiva e de certa forma dramática.

As manchetes de capa também tendem a persuadir o leitor com chamadas culturalmente populares fazendo uso de figuras de linguagem, como a metáfora e a hipérbole, logo no primeiro contato do receptor com o jornal. São frases impactantes, que aumentam o valor do fato e dão uma dimensão maior da história do que de fato aconteceu. As palavras utilizadas são jargões populares que contribuem para uma aproximação com o público alvo que de certa forma utiliza algumas das expressões no dia a dia com familiares e amigos. Além disso, uma característica do veículo é utilizar períodos ainda no *lead* que antecedem a informação e provocam uma reflexão de valores morais nos leitores.

É o caso da primeira reportagem analisada do dia 1^a de maio que inicia com “mais um que se achava majestade vai reinar na jaula!”. O mesmo acontece no dia 6 de maio. A narrativa tem início com a frase “haja sufoco e medo!”. Os recursos empregados remetem culturalmente a uma sensação de drama atrelado ao populismo. É como se o jornal preparasse o receptor para o que vai ler nas linhas abaixo. Entretanto, a forma como o *Na Hora H!* emprega o recurso, em alguns casos, se torna uma forma exagerada de direcionar a informação para o público de classe C e D. A reportagem do dia 8 de maio, por exemplo, fornece um *lead* fora da língua portuguesa culta. A matéria jornalística começa com “olha só a cara de pau desse acusado de abuso sexual!”. É como se o impresso inserisse dentro da própria narrativa os valores culturais e morais de cada cidadão interpretado pelos próprios fornecedores de informação: a mídia.

As reportagens policiais assumem um destaque entre as demais editoriais do jornal *Na Hora H!*. Pertencente ao grupo do *Jornal de Brasília*, o impresso assume características voltadas a um público de classe C e D e, por isso, a narrativa se volta aos leitores que são o alvo consumidor da notícia. Portanto, a criminalidade que acontece no Plano Piloto acaba sendo cobertura secundária diante das demais regiões administrativas do Distrito Federal e metropolitanas da capital. A preferência significativa do impresso é pela violência fora do centro de Brasília que acaba sendo de maior intensidade.

Entretanto, um acontecimento de cárcere privado, estupro, restrição de liberdade e homicídio que acontece no Plano Piloto e em regiões mais privilegiadas de Brasília, como Lago Norte e Sul, além do Sudoeste, Cruzeiro, Guará e Águas Claras têm mais destaque se comparado a criminalidade corriqueira em demais regiões do DF. Assim como o *Aqui-DF*, pertencente ao grupo do *Diário Associados*, o *Na Hora H!* dependendo da história policial privilegia o noticiário da violência em Brasília e nas regiões que abrigam a classe social mais alta em detrimento da criminalidade recorrente em outras localidades. Possivelmente em razão do mesmo pensamento cultural de que nos lugares mais pobres o crime já é rotina e há uma maior vulnerabilidade de mortes, assassinatos, roubos e latrocínios se comparado ao Plano Piloto.

Nestes casos, há um estereótipo de destaque para o crime que aconteceu no centro da capital. As circunstâncias remetem a uma cultura de que a maior parte dos acontecimentos policiais acontece há quilômetros de Brasília, em regiões administrativas e metropolitanas do Distrito Federal onde há maior incidência de desigualdade entre os indivíduos de diferentes classes sociais.

Comparando os dois impressos que foram avaliados por 20 dias, pode-se afirmar que com base nos procedimentos de análise adotados, a pragmática da narrativa e a ideia da retórica, o impresso pertencente ao grupo *Jornal de Brasília* é de certa forma mais popularesco e traz uma linguagem culturalmente mais dramática e intensificada do gênero sensacionalista se comparado ao jornal do grupo *Diário Associados*. No entanto, o *Aqui-DF* também utiliza recursos, especialmente figuras de linguagem, que fazem o veículo ser popular e adequado ao público alvo a partir da dramatização e aumento dos fatos noticiados a partir de expressões e linguagens empregados no texto.

Além disso, com a metodologia de pesquisa empregada pode-se avaliar que o *Na Hora H!* demonstra deficiência no recurso das fontes do que o *Aqui DF*. Em todas as reportagens avaliadas nove delas utilizam apenas o recurso da entrevista do delegado responsável pela investigação para conceder explicações sobre o caso. A fonte oficial é a única sonora da

narrativa, que não procura outros elementos e fontes para subsidiar a informação. A comunidade não é ouvida, os advogados das partes também não, o emissor não procura os familiares da vítima e nem mesmo do acusado.

A situação é ainda mais preocupante a partir do momento em que todas as outras reportagens restantes não há nenhuma fonte. A matéria jornalística foi publicada apenas com o acontecimento do fato sem ouvir delegado, polícia, testemunhas, população, vizinhos e família. Não há versão de nenhuma das fontes: nem oficial, oficiosa e nem mesmo independente. O jornal trata da criminalidade como se fosse uma realidade que simplesmente acontece sem uma causa definida. São, em geral, desavenças e discussões que começam entre jovens e adolescentes, usuários de droga e dívidas com traficante. Como consequência, balas perdidas fazem vítimas inocentes.

E, ao contrário do *Na Hora H!*, do total de reportagens analisadas do *Aqui-DF* em dez delas há o recurso de entrevistas de fontes oficiosas ou independentes que auxiliam a cobertura do fato. São elas testemunhas, vizinhos ou mesmo o oficial da Polícia Militar que atendeu a ocorrência minutos depois dela ter acontecido.

Por fim, das 21 reportagens analisadas em três delas o *Na Hora H!* e o *Aqui-DF* abordam a mesma história na narrativa. É o caso das matérias jornalísticas do dia 10, 14 e 15 de maio. Na primeira situação o caso relatado é a história de dois homens – um pai e um enteado – presos por abusarem sexualmente da filha e da enteada, ambas com sete anos. Em todos os dois impressos apenas o titular da 11ª Delegacia de Polícia (Núcleo Bandeirante) que investiga o caso, João Carlos Lóssio, aparece como entrevistado. Neste caso ele é fonte oficial.

No segundo momento os tabloides tratam do homicídio de um jovem de 19 anos. Os suspeitos são dois irmãos que teriam assassinado o colega de infância em razão da dívida de R\$ 5. Neste caso o *Aqui-DF* entrevista um amigo da vítima, como fonte independente, mas, por sua vez, o *Na Hora H!* não traz fontes oficiais, oficiosas e nem independentes sobre o caso. Por fim, no dia 15 de maio, a narrativa dos dois jornais é sobre a prisão de uma quadrilha composta por nove pessoas suspeitas de roubar objetos de dentro dos carros, e até o próprio veículo. Eles agiam desde 2009. Na reportagem os dois impressos repercutem o caso apenas com o titular da Delegacia de Roubos e Furtos de Veículos (DRFV), Rafael Ferreira de Souza, neste caso, sendo fonte oficial.

Como conclusão, a linguagem de ambos os jornais é diferenciada, fazendo com que o impresso pertencente ao grupo do *Jornal de Brasília* se torne, na visão dos leitores, um jornal

de característica mais popular e destinado a um público de menor instrução se comparado ao tabloide do grupo *Diário Associados*, que também edita o *Correio Braziliense*.

Considerações Finais

No mundo midiático contemporâneo a criminalidade e as narrativas acerca dos índices de violência ocupam uma posição de destaque tanto nos jornais elitistas quanto nos populares. As reportagens publicadas nas páginas impressas dos veículos de comunicação funcionam como elementos produtores de sentido. Se a mídia não promove discussões sobre determinado assunto, o que possibilita um crescimento da democracia e conscientização da população, as reportagens, produtos da notícia, acabam apresentando uma cobertura superficial dos fatos. Devido ao desejo de informar a sociedade sobre a violência dos dias atuais a imprensa comete deslizes e a objetividade, clareza, isenção de interesses acabam sendo cada vez mais ausentes nas informações dos cadernos de polícia. É o caso dos dois jornais avaliados.

Para compreender corretamente a forma de construção da notícia policial tentou-se identificar as figuras de linguagem, principalmente a hipérbole e metáfora, empregadas nas narrativas jornalísticas. São as expressões textuais que provocam no imaginário do receptor sensações as mais variadas a partir do que foi relatado. Diante do que é consumido pelo leitor a partir do noticiário o sentimento depreendido pode ser de medo, insegurança, temor e vulnerabilidade em razão da falta de segurança pública. Por outro lado, uma reportagem que evoca a ação policial, a prisão de suspeitos e o combate da criminalidade contribui para uma sensação de controle da violência, participação do Estado em coibir práticas criminosas e policiamento ostensivo.

Mas, a identificação das formas textuais só foi possível após uma revisão de conceitos a respeito da noticiabilidade, narrativa, cultura jornalística, fontes de informação e sensacionalismo. Buscou-se definir as características do jornalismo popular e das reportagens policiais direcionadas às classes C e D. Com isso, havia a expectativa de entender como o objeto violência, construído dramaticamente pelos jornais ditos como populares, gera efeitos de sentido também dramáticos nos leitores. A intenção era identificar os significados imaginários na mente desses receptores.

A hipótese do início do pensamento metodológico se tornou verídica a partir da análise das 20 reportagens de cada um dos impressos populares do Distrito Federal, *Aqui-DF* e *Na Hora H!*. Recorrendo às duas principais figuras de linguagem que intensificam o valor dos fatos e substituem expressões sem relação com o real se chegou a conclusão que a forma como a narrativa é contada contribui para que o imaginário do leitor associe e depreenda sensações e emoções das mais variadas formas, desde medo até insegurança. Tudo depende da forma como a notícia é vendida para o público alvo consumidor de informação. Os recursos

metodológicos empregados no decorrer da análise a partir da pragmática da narrativa, proposta por Motta, e da retórica – que considera os argumentos como fonte de persuasão –, imaginada por Aristóteles, contribuiu para que se identificassem sensações e sentimentos apreendidos pelo imaginário do receptor.

Os dois impressos analisados adotam recursos e expressões textuais sensacionalistas que transmitem ao leitor sensações de insegurança, medo e impunidade. Angrimani cita que os jornais noticiam a morte todos os dias nas páginas dos impressos, não só na editoria específica sobre o assunto, mas sim presentes nos vários cadernos do periódico. No entanto, para o autor, aqueles fatos tachados como dramáticos transformam a informação da morte como manchete de capa, dando maior destaque ao acontecimento policial se comparado às outras editorias. Para o jornalista, a morte é uma notícia de publicação obrigatória nos veículos de comunicação, mas para os populares, o assunto é estímulo de venda, confirmando a informação “espreme que sai sangue”.

Para Arbex (2001), “desde sempre, os veículos de comunicação disputaram o mérito de ser aquele que ‘divulga os fatos’ de maneira ‘exata’, ‘objetiva’ e ‘verdadeira’, como uma espécie de espelho fiel dos ‘fatos objetivos’” (ARBEX JÚNIOR, 2001, p.105). No entanto, a dissertação permitiu observar e verificar que a exatidão e a objetividade são deixadas de lado, para que as notícias provoquem as sensações a partir do modo como elas foram construídas e veiculadas.

Conseqüentemente, se identificou que as palavras informais e expressões coloquiais provocam efeitos de sentido na mente dos leitores. Ao se deparar com um vocabulário demasiadamente popularesco e, em alguns casos, sensacionalistas, o público acaba apreendendo sensações das mais variadas formas a partir das narrativas das reportagens policiais dos jornais que foram avaliados. Assim, no início, o que parecia ser apenas duas hipóteses de todo um arcabouço teórico se confirmou ao longo das análises acadêmicas. Assim, se verificou que as reportagens policiais dos dois impressos contribuem para as mais diversas sensações e emoções no imaginário do receptor.

Alcançou-se, dessa forma, o objetivo da dissertação acadêmica de estudar os efeitos de sentido dramáticos das reportagens policiais dos dois jornais populares – *Aqui DF e Na Hora H!*. A intenção foi avaliar como a narrativa da editoria de polícia contribuiu para que os leitores apreendam sensações de desconforto perante a notícia que é oferecida como mercadoria.

O *Na Hora H!*, por exemplo, utiliza palavras populares e bastante informais. As figuras de linguagem lideram as narrativas do impresso pertencente ao grupo *Jornal de Brasília*. As

reportagens policiais do jornal, geralmente, são iniciadas com algum recurso que promove o estilo de uma conversa com o leitor e desde o início já evoca as sensações que serão apreendidas no decorrer da narrativa. Já o *Aqui DF* trabalha com uma linguagem acessível e de fácil compreensão, mas sem ser popular e grotesca. Dessa forma, ambos os jornais têm um linguajar simplório, dramático e exagerado, mas o primeiro é considerado mais popularesco a partir dos recursos de expressões textuais e figuras de linguagem que são empregados na narrativa jornalística.

É importante observar também que estes tabloides não ajudam a construir na população a que se dirigem um sentido de cidadania, a noção de que todos são iguais perante a lei e todos merecem um tratamento igual das autoridades policiais. Não há o menor estímulo a uma participação mais ativa das pessoas em busca de se organizarem para mudar a realidade. Os jornais não estimulam o debate, o encontro de moradores, a organização deles em associações e a busca de melhoria nas comunidades mais carentes.

O significado mais profundo que eles criam é o da impotência diante das ‘tragédias’, da ‘violência’, do crime. São populações inteiras que ajudam a vender jornais, mas que só se tornam personagens das notícias quando são vítimas. A vitimização das pessoas de baixa renda impede que elas construam uma cidadania mais justa. Os resultados mostraram que as narrativas dos tabloides populares são conservadoras, porque não estimulam as transformações sociais especialmente nas áreas de maior risco.

Referências Bibliográficas

AMARAL, M. F. **Jornalismo popular**. São Paulo: Contexto, 2006.

ANGRIMANI, D. **Espreme que sai sangue: um estudo do sensacionalismo na imprensa**. São Paulo: Summus, 1995.

ARBEX JÚNIOR, J. **O jornalismo canalha: a promíscua relação entre a mídia e o poder**. São Paulo: Casa Amarela, 2003.

ARISTÓTELES. **Arte retórica e arte poética**. 14. ed. São Paulo: Ediouro, 1999.

_____. Poética. In: _____. **Os Pensadores**. v. II. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1987.

BARBOSA, M.; ENNE, A.L. O jornalismo popular, a construção da narrativa e o fluxo do sensacional. **Eco-Pós (UFRJ)**, Rio de Janeiro, v. 8, p. 67-87, ago-dez. 2006.

BARTHES, R. **Structure du fait divers, Essais critiques**. Paris: Seuil, 1996

BENJAMIN, W. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: _____. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. v.1. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BERNARDES BRUM, C. **As condições de produção do jornalismo popular massivo: o caso do *Diário Gaúcho***. 2004. 258 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

BOCK, A.M.B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M.L.T. **Psicologias**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

BOURDIEU, P. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

CHAPARRO, M.C. **Pragmática do jornalismo: buscas práticas para uma teoria da ação jornalística**. São Paulo: Summus, 2003.

CHAUÍ, M. A cultura. In: _____. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

CLEVES, J. **A justiça dos lobos: porque a imprensa tomou o meu lugar no banco dos réus**. Belo Horizonte: Biográfica, 2009.

CLICA BRASÍLIA. **Aniversário de Brasília**. Clicabrasilia. Disponível em: <http://www.jornaldebrasil.com.br/site/produtos_aniversariobsb.php>. Acesso em: 15 jun. 2012.

CUNHA, M.J. A narrativa jornalística em testemunho cultura. In: LADEIRA MOTA, C.; MOTTA, L.; CUNHA, M.J. (Org.). **Narrativas midiáticas**. Florianópolis: Insular, 2012.

DINES, A. Sensacionalismo na imprensa. Uma semana de estudos sobre sensacionalismo. **Revista Comunicações e Artes da ECA/USP**, São Paulo, n.4, p. 67-75, 1971.

ERBOLATO, M.L. **Técnicas de codificação em jornalismo: redação, captação e edição no jornal diário**. 5. ed. São Paulo: Ática S.A, 1991.

FIGLIOLI, J.O.; MANGINI, R.C.R. **Psicologia Jurídica**. 1. ed. São Paulo: Atlas: 2009.

FOLHA DE S. PAULO. **Manual da redação da Folha de São Paulo**. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2001.

FORTES, L. **Os segredos das redações: o que os jornalistas só descobrem no dia a dia**. São Paulo: Contexto, 2008.

HOLANDA, L.S.B. Narração e drama em Aristóteles. **Artefilosofia**, Ouro Preto, n. 3, p. 71-77, 2007.

JUNIOR, L.C.P. **A apuração da notícia: métodos de investigação na imprensa**. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

JUNIOR, L.C.P. **Guia para a edição jornalística**. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

KOVACH, B.; ROSENSTIEL, T. **Os elementos do jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o público exigir**. São Paulo: Geração editorial, 2003.

LADEIRA MOTA, C. Jornalismo: discurso, narrativa e cultura. In: PEREIRA HENRIQUE, F.; MOURA OLIVEIRA, D.; ADGHIRNI LEAL, Z. (Org.). **Jornalismo e Sociedade. Teorias e Metodologias**. Florianópolis: Insular, 2012.

LAGE, N. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LARAIA, R.B. A cultura condiciona a visão de mundo do homem. In: _____. **Cultura: um conceito antropológico**. 14. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 67-74.

LAROUSSE, C. **Grande Dicionário Larousse Cultura da Língua Portuguesa**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

MOTTA, L.G. Narrativas jornalísticas e conhecimento de mundo: representação, apresentação ou experimentação da realidade?. In: PEREIRA HENRIQUE, F.; MOURA OLIVEIRA, D.; ADGHIRNI LEAL, Z. (Org.). **Jornalismo e Sociedade. Teorias e Metodologias**. Florianópolis: Insular, 2012.

_____. **Narratologia. Teoria e Análise da Narrativa Jornalística**. Brasília: Casa das Musas, 2005.

Nietzsche, F.W. **Vontade de Potência. Ensaio de uma transmutação de todos os valores**. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1966.

PORTÃO, R.G. Como se faz notícias populares. Uma semana de estudos sobre sensacionalismo. In: **Revista Comunicações e Artes da ECA/USP**, São Paulo, v. 4, 1971.

RAMOS, R. **Os sensacionalismos do sensacionalismo**. Uma leitura dos discursos midiáticos. Porto Alegre: Sulina, 2012.

ROSSI, C. **O que é jornalismo**. 9. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SARMENTO, L.L. **Gramática em textos**. São Paulo: Moderna, 2005.

SCHUDSON, M. The menu of media research. In: BALL-ROKEACH, S. J.; CANTOR, M. G. (Orgs.). **Media, Audience, and Social Structure**. Beverly Hills: Sage, 1986.

SERRA, A.A. **O desvio nosso de cada dia: a representação do cotidiano num jornal popular**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.

SODRÉ, M. **Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede**. Petrópolis, RJ : Vozes, 2002.

SODRÉ, M; PAIVA, R. **O Império do Grotesco**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

TOLENTINO, M.V. Muito além das metáforas. In: PONTES, E. (Org.). **A metáfora**. 2. ed. Campinas: Editora Unicamp, 1990.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são**. 2. ed. v. 1. Florianópolis: Insular, 2005.

WOLF, M. **Teoria da comunicação**. 1. ed. Lisboa: Editora Presença, 1987.

_____. **Teoria da comunicação**. 5. ed. Lisboa: Editora Presença, 1995.

ENTREVISTA // Ricardo Mignone, editor-chefe do *Na Hora H!*: 9/10/2013

Qual era a ideia principal do *Na Hora H!* quando foi lançado?

Infelizmente, essa primeira pergunta não posso responder, pois quando comecei a trabalhar no jornal ele já circulava há quase um ano.

Hoje qual é o principal objetivo do impresso?

Levar informação com qualidade e credibilidade à população do Distrito Federal e Região Metropolitana, com uma linguagem simples, textos curtos e, na medida certa, um pouco de bom humor.

A edição do jornal passou por alguma transformação? Caso positivo, qual foi a grande mexida?

Desde quando comecei a editar o jornal, em 2007, houve duas atualizações e um aumento de páginas. Começamos com 16 páginas e hoje temos 24. O layout também foi modernizado e hoje o jornal é totalmente a cores.

Por ser um jornal popular, o *Na Hora H!* é mais direcionado ao público de classes C e D. Como são elaboradas as reportagens para os leitores dessa faixa?

Geralmente escolhemos assuntos de maior interesse dessa parcela da população, como habitação, mercado de trabalho e fatos diários das cidades, sem faltar o esporte. Mas estamos sempre divulgando também as notícias mais relevantes também publicadas pelos grandes jornais tradicionais.

Quais as matérias mais lidas e que possuem maior interesse por parte do leitor? Por quê?

Como somos um jornal popular, as mais lidas são as páginas de esporte e as seções de “bizarro”, “Bela do Dia” e as notícias sobre famosos.

Qual editoria possui mais destaque no *Na Hora H!*? Por quê?

As editorias de maior destaque são as de Cidades e o Plantão de Polícia, mas também são destacadas as sessões mencionadas na resposta anterior. Nos retornos que temos dos nossos leitores essas são as editorias preferidas.

As figuras de linguagem, muitas vezes utilizadas, como a hipérbole e metáfora contribuem, na visão editorial, para um jornal dramático ou que intensifica fatos?

Contribuem sim, ainda por cima em um jornal impresso voltado para, como dizem, o “povão”. Acho que essas figuras de linguagem dão um tom mais pessoal e informal à notícia, aproximando o jornal de seu público.

O *Na Hora H!* não possui uma página de internet onde são publicadas notícias e reportagens online. Por que o jornal não possui site? Existe algum projeto de implantação?

Já possuímos uma *fan page* no *Facebook*. Quanto ao fato de não possuir site é uma política da empresa.

Hoje qual é o quadro de repórteres do *Na Hora H!*? Quantos são jornalistas, estagiários, *Free-Lancer*?

Não temos um quadro próprio, a exceção do editor, de uma redatora e de um diagramador. Utilizamos os repórteres do *Jornal de Brasília* e material de agência. Mas está em estudo a contratação de um repórter para cobrir a área policial.

Em relação ao caderno de polícia, como é feita a apuração e cobertura das notícias por parte do repórter?

Está respondido acima.

O *Na Hora H!* procura sempre ouvir as “várias versões de um mesmo fato”?

Como deve ser em todo veículo de imprensa, sim.

Quais os critérios de noticiabilidade do jornal?

Acho que o critério mais evidente é verificar se a notícia interessa ao nosso público. Por exemplo, não publicamos reportagens de economia, a não ser as que interessam aos leitores, como habitação, emprego, etc.

Falando um pouco de sensacionalismo, como o Sr. definiria esse termo dentro do *Na Hora H!*?

Esse termo não existe no *Na Hora H!*. Somos populares, não sensacionalistas.

Na visão editorial como as reportagens de polícia do *Na Hora H!* podem mexer com o imaginário do receptor/leitor que contempla a notícia?

Essa é boa! Para mim, o jornal tem que conquistar o leitor pelo emocional. Se a notícia publicada jornal fizer o leitor chorar, rir, ficar com raiva, esse é o caminho. Vou citar um exemplo. Há alguns anos, um bebê foi resgatado de um buraco em Planaltina de Goiás. A manchete de nosso principal concorrente foi: “Bebê resgatado de fossa em Planaltina de Goiás”. A nossa foi: “Nascido pela segunda vez. Milagre em Brasilinha”, com a foto do bebê no colo de um bombeiro. A primeira manchete é fria, a nossa tocante. Assim penso.

Qual a real intenção das reportagens policiais dentro do contexto do jornal *Na Hora H!*?

Mostrar o cotidiano das nossas cidades, mostrar a vida como ela é.

No caso das reportagens policiais, há a intenção dos depoimentos de fontes, vítimas, e envolvidos na história serem publicadas de maneira emotiva?

Sempre que possível, sim. Torna o fato mais humano, mais real, e mexe com o emocional do leitor.

Há a preocupação com a foto publicada no caso das matérias policiais? Como isso é feito?

Sim. Sempre nos preocupamos em não quebrar a barreira entre o Jornalismo e o sensacionalismo. A foto tem que informar, não ofender.

Qual a intenção do jornal em publicar mulher na capa do jornal?

Pergunte para os nossos leitores. No Dia Internacional da Mulher, publicamos a foto de um ensaio masculino. Choveram e-mails e telefonemas com reclamações. A imensa maioria dos nossos leitores é de homens.

Qual o objetivo da promoção de selos no jornal?

Essa resposta eu transfiro para o pessoal do Marketing.

O espaço para a reportagem fica prejudicado por conta das publicidades inseridas na edição?

Nada que comprometa a informação. Acho as duas partes do *Na Hora H!* muito bem equacionadas.

ENTREVISTA // Renaro Cardozo, editor-chefe do *Aqui-DF*: 11/10/2013**Qual era a ideia principal do *Aqui-DF* quando foi lançado?**

Ser um jornal com conteúdo de qualidade a preço acessível para as classes C, D e E. Ou seja, fugir da premissa empírica de que pessoas com baixo orçamento e/ou estudo se interessam, principalmente, por notícias que apelem para o sensacionalismo, como, por exemplo, manchetes policiais que precisem de cenas chocantes para chamar a atenção do leitor. Assim, o *Aqui DF* foi lançado com o objetivo de prezar pelo valor-notícia de cada fato publicado sem usar de recursos que ofendam a inteligência do público.

Hoje qual é o principal objetivo do impresso?

O mesmo da época em que foi lançado: muita informação em um formato de fácil manuseio para o trabalhador ficar por dentro dos principais fatos do dia enquanto está no ônibus indo para o local de serviço ou em horários de descanso.

A edição do jornal passou por alguma transformação? Caso positivo, qual foi a grande mexida?

Não.

Por ser um jornal popular, o *Aqui-DF* é mais direcionado ao público de classes C e D. Como são elaboradas as reportagens para os leitores dessa faixa?

Na verdade, procuramos valorizar pautas fora do Plano Piloto. Não que as classes A e B não residam em outras regiões administrativas, mas nosso público dificilmente residirá no centro de Brasília. Assim, buscamos os problemas que afetem os moradores de outras cidades do DF, inclusive da Ride (Entorno do DF). Além disso, assuntos que interessem a quem usa o transporte público ou dependa do sistema de saúde público e pautas saídas do contato com os próprios leitores se transformam em nossas reportagens.

Quais as matérias mais lidas e que possuem maior interesse por parte do leitor? Por quê?

Sobre transporte, saúde e educação públicos, sobre problemas das regiões onde moram, sobre futebol, sobre crimes chocantes e sobre a vida de celebridades.

Qual editoria possui mais destaque no *Aqui-DF*? Por quê?

Depende do dia. Em regra, damos mais espaço para Esportes - nosso caderno mais lido -, mas, se tiver uma notícia local, nacional ou mundial que esteja repercutindo muito, ampliamos o espaço de outra editoria.

As figuras de linguagem, muitas vezes utilizadas, como a hipérbole e metáfora contribuem, na visão editorial, para um jornal dramático ou que intensifica fatos?

Brincar com palavras é um recurso que usamos bastante nos títulos com o intuito de aliviar a notícia. Mas evitamos, ao máximo, no texto das notícias mais sérias, pois “exageros” no texto, na minha opinião, retiram um pouco a importância da notícia, parece que não estamos levando o fato a sério. Lógico que isso não se aplica à editoria de Esportes, onde as brincadeiras já fazem parte do cultural dos torcedores, e matérias mais leves, como reportagens sobre personagens da cidade.

O *Aqui-DF* não possui uma página de internet onde são publicadas notícias e reportagens online. Por que o jornal não possui site? Existe algum projeto de implantação?

Está nos planos.

Hoje qual é o quadro de repórteres do *Aqui-DF*? Quantos são jornalistas, estagiários, *Free-Lancer*?

Atualmente contamos com um repórter e três estagiários.

Em relação ao caderno de polícia, como é feita a apuração e cobertura das notícias por parte do repórter?

Primeiro é feita uma ronda, por telefone, nas delegacias do DF e de alguns municípios goianos próximos, como Águas Lindas e Novo Gama. A partir das histórias levantadas, escolhe-se uma para o repórter ir ao local atrás de mais informações e as demais são apuradas com mais detalhes pelo telefone mesmo.

O *Aqui-DF* procura sempre ouvir as “várias versões de um mesmo fato”?

Sim, tentamos ao máximo ouvir todos os envolvidos. No caso dos presos, por questões burocráticas da polícia, é mais complicado, mas, sempre que possível, também damos espaço para eles se defenderem.

Quais os critérios de noticiabilidade do jornal?

Em Cidades, temas que afetem ou interessem o máximo de pessoas, como, por exemplo, uma greve de rodoviários. Em polícia, os casos mais fortes, como o assassinato de

uma família, os mais curiosos, como o roubo de um massageador íntimo de ouro, ou aqueles que poderiam ter afetado qualquer um, como um golpe novo na praça ou um tiroteio no meio da rua.

Falando um pouco de sensacionalismo, como o Sr. definiria esse termo dentro do *Aqui-DF*?

Apesar de gostar de manchetes que chamem a atenção, tento não apelar ou prejudicar alguém “forçando a barra”. Quanto ao conteúdo interno, evitamos ao máximo.

Na visão editorial como as reportagens de polícia do *Aqui-DF* podem mexer com o imaginário do receptor/leitor que contempla a notícia?

Por conversas com leitores, sei que uma notícia de crueldade - assassinato, tortura, descaso etc. - praticada por alguém cria um sentimento de raiva nas pessoas, principalmente quando envolve crianças. Inclusive despertando comentários sobre a prática de agressões físicas contra o autor do fato. Tragédias como o desabamento de um prédio, em que muitas pessoas perdem a vida, provocam um sentimento de preocupação com os seus familiares, aquele de compartilhar da dor alheia por imaginar que podia ser um parente seu naquela situação. E notícias sobre roubos, sequestros e demais crimes que afetem, a princípio, apenas o patrimônio geram descontentamento com a segurança pública, aquele pensamento de que o governo não faz nada para melhorar as coisas.

Qual a real intenção das reportagens policiais dentro do contexto do jornal *Aqui-DF*?

Informar e, sempre que possível, oferecer dicas para evitar algumas situações que possam resultar em crimes.

No caso das reportagens policiais, há a intenção dos depoimentos de fontes, vítimas, e envolvidos na história serem publicadas de maneira emotiva?

Publicamos o que nos dizem, independente de puxarem pelo emotivo ou não.

Há a preocupação com a foto publicada no caso das matérias policiais? Como isso é feito?

Sim, evitamos mostrar rostos, tanto de mortos quanto de presos. No segundo caso, como não sabemos se a pessoa é mesmo culpada, se for inocentada depois, é sempre mais difícil voltar à vida cotidiana, porque o rosto dela já estará fixado na mente dos outros. Quanto às vítimas fatais, evitamos mostrar o rosto e cenários com muito sangue para não ofender aos familiares.

Qual a intenção do jornal em publicar mulher na capa do jornal?

Para ser sincero, era uma prática do meu antecessor e, em dias em que as fotos das chamadas estão fracas, coloco para manter a capa visualmente mais bonita.

Qual o objetivo da promoção de selos no jornal?

Oferecer algo mais do que notícias para o leitor.

O espaço para a reportagem fica prejudicado por conta das publicidades inseridas na edição?

Como um dos trabalhos da equipe de edição é justamente colocar o máximo de notícias por página sem deixar de lado informações importantes, os espaços consumidos pela publicidade não chegam a incomodar tanto. Lógico que, dependendo do dia, algumas pautas precisam sair, mas, em geral, só são reduzidas.